

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

ARTHUR REZENDE DA SILVA

O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E
REGIONAL: O DESAFIO DA INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS
DO CAMPUS BOM JESUS NO NOROESTE FLUMINENSE

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2013

ARTHUR REZENDE DA SILVA

O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E
REGIONAL: O DESAFIO DA INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO
CAMPUS BOM JESUS NO NOROESTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Planejamento
Regional e Gestão de Cidades, da
Universidade Candido Mendes – Campos
dos Goytacazes/RJ, para a obtenção do
grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Orientador: Profa. Dra. Denise Cunha
Tavares Terra

Coorientador: Prof. Dr. Eduardo Shimoda

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Arthur Rezende da.

O Instituto Federal Fluminense e o desenvolvimento local e regional: o desafio da inserção profissional dos egressos do Campus Bom Jesus no Noroeste Fluminense / Arthur Rezende da Silva, 2013.

118 f. : il.

Orientadora: Denise Cunha Tavares Terra

Coorientador: Eduardo Shimoda

Dissertação (Mestrado) – Universidade Candido Mendes – UCAM.
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades.
Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Campos dos Goytacazes, RJ, 2013.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – Alunos egressos. 2. Ensino profissional – Aspectos sociais – Bom Jesus do Itabapoana (RJ) 3. Ensino profissional – Aspectos econômicos - Bom Jesus do Itabapoana (RJ). I. Terra, Denise Cunha Tavares, orient. II. Shimoda, Eduardo, coorient. III. Universidade Candido Mendes. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. IV. Título.

ARTHUR REZENDE DA SILVA

O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E
REGIONAL: O DESAFIO DA INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS
DO CAMPUS BOM JESUS NO NOROESTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Planejamento
Regional e Gestão de Cidades, da
Universidade Candido Mendes – Campos
dos Goytacazes/RJ, para a obtenção do
grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Aprovada em ____ de _____ de 2013

BANCA EXAMINADORA

Profa. Denise Cunha Tavares Terra, PhD.
(Orientadora)
UCAM

Prof. Eduardo Shimoda, PhD.
(Coorientador)

Profa. Paula Aparecida Martins Bastos Borges, PhD.
IFF

Prof. Luiz Augusto Caldas Pereira, MSc
IFF

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2013

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Rosa Maria Rezende, a qual sempre me ensinou que o essencial é termos persistência em nossa vida para sermos protagonista dela! Assim, seguindo seus conselhos pertinentes, chego à consolidação de mais uma etapa em minha história: conclusão do Mestrado!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, para evitar falhas imperdoáveis, agradeço a todos que contribuíram, com críticas e sugestões, para a construção dessa Dissertação!

À minha querida Orientadora, Profa. Dra. Denise Terra, que durante todo o percurso da consolidação desta Dissertação, foi uma Orientadora exemplar, o que me proporcionou segurança e tranquilidade na condução desta pesquisa.

Ao meu Co-Orientador, Prof. Dr. Eduardo Shimoda, pela paciência com que conduziu os trabalhos de estatística de um aluno com formação na área de Humanas.

Ao Instituto Federal Fluminense, campus Bom Jesus do Itabapoana, principalmente, à Diretoria de Pesquisa e Extensão, por apoiar a realização da pesquisa com os egressos!

Aos egressos do campus Bom Jesus, de 2009 a 2011, que tiveram grande disposição em colaborar para a realização da pesquisa!

À Luciana Costa Machado e à Marlúcia Junger Lumbreras, colegas do Instituto Federal Fluminense e do Mestrado, pelas excelentes pesquisas sobre o Noroeste Fluminense. Tais Dissertações foram essenciais para o entendimento da referida região!

Ao Prof. Remi Castione, do Doutorado em Educação da UNB, que à distância, me auxiliou com comentários pertinentes sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

Ao meu amigo Alexandre Fraga, Sociólogo da UFRJ, pelas discussões e apoio à realização desta pesquisa.

Aos membros da banca por aceitar o convite, que, espero, prazeroso!

RESUMO

A lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 estabeleceu um novo marco para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, qual seja: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas instituições têm como objetivo o desafio de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e regional. Sendo assim, esta Dissertação problematiza a relação do Instituto Federal Fluminense, campus Bom Jesus do Itabapoana, com o desenvolvimento da região na qual está inserido, qual seja, o Noroeste Fluminense. Para subsidiar tal análise, foi realizada uma pesquisa com os egressos da referida instituição de ensino do período de 2009 a 2011. Tais egressos são oriundos dos cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroindústria, nas modalidades integrado, concomitante e subsequente. No período em questão, 300 técnicos concluíram o estudo no referido campus, dentre os quais 200 deles foram entrevistados, via contato telefônico, e responderam a um questionário adaptado do da pesquisa nacional com egressos realizada pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - MEC/SETEC. Os resultados indicam que os alunos do Ensino Médio integrado ao Técnico estão verticalizando o ensino. Além disso, indicam uma baixa inserção profissional dos egressos nas áreas correlatas aos cursos técnicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento local e regional, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Noroeste Fluminense

ABSTRACT

The act 11.892 of December 29, 2008, established new boundaries for the Federal Network of Professional and Technological Education, namely: the foundation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology. These institutions aim the challenge of contributing to the local and regional socioeconomic development. Therefore, this thesis intends to discuss the relation between the Fluminense Federal Institute, campus Bom Jesus do Itabapoana, and the development of the region in which it is inset. To accomplish such an analysis a survey was conducted with the students of that institution who graduated during the period of 2009-2011. Those come from Agriculture or Agribusiness technical courses, in their integrate, concomitant, and subsequent modalities. During the concerned period, 300 technicians graduated in that campus, from whom 200 were interviewed, by telephone, and answered a survey based on the national research on graduates conducted by MEC/SETEC. The results indicate that technical high school students have being pursuing the same major in higher education. Furthermore, the results also indicate a low rate of employed students in areas related to their technical courses.

Keywords: Local and regional development; Federal Institutes of Education, Science and Technology; Northwest Fluminense.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expansão da EPT no Estado do Rio de Janeiro	54
Tabela 2 - Dados da Expansão da Rede Federal de EPT	57
Tabela 3 - Convênios celebrados pelo Brasil Profissionalizado	59
Tabela 4 - População do Noroeste por municípios (mil habitantes)	65
Tabela 5 - População do Estado do Rio de Janeiro por representações regionais (mil habitantes)	66
Tabela 6 - Evolução da População entre 1991-2000 e 2000-2010. Estado do Rio de Janeiro, mesorregiões, microrregiões e municípios do Noroeste Fluminenses	67
Tabela 7 - Evolução da população entre 1991-2000 e 2000-2010. Estado Do Rio de Janeiro, microrregiões e municípios do Norte e Noroeste Fluminenses	68
Tabela 8 - PIB do NOF por setores econômicos (R\$ em milhões a preços constantes de 2008)	69
Tabela 9 - Evolução do PIB por setor. Estado do Rio de Janeiro, mesorregiões, microrregiões e municípios do Noroeste Fluminense	70
Tabela 10 - Evolução do PIB por setor. Estado do Rio de Janeiro, mesorregiões, microrregiões e municípios do Norte e Noroeste Fluminenses	71

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de Expansão da Rede Federal de EPT: 1909 a 2002.....	51
Mapa 2 - Mapa de Expansão da Rede Federal de EPT: 1909 a 2002 e 2003 a 2010	51
Mapa 3 - Mapa de Expansão da Rede Federal de EPT: 1909 a 2002, 2003 a 2010 e 2011 a 2014	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos de competitividade sistêmica a serem considerados no projeto DEL- Baixada Fluminense	41
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tecido econômico estruturado – Sistema Produtivo Local	39
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas na Educação Profissional	58
Gráfico 2 - Alunos matriculados em cursos PROEJA	60
Gráfico 3 - Recursos do MEC para a EPT	61
Gráfico 4 - Participação dos setores econômicos no total de empregados do NOF– 2009	68
Gráfico 5 - Perfil (sexo) dos egressos do campus Bom Jesus	75
Gráfico 6 - Percentual de alunos em cada curso técnico	75
Gráfico 7 - Situação atual dos egressos do campus Bom Jesus no que se refere ao trabalho e estudo	76
Gráfico 8 - Situação dos egressos do campus Bom Jesus quanto a trabalhar na Área de formação	79
Gráfico 9 - Grau de satisfação do egresso em relação à atividade profissional na Atualidade	81
Gráfico 10 - Situação da remuneração do egresso do campus Bom Jesus em relação à média do mercado	82
Gráfico 11 - Carga horária de trabalho do egresso do campus Bom Jesus	83
Gráfico 12 - Vínculo empregatício do egresso do campus Bom Jesus	84
Gráfico 13 - Relação do trabalho atual do egresso do campus Bom Jesus com a formação técnica recebida	85
Gráfico 14 - Nível de exigência da capacitação profissional dos egressos do campus Bom Jesus	86
Gráfico 15 - Localização do trabalho atual dos egressos do campus Bom Jesus	87
Gráfico 16 - Interesse dos egressos do campus Bom Jesus em atuar na área técnica quando da conclusão do curso técnico	88
Gráfico 17 - Situação das ofertas profissionais na região do campus Bom Jesus	90
Gráfico 18 - Continuidade dos estudos dos egressos em nível técnico.....	92
Gráfico 19 - Percentual de egressos do campus Bom Jesus em cursos Graduação	93
Gráfico 20 - Tipo de administração do estabelecimento em que o egresso do campus Bom Jesus curso o nível superior	94
Gráfico 21 - Curso Superior escolhido pelos egressos do campus Bom Jesus.....	95
Gráfico 22 - Relação do curso superior do egresso do campus Bom Jesus com formação técnica recebida	97
Gráfico 23 - Procedência do egresso do campus Bom Jesus em relação à escola onde cursou o ensino fundamental	98

Gráfico 24 - Nível de escolaridade do pai do egresso do campus Bom Jesus	99
Gráfico 25 - Nível de escolaridade da mãe do egresso do campus Bom Jesus	100
Gráfico 26 - Nível de satisfação dos egressos do campus Bom Jesus quanto à instituição de um modo geral	101
Gráfico 27 - Nível de satisfação dos egressos do campus Bom Jesus quanto aos conhecimentos práticos recebidos	102
Gráfico 28 - Nível de satisfação dos egressos do campus Bom Jesus quanto à qualificação dos professores	103

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	19
2.1	Os Institutos Federais: limites e possibilidades de contribuição para o desenvolvimento local e regional	26
2.2	O Desenvolvimento regional e a possibilidade da redução da Desigualdade Social	31
2.3	Arranjos produtivos locais e a educação profissional e tecnológica	33
3	A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ECNOLÓGICA	42
3.1	Fase I (2005-2006) da Expansão	44
3.2	Fase II (2007-2010) da Expansão	49
3.3	Fase III (2011-2020) da Expansão	54
4	O IFF/CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA NO CONTEXTO REGIONAL DO NOROESTE FLUMINENSE	63
4.1	Evolução da população do Noroeste Fluminense	65
4.2	Evolução dos empregos e do PIB setorial do Noroeste Fluminense	68
4.3	Metodologia da pesquisa com os egressos do campus Bom Jesus	72
4.4	Análise e interpretação dos dados da pesquisa com os egressos do campus Bom Jesus	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXO	115

1 INTRODUÇÃO

Uma vez que o Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da UCAM-Campos, é profissionalizante, nada mais condizente do que esta Dissertação investigar uma prática profissional, qual seja: a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O objetivo precípua é analisar a relação da EPT com o desenvolvimento local e regional no tocante ao Noroeste Fluminense. Esta Dissertação, por meio de pesquisa realizada com os egressos do campus Bom Jesus do Itabapoana, do Instituto Federal Fluminense, analisará os limites e possibilidades da contribuição do referido campus para o desenvolvimento do território no qual está localizado.

O motivo de analisarmos a instituição educacional em questão se deve ao fato de a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) passar por modificações significativas quanto à institucionalidade. Em 29 de dezembro de 2008, foi promulgada a lei 11.892, cujo objetivo foi o de instituir a nova Rede Federal de EPT, na qual surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Tais instituições, em seu bojo de novas finalidades e características, passam a visar ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. O legislador demonstra uma grande preocupação em destacar que os Institutos Federais deverão atrelar suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão às demandas do território de abrangência.

Cabe elucidar que, no decorrer dessa Dissertação, demonstrar-se-á a complexidade existente para se efetivar o desenvolvimento local e regional, visto que, para concretizá-los, é fundamental um pacto entre os atores do território. Não há como propiciar o desenvolvimento sem a participação ativa de todos agentes fomentadores. Uma instituição sozinha não tem o “poder” de induzir o desenvolvimento local e regional.

Para ilustrar essa preocupação do legislador com o desenvolvimento local e regional, deve-se atentar para o artigo 6º, inciso I, da Lei 11.892/08, o qual elenca as características e finalidades dos Institutos Federais: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.” (BRASIL, 2008a)

Assim, já se pode depreender a preocupação com a formação do cidadão para atuar, de forma qualificada, no mundo do trabalho, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento do seu entorno, da sua região e da nação. A EPT é um dos elementos estratégicos no que tange à inserção de jovens e trabalhadores no mercado de trabalho, cuja característica é ser pleno de transformações tecnológicas.

Nesse contexto, ressalta-se que a EPT deve ser compreendida não apenas como a possibilidade de preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais (adestramento e treinamento), mas sim, compreendida como uma oportunidade de contribuir com a emancipação do sujeito, em que o cidadão se torne governante, como elucida Gramsci (2006).

A política de redução de juros do Governo Federal, as desonerações tributárias para o segmento industrial, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016, a descoberta do Pré-Sal, contribuem, atualmente, para o crescimento do número de postos de trabalho no Brasil. Mas nem sempre esses postos de trabalho são devidamente preenchidos, visto que há falta de mão-de-obra qualificada para suprir a demanda de trabalho oriunda da conjuntura econômica brasileira atual.

Para vencer esse paradoxo de haver vagas no mercado e trabalhadores desempregados, tem-se como alternativa a EPT. A expansão da Rede Federal de (EPT) vem ao encontro dessa criação de novos empregos, pois é fundamental qualificar a mão-de-obra para garantir um preenchimento efetivo das vagas do mercado de trabalho.

A política de expansão da Rede Federal de EPT, iniciada em 2006, elevou o número de campi para a marca de 354 em 2010 e a projeção para 2014 é atingir a meta de 562 campi (contra 140 campi em 2002- segundo dados do MEC). Vale elucidar que o campus Bom Jesus do Itabapoana pertencia à Universidade Federal Fluminense (UFF). Como foi possibilitado que as antigas escolas técnicas vinculadas às Universidades se integrassem aos Institutos Federais, o antigo Colégio Técnico Agrícola Idelfonso Bastos Borges tornou-se campus Bom Jesus do Itabapoana em 29 de dezembro de 2008.

O objeto de estudo da Dissertação será a análise da inserção dos alunos egressos do Instituto Federal Fluminense (IFF) do campus Bom Jesus do Itabapoana no mercado de trabalho. Pretende-se com essa pesquisa de egressos,

analisar de que forma(s) ocorre a inserção desse aluno no mundo do trabalho. Sendo assim, o objetivo específico da pesquisa é consolidar dados acerca da empregabilidade oriunda das diferentes modalidades (integrado, concomitante e subsequente) de cursos técnicos em Agropecuária e Agroindústria do campus Bom Jesus do Itabapoana e os limites e possibilidades na contribuição para o desenvolvimento local e regional .

Um dos critérios adotados pelo MEC para escolha dos municípios que serão atendidos com um campus do Instituto Federal é o Arranjo Produtivo Local (APL) identificado. Na própria lei de criação dos Institutos Federais, no artigo 6º, inciso IV, é destacada, como característica de tais instituições, a oferta de cursos em sintonia com os APLs: “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.” (BRASIL, 2008 a)

Sendo assim, analisaram-se os APLs do Noroeste Fluminense, região onde está localizado o campus Bom Jesus do Itabapoana. Essa análise terá como foco investigar se os cursos ofertados pelo referido campus estão condizentes com os APLs, além de investigar se tais arranjos são bem estruturados e encadeados.

Um questionamento a ser respondido na pesquisa será o porquê de muitos alunos cursarem o ensino técnico e não se inserirem no mercado de trabalho como técnico. Essa ação do educando pode sugerir que o discente busque na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica mais o Ensino Médio tradicional do que o Ensino Técnico, já que o competente legal para a oferta – o Estado – não cumpre, eficientemente, a competência legal que lhe é delegada pela CF/1988.

As áreas com as quais estão relacionadas esta pesquisa são a Educação e Trabalho – cujo objetivo é analisar as relações da educação com o mundo do trabalho – inserida no Planejamento Regional, em virtude das questões relativas ao desenvolvimento local e regional.

O escopo teórico da pesquisa foi subsidiado pelos seguintes autores/conceitos: no que concerne ao Desenvolvimento e ao Desenvolvimento Local e Regional, serão analisadas obras de Celso Furtado, Carlos Brandão, Denise Terra, Tânia Bacelar, Hermes Tavares, José Luis Vianna da Cruz e Clélio Campolina. Quanto aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), serão analisados estudos de órgãos governamentais como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

(SEBRAE) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), além de trabalhos da RedeSist, da UFRJ. No que tange à área de Educação e Trabalho, serão estudadas obras de Acácia Zeneida Kuenzer, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto e Marise Ramos, dentre outras.

Para a elaboração desta dissertação foram utilizadas tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa empírica. Foi realizada uma revisão bibliográfica dos conceitos como Desenvolvimento Local e Regional e a relação deles com a EPT, além da pesquisa empírica realizada com os egressos dos cursos técnicos de nível médio em Agropecuária e em Agroindústria do IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana, do período de 2009 a 2011.

A escolha desse período se deve ao fato de a Lei de criação dos Institutos Federais ter sido promulgada no dia 29 de dezembro de 2008. Assim, pesquisou-se o universo de alunos já da “era” Instituto Federal. O questionário respondido, via contato telefônico, seguiu o modelo da Pesquisa Nacional de Egressos da Rede Federal realizada pelo MEC/SETEC, em 2009.

Por fim, a pesquisa está estruturada em 3 capítulos: o primeiro cujo título é “A relação da Educação Profissional e Tecnológica com o Desenvolvimento Local e Regional”, tem como objetivo propor reflexões acerca da relação da educação e trabalho com o desenvolvimento local e regional.

O segundo capítulo, cujo título é “A Expansão da Rede Federal de EPT”, tem como objetivo realizar uma análise das fases de expansão I, II e III (2003-2014) da Rede Federal de EPT para depreender quais os critérios adotados pelo MEC para subsidiar a interiorização da referida rede e se tais critérios levam em consideração o desenvolvimento local e regional.

O terceiro capítulo, cujo título é “O IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana no contexto regional do Noroeste Fluminense”, tem como objetivo consolidar dados acerca do perfil de egressos do referido campus e a inserção deles no mercado de trabalho. O questionário que foi respondido segue os padrões da Pesquisa Nacional de Egressos da Rede Federal realizada pelo MEC/SETEC em 2009.

Como Servidor do IFF, espera-se que os resultados dessa pesquisa possam propor novas formas de atuação do campus Bom Jesus do Itabapoana no sentido de intensificar e/ou aperfeiçoar sua inserção e contribuição na dinâmica do desenvolvimento local/regional do Noroeste Fluminense.

Os Institutos Federais devem contribuir com a construção de um projeto de nação mais igualitária, para isso, é imprescindível a estreita relação com o território de abrangência. Porém, a relação com o território configura-se como um desafio para essa nova institucionalidade e, esta pesquisa, pretende contribuir com esses novos compromissos a que se propõem os Institutos Federais, por meio do estudo de caso do IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana.

2 A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Neste capítulo da Dissertação, busca-se depreender a relação existente entre EPT e o Desenvolvimento Local e Regional, por meio de uma abordagem teórica. No decorrer do capítulo, os seguintes conceitos serão trabalhados e relacionados à EPT: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais.

No que concerne ao conceito de Desenvolvimento o que impera é a ausência de um consenso sobre sua definição. Isso se deve ao fato de que quase todos os dilemas humanos contemporâneos estão concentrados na temática citada. Podem-se destacar duas correntes predominantes sobre a questão do Desenvolvimento: a primeira seria a dos economistas clássicos que o compreende como sinônimo de crescimento econômico; a segunda seria a dos economistas neoclássicos que o depreendem como mais qualitativo, em que haja um crescimento do homem e da sociedade.

Quanto à concepção mais qualitativa de Desenvolvimento, destaca-se a seguinte característica apontada por Furtado (1974, apud PIQUET, 2010, p.30): "o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a." Dessa forma, o referido autor elucida que desenvolvimento engloba não só a questão econômica, mas também a social. Não basta que uma determinada região alcance patamares econômicos significativos sem que com isso ocorra um verdadeiro bem-estar dos cidadãos, sem que eles sejam, realmente, emancipados. Dessa forma, por meio da análise da concepção de Furtado, crescimento econômico é distinto de desenvolvimento. Enquanto aquele se detém em números, numa análise quantitativa, este prima pela equidade social e uma análise qualitativa. Até meados dos anos de 1960, não se efetivava uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento visto que os poucos países desenvolvidos haviam se tornado ricos por meio da industrialização. Já nos países que continuaram subdesenvolvidos, a industrialização estava no início ou nem começara. Em nações semi-industrializadas como o Brasil à época, o crescimento não veio atrelado ao bem-estar social como em nações ricas. Sendo assim, iniciou-se a discussão sobre o conceito de desenvolvimento.

Por meio da contribuição do economista Celso Furtado, infere-se que para ocorrer desenvolvimento é imprescindível que ocorra a eliminação das principais fontes de privação de liberdade de uma sociedade, dentre as quais destacam-se: pobreza, baixos salários, tirania, carências de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos como Educação e Saúde, intolerância ou interferência excessiva de estados repressores, etc. Essa diferença entre crescimento e desenvolvimento também é esclarecida por Somekh (2010):

A noção de desenvolvimento difere de crescimento, somada ao imperativo da democracia, implica que se deve promover a desconcentração territorial por todos os estados brasileiros. A busca da homogeneização do espaço nacional e, portanto, da desconcentração é uma das metas do desenvolvimento. A consequência disso é que se torna estratégica por parte do governo nacional a construção de uma política econômica que possa interferir num nível macro na escala territorial intraurbana. (SOMEKH, N., 2010, apud POCHMANN; DOWBOR, 2010, p.19)

Deve-se elucidar que o fato de crescimento não ser sinônimo de desenvolvimento não deveria ser interpretado como oposição entre um e outro. Isso porque para que uma nação alcance o bem-estar social, a economia desta nação não poderia estar em processo de estagnação. Torna-se mais fácil alcançar o bem-estar social quando as taxas de crescimento não estão em declínio. Portanto, crescimento econômico é um meio e não um fim para o desenvolvimento pleno da sociedade.

Nesse contexto, Cruz (2007) assevera que o desenvolvimento é efetivado quando se tem crescimento econômico atrelado à equidade e à oportunidade para a população local:

Para que o crescimento econômico cumpra sua promessa de desenvolvimento, o que só ocorre quando as oportunidades de trabalho e renda são acessíveis, principalmente, à população local, nos seus mais diversos extratos, em condições dignas, e quando os recursos agregados são alocados nas prioridades públicas e sociais, gerando qualidade de vida, bem-estar e sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural. (CRUZ, 2007, p. 47)

Desse modo, o desenvolvimento deve ter como princípio a inclusão social, em que a cooperação, criação, alargamento e consolidação das esferas públicas sejam efetivos, oportunizando um diálogo transparente entre diferentes atores políticos, econômicos e sociais. A consequência desse diálogo seria a criação de condições fundamentais para a construção de um desenvolvimento local em conjunto.

Um desenvolvimento baseado na visão qualitativa propicia a justiça social, questão tão urgente em países como o Brasil, por conta da conhecida desigualdade

social, expressa, por exemplo, nos níveis educacionais, de renda, de informação, de cultura geral e de consumo. Atualmente, a ideia de desenvolvimento contempla uma multidimensionalidade, alcançando fatores como cultura, economia, política e o aspecto ambiental. É preciso, portanto, alcançar um desenvolvimento justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Furtado (1974), para subsidiar este tema que está em voga, qual seja, a sustentabilidade ambiental do crescimento, esclarece que se o desenvolvimento fosse baseado na ideia de crescimento para todos com base no padrão de produção e consumo dos países mais ricos, ou seja, universalizar-se, teríamos um colapso dos recursos naturais:

Que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a esta pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (FURTADO, 1974, P. 19)

Há necessidade de reflexão sobre a importância de se encontrar uma alternativa de sustentabilidade do desenvolvimento humano sem uma redução drástica dos recursos naturais. É fundamental “manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo.” (Nosso Futuro Comum, 1987, apud BITENCOURT, 2009, p. 31).

Assim, o desenvolvimento sustentável exige um planejamento local e participativo, cujo objetivo seria promover o dinamismo econômico e a justiça social, cuja realização tem uma dimensão local. Sobre a questão de justiça, Somekh (2010) esclarece que:

É necessário retomar questões essenciais voltadas aos velhos problemas de condições de moradia e serviços públicos necessários à população de mais baixa renda, pensar no desenvolvimento local como perspectiva de melhorar as condições urbanas e criar alternativas de emprego, assim, como construir o projeto de maneira democrática e compartilhada. (SOMEKH, N., 2010, apud POCHMANN; DOWBOR, 2010, p.26)

A tendência de projetos exitosos perpassa pelo desenvolvimento baseado na integração dos atores locais, num processo que exige abordagem negociada e contratual, a qual possibilita a construção de novos pilares para a democracia. Esse

“pacto territorial” de tais instituições poderia ser conduzido pelos Institutos Federais, visto que um dos seus objetivos é fomentar o desenvolvimento. Castioni e Souza (2012) elucidam:

Em passado muito recente, muitas dessas escolas (técnicas) estavam de costas para a realidade local. Nesse ponto, entra novamente a questão da territorialidade. Nós não temos essa figura na nossa estrutura federativa. Precisáramos ter, mas não temos. O território é uma abstração e um desafio para o nosso planejamento. Muitos dos problemas dos municípios estão além das fronteiras dele e, claro, também as oportunidades. Do que adianta um município tratar o problema do seu esgoto a jusante se a montante é o seu vizinho que polui o rio? Esse exemplo visa mostrar que é necessário termos uma figura institucional que ligue um conjunto de municípios que junte instâncias estaduais e que tenha a União presente (...) Como você convence um conjunto de municípios a pensar articuladamente o seu futuro? Será que o Instituto Federal não pode ser essa referência? (CASTIONI; SOUZA, 2012, p.52-53)

Dando sequência à pesquisa, é importante a discussão sobre desenvolvimento local, visto que o tema desta Dissertação encontra-se focado em um recorte regional, mais precisamente o Instituto Federal Fluminense e o campus Bom Jesus do Itabapoana no Noroeste Fluminense, e nos APLs. Analisar a temática de desenvolvimento local numa época de processo acelerado de globalização parece um pouco contraditório.

A relação local-global deixa de ser uma dicotomia para ser considerada como uma relação dialética. Isso porque o fator global não pode existir sem o local, e o local se caracteriza por relações moldadas por ações sociais globais (VILELA, 2002, apud BITENCOURT, 2009, p. 33). Sobre a conceituação acerca do Desenvolvimento Local, Bitencourt (2012), a partir das contribuições de Buarque (2002, p.25) esclarece o seguinte:

De acordo com Buarque (2002, p. 25), “o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais.” O autor afirma que isso resulta da interação e sinergia entre qualidade de vida da população local (redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos), a eficiência econômica e a gestão pública eficiente. Conseqüentemente, os três pilares são: organização da sociedade através da formação do capital social local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local); agregação de valor na cadeia produtiva, como articulação e aumento da competitividade das atividades econômicas locais; a reestruturação e modernização do setor público local. (BUARQUE, 2012 apud BITENCOURT, 2012, p. 196)

É importante frisar que o desenvolvimento local tem sido tratado como a possibilidade de “salvação” dos problemas de um município, onde o local resolveria tudo. É como se o local pudesse conduzir, sozinho, os rumos das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Assim, é necessário haver uma “coesão”, na qual todas as instituições públicas e privadas do território estejam em sintonia em prol de se pensar o desenvolvimento local. Sobre essa questão, Muls (2008) elucida:

Quanto maior é o grau de coesão das redes (sociais e econômicas, formais e informais) entre as formas intermediárias de coordenação, que se manifestam essencialmente no plano territorial, maior é o estoque de capital social deste território e maiores serão as chances de sua estratégia de reação autônoma, redirecionar, a seu favor, as forças que emanam da pressão heterônoma. A elaboração de uma estratégia territorial de reação autônoma deve contar com a participação de todas as representações institucionais envolvidas (poder público local, empresas e sociedade civil). (MULS, 2008, pag. 20)

Sendo assim, se não existir um projeto nacional de desenvolvimento, dificilmente, as políticas públicas serão concretizadas com sucesso, pois o papel dos governos locais é pífio em relação às políticas de desenvolvimento. Compartilhando dessas concepções, tem-se Brandão (2007):

Nenhuma escala *per se* é boa ou ruim. É preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento. Penso que (...) as escalas 'intermediárias' ganham novo sentido e importância nessa nova fase do capitalismo. (BRANDÃO, 2007, P.36)

É fundamental, portanto, o compartilhamento, a integração para se garantir um real desenvolvimento local. E esse compartilhamento é a base da escala intermediária elucidada por Brandão, visto que o local não “pode tudo”, tem que haver, portanto, uma integração entre as escalas federal, estadual e municipal. Essa escala intermediária proporciona depreender a região ou o local não apenas como um fator geográfico, mas sim com um elemento vivo, efetivo do processo de planejamento.

Como se depreende, efetivar o Desenvolvimento Local se torna complexo, visto ser trabalhoso estabelecer esse compartilhamento entre todos os atores do território. Além disso, cabe destacar que os modelos de desenvolvimento local de sucesso no mundo, como a experiência italiana, não são, facilmente, replicáveis, visto que cada local tem suas particularidades. Oliveira (2001) realiza uma reflexão importante sobre essa questão de modelos, paradigmas: “O desenvolvimento local é uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as

dimensões em que se exerce a cidadania; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso.” (OLIVEIRA, 2011, p.13).

Para compreender toda essa valorização do local, deve-se se atentar para a história política do Brasil. Como os cidadãos brasileiros foram reféns, por muitos anos, de uma Ditadura Militar, cujas ações eram, demasiadamente, centralizadas, a Constituição Federal de 1988 proporcionou a oportunidade de se descentralizar competências, propiciando certa autonomia aos municípios. Embora tenham sido utilizadas as transferências intergovernamentais, tanto da União para estados e municípios, quanto dos estados para municípios a fim de garantir a descentralização, muitos municípios utilizaram a guerra fiscal para angariar maiores investimentos.

Essa disputa gera cidades e regiões perdedoras, o que inviabiliza um desenvolvimento, seja local ou regional, como esclarece Tavares (2002):

Na prática, as cidades médias e as mesorregiões, liberadas da enorme dependência do Estado e de posse de relativa liberdade orçamentária, estabeleceram políticas próprias, muitas vezes agressivas, para atrair novos empreendimentos. (...) Daí a multiplicação de cidades científicas, parques tecnológicos e tecnopolos em toda a parte. (...) No clima do liberalismo, outra vez triunfante, as cidades e as regiões deveriam ser 'vencedoras'. Logo se percebeu, entretanto, que haveria as cidades e as regiões perdedoras. (TAVARES, 2002, P.119)

Sendo assim, a descentralização de competências constitucionais e orçamentárias consagrada pela Constituição Federal de 1988 não pode ser entendida como um “salva-se quem puder”, em que sejam realizadas políticas agressivas para atrair investimentos. Portanto, é necessário aprimorar o relacionamento entre os diferentes níveis de governo.

Por um lado, as Prefeituras precisam se habilitar técnica, financeira e administrativamente para receber recursos de programas elaborados pelos Estados ou pela União. Por outro, é preciso ir além do puro e simples repasse de recursos para caminhar na direção de engendrar parcerias efetivas entre os diferentes níveis de governo. Ou seja, o Governo Federal deveria efetivar uma política nacional, em que haja articulação entre os níveis federal, estadual e municipal.

Isto significa compartilhar diagnósticos e estratégias, dividir tarefas e atribuições evitando sobreposições de esforços. É importante induzir uma maior especialização de cada nível de governo em determinadas áreas e a produzir políticas públicas que tenham mais eficiência, eficácia e escala, colaborando, logo, com o desenvolvimento local.

Amaral Filho (1996, p. 38) esclarece que o desenvolvimento local ideal seria aquele realizado de baixo para cima, em que o poder centralizador perderia espaço: O modelo pode ser definido como desenvolvimento realizado *de baixo para cima*, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um modelo de desenvolvimento *de cima para baixo*, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional.

Deve-se elucidar também que desenvolvimento econômico local não pode ser confundido com desenvolvimento urbano, em que o primeiro prioriza a ativação da economia local, e o segundo destaca o uso de políticas de ordenação do território, como esclarece Silva (1998) apud Vite (2007):

O desenvolvimento econômico local pode ser definido como o conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local (para a ativação da economia local) (cf. C. C. Silva, 1998) e pode provocar impactos no território. Ele não deve ser confundido com desenvolvimento urbano. O desenvolvimento urbano dá-se a partir de um projeto físico para uma cidade e de políticas de controle do uso do solo, resultando na ordenação do território e de equipamentos coletivos. (VITTE, 2007, p. 3)

O desenvolvimento local deve vir atrelado ao desenvolvimento regional, visto que a concepção de território vai muito além da do município. Não se pode pensar em desenvolvimento isolado. Conforme Vitte (2007), as discussões sobre desenvolvimento local e regional foram reativadas:

O desenvolvimento local tornou-se tributário do debate sobre o desenvolvimento regional que foi reavivado, motivado pela constatação de que cidades e regiões anteriormente de economia dinâmica estavam em declínio, enquanto ocorria a ascensão de outras áreas por diversos motivos. Na crítica teórica fortaleceram-se as abordagens a partir de modelos denominados de baixo para cima e a valorização de elementos endógenos..(VITTE, 2007, p. 4)

Assim, o desenvolvimento regional está imbricado no local, visto que não se constrói desenvolvimento de forma isolada. Ao encontro dessa concepção, de que o desenvolvimento equitativo se realiza por meio da integração entre as escalas municipal, estadual e federal, têm-se Diniz e Croco (2006):

Em países de grande dimensão territorial como o Brasil, há consenso de que os extremos, tanto da escala macrorregional como de um localismo exacerbado, não são adequados para uma orientação de política. Em primeiro lugar, advoga-se que uma política de desenvolvimento regional deve ser pensada e articulada em escala nacional, como passou a ser a orientação do Governo Federal nos últimos anos, significando um avanço sobre as visões anteriores e o tratamento de regiões isoladas, como foi a política de desenvolvimento para o Nordeste. Em segundo lugar, a própria divisão territorial nas cinco macrorregiões hoje se apresenta ultrapassada pela diversidade interna de cada uma delas. Em terceiro lugar, porque a ênfase no local, a exemplo da generalizada defesa dos APLs, pode ser um

instrumento adequado para certas ações, mas não tem alcance e capacidade de articular uma visão integrada do território. (DINIZ, C.C.; CROCO, M (Org.), 2006, p.28)

Então, a territorialização das intenções deve ser compreendida como uma oportunidade de integração, no escopo de uma efetiva política nacional de desenvolvimento. Vivenciamos um tempo em que governo, empresas e cidadãos não podem ficar mais dispersos. Pochmann e Dowbor (2010) esclarecem essa necessidade de articulação:

Hoje entendemos que existem territorialidades que precisam se articular de maneira mais inteligente, e nessa diversidade, o território local surge como um grande potencial subutilizado, na medida em que permite políticas diversificadas segundo as diferentes situações e uma articulação dos diversos atores locais visando processos de decisão mais participativos e mais democráticos, além de maior produtividade sistêmica do território. (POCHMANN; DOWBOR, 2010, p. 6)

Uma maneira de contribuir com o desenvolvimento local/regional seria o fortalecimento do sistema educacional e de pesquisas, como destaca Diniz e Croco (2006):

A criação de sistemas regionais e locais de inovação deveria estar orientada criticamente para a combinação do sistema educacional e de pesquisas com as novas modalidades institucionais de inovação, a exemplo das incubadoras, dos parques tecnológicos e dos arranjos produtivos locais. A melhoria educacional, além de fazer parte de uma política horizontal e universal, deveria estar também orientada para as condições e potencialidades regionais. (DINIZ, C.C. & CROCO, M (Org.), 2006, p.30)

2.1 Os Institutos Federais: limites e possibilidades de contribuição para o desenvolvimento local e regional.

No caminho das orientações de Diniz e Croco, eis que foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia cuja finalidade é contribuir com o desenvolvimento local e regional, além da transferência de tecnologia e inovação para a sociedade, como constatado na lei de criação das referidas instituições, qual seja: lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008a)

Fica evidenciado, na lei de criação dos Institutos, uma concepção da pesquisa enquanto princípio educativo, em que propicia ao educando uma atividade instigadora no sentido de procurar respostas às questões postas pelo mundo que o cerca. Concomitantemente, dispõem, como eixo orientador dos processos investigativos, as questões suscitadas pelas necessidades sociais considerando as particularidades econômicas, sociais e culturais de cada região.

Com essa característica de fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e regional, os Institutos Federais procuram cumprir o papel de poder contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais. É bom evidenciar a complexidade da realização do desenvolvimento local e regional, afinal, os dois estão imbricados.

Há necessidade de um pacto nacional para o desenvolvimento, em que todos os agentes responsáveis pelo território, dentre eles os governos municipal e estadual, os empresários locais, bancos comerciais e de desenvolvimentos, instituições de pesquisa, cooperativas, associações, dentre outros, estejam unidos em prol da redução das desigualdades. Somente os Institutos Federais não são elementos suficientes para induzir o desenvolvimento local e regional.

Uma vez que é fundamental a criação dos fóruns de desenvolvimento, em que sejam estabelecidos níveis de responsabilidades entre atores locais, a expansão dos Institutos Federais é importante, visto que tais instituições podem ser responsáveis, por exemplo, pelo levantamento de informação, elaboração de pesquisas e diagnósticos. Sendo assim, os Institutos Federais podem auxiliar na efetivação do protagonismo das cidades e das regiões como agentes do desenvolvimento econômico. Sobre a questão referida, Somekh elucida:

Numa economia mundial cuja base produtiva é constituída de fluxos de informação voltados a atender às novas demandas dessa formação especial, as cidades e as regiões estão se tornando os agentes efetivos de desenvolvimento econômico. Nelas, os Estados Nacionais podem ter seu poder de ação reduzido. No entanto, as regiões e as cidades, mais flexíveis e adaptáveis a condições mutáveis, mesmo sem deter tanto poder, mas aliadas aos Estados Nacionais, estão mais próximas da resposta necessária ao desenvolvimento. São capazes de desenvolver projetos urbanísticos de requalificação, bem como de negociar com empresários de modo que seja

possível influir em suas decisões, estimular a abertura de pequena e médias empresas e , ainda, criar condições para desenvolver novas fontes de riqueza, prestígio e poder. Nesse processo de geração de crescimento, as cidades são capazes de inovar na eficiência da cooperação e no associativismo criando um lugar melhor para a produção de riqueza e com qualidade de vida mais elevada. (SOMEKH, N.,2010, apud POCHMANN; DOWBOR, 2010, p.24-25)

Essa inovação referenciada por Somekh pode encontrar respaldo na pesquisa e na extensão dos Institutos Federais. Isso porque a pesquisa pode potencializar a necessária autonomia para que os homens possam, por meio do trabalho, atuar transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, concomitantemente, cuidando de sua preservação em virtude das necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras.

Já as atividades de extensão tornam-se essenciais para o diálogo efetivo entre instituição e sociedade. É nesse sentido que as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada, contribuindo para democratização institucional. Pacheco (2012) ressalta a importância da pesquisa para os que vivem do trabalho:

Nesse sentido, é necessário que a pesquisa, como princípio pedagógico, esteja presente em toda a educação escolar dos que vivem/viverão do próprio trabalho. Ela instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, para que não sejam incorporados pacotes fechados de visão de mundo, de informações e de saberes, sejam eles do senso comum, escolares ou científicos. (PACHECO, 2012, p. 71)

A pesquisa, destarte, deve contribuir com a redução de desigualdades. Por isso, é fundamental que a (re)produção de conhecimento esteja norteada por um sentido ético, em que a concepção de pesquisa esteja engajada com a produção de conhecimentos, saberes, bens e serviços. Tais serviços deveriam ter como finalidade a melhoria das condições da vida coletiva e não apenas a produção de bens de consumo para fortificar o mercado e privilegiar o valor de troca em detrimento do valor de uso.

Portanto, esse fortalecimento do mercado acaba contribuindo com a concentração de riqueza e, conseqüentemente, com o aumento das desigualdades socioeconômicas. E não deve ser esse o objetivo de uma instituição pública de ensino como o Instituto Federal.

Pacheco assevera que “uma importante estratégia na consolidação da pesquisa como princípio pedagógico pode ser a sua vinculação com a produção de tecnologias sociais, fundamento de uma intervenção social junto às comunidades

nos territórios de atuação da unidade escolar.” (PACHECO, 2012, p. 72). Essa estratégia pode ser consolidada com a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

E para contribuir com a emancipação do cidadão, e com a conseqüente redução das desigualdades, tem-se a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cujo objetivo é capacitar o aluno para desempenhar uma atividade profissional, em que ele seja co-participe do desenvolvimento local e regional. Há que se educar para a cidadania, para a participação, para a consciência da necessidade de se empreender um controle social sobre as esferas públicas e privadas. A educação vai além da formação para o mercado de trabalho. É preciso tornar o estudante um cidadão, com consciência do seu papel de agente transformador da realidade.

É importante ressaltar que por muitos anos a EPT foi vista como instrumentalizadora, em que o objetivo era, somente, preparar o aluno para o mercado de trabalho. Atualmente, a EPT se preocupa com o saber pensar e com o saber fazer, ou seja, com uma formação contextualizada, em que a formação humanística esteja integrada à formação técnica. Pacheco (2012) elucida:

Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca esgotar a elas. (ibid., p. 67)

Sendo assim, para subsidiar esse exercício crítico das profissões é fundamental que se efetive uma relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. A partir dessa relação indissociável, é possível conceber o trabalho como princípio pedagógico, conforme elucida Pacheco (2012):

Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, que somos sujeitos de nossa história, e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. (ibid., p. 67)

Essa estreita relação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura foi pauta do Grupo de Trabalho (GT) Interministerial instituído pela Portaria nº. 1189 de 05 de dezembro de 2007 e a Portaria nº. 386 de 25 de março de 2008, cujo objetivo foi elaborar o documento “Reestruturação e expansão do Ensino Médio no Brasil”. O objetivo deste GT do MEC e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República foi estabelecer uma política de médio e longo prazo para consolidar o Ensino Médio no Brasil.

Essa modalidade educacional no Brasil tem como característica uma falta de identidade e a dualidade histórica (ensino propedêutico e profissional). Sendo assim, um dos maiores desafios da educação brasileira é efetivar um significado para o Ensino Médio, para que essa modalidade da educação básica possa ir além de uma mera passagem para o ensino superior ou para a inserção na vida econômica-produtiva:

É necessário dar visibilidade ao ensino médio no sentido da superação dessa dualidade histórica existente na educação brasileira. Nessa perspectiva, essa última etapa da educação básica precisa assumir, dentro de seus objetivos, o compromisso de atender verdadeiramente a diversidade nacional, sua heterogeneidade cultural, considerar os anseios das diversas “juventudes” e da expressiva fração de população adulta que acorrem à escola, sujeitos concretos em suas múltiplas necessidades, em suma, os diversos apelos da sociedade brasileira, no sentido da universalização com qualidade. (BRASIL, 2008b, P.6)

Assim, é fundamental atrelar trabalho, ciência, tecnologia e cultura nas diversas modalidades educacionais. Isso porque somente a partir desse estreitamento é que serão desenvolvidas possibilidades formativas as quais contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que constituem sistema educacional brasileiro:

Busca-se uma escola que não se limite ao interesse imediato, pragmático e utilitário. Uma formação com base unitária, no sentido de um método de pensar e de compreender as determinações da vida social e produtiva – que articule trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Por esta concepção, o ensino médio deverá se estruturar em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura uma componente da formação geral, articulada com o trabalho produtivo. Isso pressupõe a vinculação da ciência com a prática, bem como a superação das dicotomias entre humanismo e tecnologia, e entre a formação teórica geral e técnica-instrumental. Em síntese, pretende-se configurar uma identidade do ensino médio, como etapa da educação básica, construída com base em uma concepção curricular unitária, com diversidade de formas, cujo princípio é a unidade entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia. (BRASIL, 2008b, p.8)

Na sociedade moderna, o fundamento da profissionalização é a relação econômica, já que o trabalho também se constitui como tal, visto que garante a existência humana por meio da produção de riquezas e da satisfação das necessidades.

Porém, sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização vai ao encontro da ampliação da formação para o mercado de trabalho, visto que incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos. Dessa forma, uma formação completa, ampla, que encerre a separação entre ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar:

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 85 apud PACHECO, 2012, p. 58)

2.2 O Desenvolvimento regional e a possibilidade da redução da desigualdade social

Consoante Bacelar (2000) a redução das desigualdades deve ser um dos objetivos do desenvolvimento regional:

A política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter, entre seus objetivos fundamentais a questão da redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência. (BACELAR, 2006, p.133)

Diniz e Croco (2006) concluem esclarecendo quais os caminhos a serem percorridos para se efetivar uma política de desenvolvimento regional no Brasil, em que haja uma promoção de uma estruturação e reordenação do território brasileiro por meio de uma gestão governamental multiescalar:

A teoria do desenvolvimento regional e urbano permite-nos identificar um conjunto de caminhos para a promoção do desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e para uma melhor estruturação e reordenação do território brasileiro. Nesse sentido, as políticas deveriam partir da concepção de que o urbano estrutura o espaço. Dessa forma, e, portanto, a intencionalidade da estrutura urbana que se quer construir deveria guiar as demais políticas. Entre as políticas e caminhos para uma nova política de desenvolvimento regional do Brasil a literatura teórica nos permite identificar como básicas: reforço da capacidade de investimento; criação de sistemas locais de pesquisa e inovação; melhoria do sistema educacional; melhoria da infraestrutura de transporte e telecomunicações; reorientação do sistema de subsídios e incentivos. Torna-se, assim, fundamental a institucionalização das instâncias de coordenação e governança de forma multiescalar, com destaque para a gestão metropolitana e para as mesorregiões. (DINIZ, C.C. ; CROCO, M (Org.), 2006, p.29)

Assim, o Brasil deve ser capaz de articular e mobilizar forças em torno de um projeto nacional, além de superar seus problemas estruturais, principalmente as

desigualdades sociais e regionais, as quais representam um grande obstáculo ao seu desenvolvimento.

A Ciência, Tecnologia e Inovação podem contribuir não só com o setor produtivo, mas também com a própria sociedade brasileira como um todo. Exemplos mais evidentes nesse último sentido são os relacionados às áreas de alimentos, saúde, educação, habitação e saneamento. Lastres e Cassiolato (2003) elucidam que

Acima de tudo recomenda-se definição e implementação de um novo projeto de desenvolvimento que reforce a articulação entre a política macroeconômica e social, industrial e de ciência, tecnologia e inovação, visando a uma inserção mais competitiva e autônoma, que assegure a coexistência entre a construção de bases produtivas modernas e dinâmicas e o atendimento dos objetivos de inclusão, equidade e coesão social. (LASTRES; CASSILATO, 2003, p.9-10)

Numa tentativa de tentar efetivar essa articulação macroeconômica e social, a SETEC criou, por meio da Portaria 157 de 29 de outubro de 2012, a Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologia Digitais (NENAPI) que envolve vários subsistemas, dentre eles, biblioteca virtual, tecnologia de inclusão de pessoas deficientes e o observatório da Rede Federal de EPT. Este último tem como um dos objetivos construir uma base de dados confiável sobre o mundo do trabalho e a EPT com vistas ao desenvolvimento de estudos e pesquisas de prospecção tecnológica, tendências ocupacionais e demandas do mercado. Esse observatório também tem a finalidade de promover a EPT associando-a a um projeto de desenvolvimento econômico e social local.

Para concretizar essas atribuições, em setembro de 2009, foi elaborado o documento Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local, cujo foco é a orientação e o planejamento para a inserção dos Institutos Federais no desenvolvimento local e regional:

Compreende-se a implementação do Projeto de Estudos/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local como a própria construção de planejamento mais geral que orientará o instituto federal na sua inserção no desenvolvimento regional/local, tendo em vista a tomada de decisões acerca das ações voltadas para promover o futuro desejado no plano regional/local. É um processo organizado de estudos e pesquisas, resultado de uma investigação e reflexão estruturada com base em procedimentos científicos e em mediações políticas que envolvem os diversos atores sociais e outras esferas públicas, de modo a analisar e interpretar o processo de desenvolvimento histórico e recente regional/local, as perspectivas e impactos esperados em termos dos cenários futuros e as ações apontadas como escolhas pactuadas entre os institutos, os atores sociais e as instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal. (BRASIL, MEC/SETEC, 2009a, p.9)

Portanto, esse projeto é de grande importância para os Institutos Federais, visto que é uma referência estratégica para a atuação deles e dos atores sociais no contexto de influência, tendo em vista a integração efetiva e criativa dos mesmos na sociedade regional/local na qual cada instituto se insere:

A efetivação do Projeto de Estudo/Pesquisa Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local, com a conseqüente proposição, teste e amadurecimento da metodologia, depende da sua capacidade de prospectar, refletir e materializar ações voltadas para suprir demandas da sociedade e dos setores produtivos em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, mediante convergências entre a Instituição e os atores sociais envolvidos, a partir das prioridades regionais/locais. (BRASIL, MEC/SETEC, 2009a, p.6)

2.3 Arranjos produtivos locais e a educação profissional e tecnológica

No que tange aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), deve-se destacar a quantidade significativa de conceitos a respeito do tema. De um modo geral, os APLs são depreendidos como um conjunto de atividades econômicas, cuja característica é a complementaridade, ou seja, conexão entre os atores

O conceito de APL pode ser associado à aglomeração espacial de agentes econômicos, políticos e sociais, como foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresenta vínculos e interdependência. Por meios desses vínculos, origina-se um processo de aprendizagem que possibilita a introdução de inovações de produtos, processos e formatos organizacionais, gerando maior competitividade para as empresas integradas ao arranjo. (SEBRAE, 2007 apud LUMBRERAS, 2008, p.76)

Dessa forma, os APLs englobam a ideia de redes, pois formam um sistema localizado de agentes econômicos, políticos e sociais ligados a um mesmo setor ou atividade econômica, acarretando a concretização de vínculos produtivos e institucionais entre si. Dessa forma o APL proporciona, aos produtores, um conjunto de benefícios relacionados com a aglomeração das empresas.

No Brasil, a temática APL tem sido bastante debatida, principalmente com a criação do Grupo de Trabalho do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) em 2004. Esse GT tem como objetivo de construir uma metodologia de apoio aos APLs com base na articulação entre as escalas federal, nacional e municipal. É muito válido a União, por meio do MDIC, conduzir os trabalhos para o desenvolvimento local e regional em colaboração com os governos estadual e municipal, consolidando uma política nacional de fomento aos APLs:

O desenvolvimento das políticas no âmbito dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estabeleceu fortes relações com os estímulos do

governo federal, principalmente devido ao papel e a importância do GTP-APL do MDIC no processo de formalização das políticas. Conforme destacado nos diferentes estudos, o GTP-APL foi instalado em 2004 no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior por Portaria Interministerial, envolvendo 23 instituições, com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais com base na articulação de ações governamentais. Por meio de um processo inicial de mapeamento, foi identificado um número expressivo de APLs, o que levou o MDIC a induzir os estados a formalizarem os seus mecanismos de apoio a arranjos produtivos locais, através da criação de Núcleos Estaduais de Apoio ou organizações semelhantes, como a Rede APL. (CAMPOS, R.R; STALLIVIERI, F.; VARGAS, M.A; MATOS, M. (Org.), 2010, p. 47)

Sendo assim, a construção de ações para arranjos produtivos locais foi estimulada em virtude das demandas do GTP-APL. Elucida-se que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) procura implantar cursos técnicos relacionados aos APLs identificados na região onde se instalam os campi. É fundamental, portanto, integrar os cursos técnicos a serem ofertados pela Rede Federal de EPT com os APLs, para assim, construir possibilidades de se efetivar um bem-estar social, com geração de emprego, renda e equidade.

As políticas públicas, dentre as quais a EPT, podem potencializar os APLs e alavancar o desenvolvimento regional e local por meio de pesquisas aplicadas às demandas locais para, assim, concretizar a elaboração de um diagnóstico completo para a região, como elucidam Diniz e Croco (2006):

As políticas públicas de apoio ao desenvolvimento de APL's devem realizar um levantamento exaustivo de dados estratégicos sobre estas aglomerações, por meio da elaboração de diagnósticos que contemplem informações como: a localização geográfica; o contexto histórico; a caracterização da cadeia produtiva principal, destacando seus principais produtos; o grau de tecnologia incorporada nos produtos e no processo produtivo; as informações sobre a qualidade e a imagem do produto; o grau de associação entre o produto e a região; o tamanho e a importância relativa do aglomerado para as economias local e regional; a distribuição das empresas por porte; a classificação quanto a sua estrutura (vertical ou horizontal); a graduação de seu nível de consolidação; os principais mercados atendidos; as fontes de vantagens competitivas; a presença de instituições públicas e privadas na formação, na operação e no desenvolvimento do aglomerado; as instituições externas e internas ao aglomerado; a natureza, a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho regional; e, finalmente, as principais oportunidades, ameaça e desafios que se colocam para a consolidação do aglomerado produtivo sob análise enquanto um APL e sua real potencialidade de alavancar o desenvolvimento regional. (DINIZ, C.C.; CROCO, M (Org.), 2006, p.29)

Uma dos objetivos dos Institutos Federais é transferir tecnologia para a região na qual se situa para, assim, contribuir, por meio de soluções técnicas, para que

haja amenização de problemas que atrapalhem o desenvolvimento local e regional. Os conhecimentos produzidos pelas pesquisas devem estar colocados a favor dos processos locais.

Nesse sentido, a extensão pode possibilitar a segmentos e setores excluídos das atividades desenvolvidas nos Institutos Federais o acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Esse acesso pode possibilitar a criação de condições favoráveis à inserção e permanência no trabalho, além de geração de trabalho e renda e exercício da cidadania. São exemplos de programas de extensão da rede federal os seguintes: Mulheres Mil¹, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC)² e CERTIFIC³, este é um programa de certificação de saberes. De uma maneira geral, esses programas são focados na capacitação profissional de pessoas em vulnerabilidade social, consolidando, portanto, uma concepção pública de EPT.

A Lei 11.892/08 preceitua as seguintes finalidades e características para os Institutos:

Art. 6º: VIII -realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008a)

O sucesso do ensino técnico depende, em grande parte, da efetiva integração das atividades dos APLs. Consoante orientam Hasenclever, L.; Fauré, Y. A (In BORIN, 2006):

As configurações produtivas locais são entendidas simplesmente como conjuntos de atividades, de produção, comércio e serviços, situados em espaços de proximidade mais ou menos delimitada e empreendidas por empresas de tamanho modesto, eventualmente estruturadas em torno de

¹ O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, mulheres em situação de vulnerabilidade social têm acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. Maiores informações. Disponível em :<<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>

² O PRONATEC tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; Maiores informações Disponível em :<<http://pronatec.mec.gov.br/>>

³ A Rede Certific é um programa de certificação de saberes adquiridos ao longo da vida. Profissionais de música, construção civil, turismo e hospitalidade, eletroeletrônica ou pesca que não têm sua qualificação reconhecida, podem entrar em contato com uma das 37 escolas que oferecem a formação e conseguir o seu diploma. Os trabalhadores terão seus conhecimentos avaliados e também podem receber cursos para melhorar a sua formação. Não há custos e nem limite de vagas. Maiores informações Disponível em :<<http://certific.mec.gov.br/>>

empresas maiores. Essas empresas encontram-se envolvidas em uma problemática comum de desenvolvimento, mas seu dinamismo precisa ser retomado ou criado, supõe uma organização adaptada, o aumento das relações inter empresas, uma melhoria na coordenação das atividades e a adoção de inovações de todos os tipos. (HASENCLEVER, L.; FAURÉ, Y. A apud BORIN, 2006, p.70-71)

Essa coordenação das atividades ressaltada por Hasenclever, L.; Fauré, Y. A proporciona uma cooperação entre a aglomeração de empresas, o que é fundamental para melhorar a competitividade do conjunto e a inovação. Ao encontro dessa conceituação tem-se Vite (2007):

Os sistemas produtivos ou arranjos produtivos locais (APLs) é um tipo de aglomeração de empresas que vem sendo muito discutido pelo menos desde a década de 1990. Segundo Gustavo Antônio Galvão dos Santos *et alii* muito desse sucesso se deve a ampla aceitação deste conceito pelo *mainstream* neoliberal, reconhecidamente crítico à intervenção estatal, já que a política industrial dos APLs é focada no aproveitamento de externalidades positivas localmente difundidas, produzidas muitas vezes por entidades de direito privado. Mas estes autores defendem que o sucesso do conceito se deve também pela sua utilidade e versatilidade, independente de posicionamento ideológico, pois são geralmente “caracterizados por setores com pequenas barreiras à entrada e, portanto, a princípio, de relativamente fácil aplicação a regiões ou países menos desenvolvidos”. Outra qualidade ressaltada nos APLs é sua característica de cooperação, um diferencial que melhora a competitividade do conjunto, a inovação (cf. G.A.G. Santos *et alii*, 2004:156-7).

Portanto, os APLs têm como embasamento o fato de serem um tipo diferenciado de aglomeração de empresas, visto que são um tipo de aglomeração associado a uma cadeia produtiva.

Em Borin (2006), há uma série de conceituações acerca dos APLs. A primeira delas é o conceito do Conceito Grupo de Economia da Inovação – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ, que enfatiza a importância das relações inter-empresas como condicionante da concretização das configurações produtivas:

As Configurações produtivas locais são entendidas simplesmente como conjuntos de atividades, de produção, comércio e serviços, situados em espaços de proximidade mais ou menos delimitada e empreendidas por empresas de tamanho modesto, eventualmente estruturadas em torno de empresas maiores. Essas empresas encontram-se envolvidas em uma problemática comum de desenvolvimento, mas seu dinamismo precisa ser retomado ou criado, supõe uma organização adaptada, o aumento das relações inter empresas, uma melhoria na coordenação das atividades e a adoção de inovações de todos os tipos. (BORIN, 2006, p. 70-71)

Outra definição destacada por Borin (2006) é a do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), que também elucida como característica do APL o forte fluxo de informações, além da também forte cooperação horizontal entre o aglomerado de empresas:

O conceito do IPEA para arranjo produtivo local engloba: empresas mais ou menos iguais - aglomerações formadas por empresas pequenas e médias em uma mesma atividade econômica, que utilizam mão-de-obra qualificada, sem hierarquia rígida das relações de trabalho; troca de informações e cooperação - existe um forte fluxo de informações entre empresas do *cluster* e forte cooperação horizontal (subdivisão do trabalho entre empresas); cultura comum - existência de cultura comum e uma relação de confiança entre as empresas participantes, o que facilita o processo de cooperação; apoio institucional: existência de instituições locais públicas e privadas que atuam, em conjunto, para dar suporte ao desenvolvimento dos APLs. Essas políticas englobam, por exemplo, treinamento conjunto de mão-de-obra, concessão de crédito, incentivos à inovação, despesas conjuntas em *marketing*, promoção de feiras etc. (BORIN, 2006, p. 71)

Então, para efetivar o APL é necessário o apoio às instituições públicas, principalmente as educacionais. No caso do IFF, essa cooperação é de extrema valia uma vez que facilita a inserção dos alunos no mercado de trabalho regional, gerando, assim, trabalho e renda para os futuros técnicos.

E essa geração de trabalho e renda contribui significativamente com o desenvolvimento local e regional, pois garante condições de o cidadão permanecer na região em que ele reside e, conseqüentemente, garantir condições para que haja um desenvolvimento engajado com o bem-estar social. Portanto, uma população bem educada e preparada profissionalmente pode elevar a atratividade de grandes investimentos em um território.

Na concepção do SEBRAE é destacado o fato de o APL ser um recorte espacial cuja característica seja a construção de uma identidade coletiva para a promoção de uma convergência entre os atores locais, quais sejam: empresários, governo municipal, instituições de crédito e de ensino e pesquisa:

Os arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Um arranjo produtivo local (APL) é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação, entre outros aspectos. Portanto, o APL compreende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, bacias hidrográficas, vales, serras, etc.) que possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos). Além disso, ele deve manter ou ter a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, estabelecer parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, e promover ou ser passível de uma integração econômica e social no âmbito local. (BORIN, 2006, p. 71-72)

O encadeamento engendrado pelos APLs alia competição e cooperação, combina especialização e flexibilidade, além de incorporar famílias, trabalhadores informais e empresários formais nessa rede.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) assevera que os APLs englobam a interação das empresas com as instituições públicas e privadas voltadas para capacitação de recursos humanos, como as escolas técnicas e universidades:

Os arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que podem apresentar vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Podem incluir diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidade, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. Engloba o conceito de Pólo como um aglomerado de empresas de um setor (um ou mais elo da cadeia produtiva) em um determinado espaço geográfico. (BORIN, 2006, p. 70-71)

O MCTI, então, reconhece a importância das instituições de ensino no que concerne à concretização do encadeamento produtivo. Há necessidade de investimentos em escolas técnicas e universidades para a promoção da pesquisa como fator de contribuição do desenvolvimento local e regional.

E corroborando as concepções do SEBRAE, IPEA, MCTI tem-se o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior- MDIC, esclarecendo que os atores locais atuam em torno de uma atividade predominante, priorizando, assim a cooperação e complementaridade:

Pelo termo de referência elaborado pelo Grupo de Trabalho Permanente para arranjo produtivo local, um APL tem a seguinte caracterização: um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de coordenação. Pode incluir pequenas, médias e grandes empresas. (BORIN, 2006, p. 72)

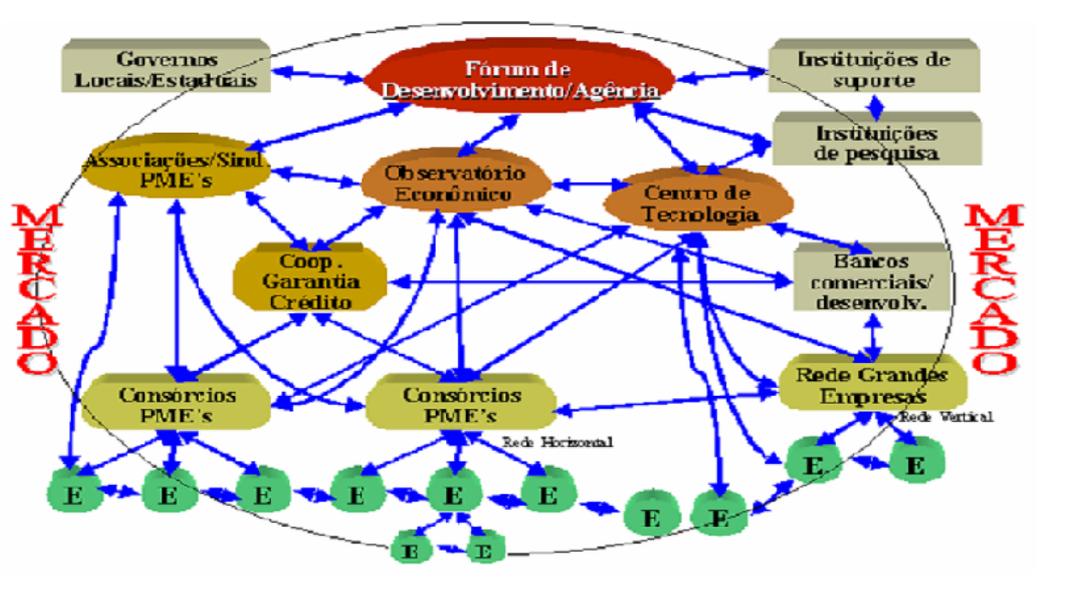
Como o objeto de estudo da pesquisa é a relação da Educação Profissional e Tecnológica e o desenvolvimento local e regional, mais precisamente o IFF de Bom Jesus do Itabapoana e o Noroeste Fluminense é de extrema importância o entendimento dos conceitos apresentados nesse referencial teórico, quais sejam: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local e Regional e APLs.

Para facilitar a inserção dos técnicos formados no IFF, campus Bom Jesus do Itabapoana é necessário que o encadeamento produtivo promovido pela

estruturação dos APLs contribua com o desenvolvimento local e regional. É importante também que elementos sociais e culturais, como a cooperação e solidariedade, tornem-se fatores de produção ou se combinem para produzir vantagens competitivas de elevada performance.

A figura a seguir ajuda a depreender o quão complexas são as relações para a efetivação de um APL. Há uma necessidade de coesão entre todos os atores do território.

Figura 1 - Tecido econômico estruturado – Sistema Produtivo Local



Fonte: CASAROTTO FILHO e PIRES (2001)

Toda essa rede entre Instituições Públicas e Privadas de pesquisa, bancos comerciais e desenvolvimento, governos municipal, estadual e federal, dentre outros atores é um instrumento importante para fomentar o desenvolvimento local e regional. Destaca-se que deve haver uma relação de compatibilização entre Estado e Mercado e não uma relação de oposição, dicotômica. Muls (2008) elucida o seguinte sobre a mobilização para a promoção do desenvolvimento local:

A mobilização dos atores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território, são instrumentos que tem possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação das desigualdades sociais. Essas formas, que chamaremos de formas intermediárias de coordenação por serem egressas do território, não substituem a ação do mercado ou a ação estatal, mas sobrepõem a estas na medida em que o território elabora, a partir de suas instituições próprias e de seus organismos específicos, uma estratégia de desenvolvimento local. (MULS, 2008, pág. 3)

Assim, depreende-se que o Desenvolvimento Local e Regional, para serem construídos, há necessidade de um “somatório” de forças. Somente a atuação de uma Instituição de Ensino, por exemplo, um Instituto Federal, não é o suficiente para dinamizar os APLs, tão pouco, induzir o desenvolvimento local e regional. Tem que ser efetivado uma grande rede de cooperação. Sobre essa discussão, Grabowski (2006):

Mesmo sendo senso comum que o desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação importante função estratégica neste processo de desenvolvimento, temos que reconhecer que nem a educação geral nem a Educação Profissional, por si sós, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda. (GRABOWSKI, 2006, p. 84)

É uma importante reflexão para todos os Servidores dos Institutos Federais. Com o advento da Lei 11.892/08, como já discutido, uma das responsabilidades dos Institutos é o fomento do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Sabe-se que essas instituições de ensino podem sim dar sua contribuição para o desenvolvimento do território, desde que haja uma grande cooperação entre todos os atores da localidade. Grabowski (2006) ainda esclarece:

A construção social do desenvolvimento local e regional depende substancialmente da estruturação e organização das formas dos arranjos, redes, sistemas, cadeias e parcerias, nos quais a escola é um centro importante da produção do conhecimento, buscando participar da formação de modelos de desenvolvimento que contribuam para a inclusão social e crescimento econômico, na perspectiva da melhoria de qualidade de vida da sociedade da qual faz parte. (GRABOWSKI, 2006, p.90)

O quadro a seguir demonstra os elementos necessários para um projeto de desenvolvimento local. Tal quadro foi elaborado pelo Prof. José Luis Vianna da Cruz para ilustrar o que seria necessário para fomentar o desenvolvimento local da região da Baixada Fluminense. Os elementos analisados pelo professor podem ser utilizados para pesquisar outras regiões.

Quadro 1- Elementos de competitividade sistêmica a serem considerados no projeto DEL- Baixada Fluminense

	Nacional	Regional	Local
Meta	O Desenvolvimento local como um valor cultural.	*Criar uma imagem e marca para a Baixada Fluminense (BF); *Consolidar os pólos econômicos da BF; *Mudar radicalmente a atual imagem da BF; *Criar um ambiente econômico inovador na interação das cadeias, redes, fórum e AD.	*Transformar o patrimônio cultural e social em identidade competitiva; *Criar um ambiente econômico inovador na interação das Cadeias, Redes, Fórum e AD.
Macro	Incorporação do DEL nas políticas e estratégias do Governo.	*Integrar os Governos Municipais no Fórum, nas Redes e na AD; *Criar nova cultura de Governo e de políticas públicas que incorpore o DEL como estratégia de ação pública.	*Criar um ambiente fiscal e tributário, no município, estimulante para as MPES; *O governo municipal deve integrar os organismos locais articulados no processo de DEL.
Meso	*Ampliação das redes de apoio, de C&T e P&D, enquanto parte de uma política nacional de DEL; *Incorporar BNDES, SEBRAE nacional, Comunid. Solid., Escolas Técnicas, CEFETs, Universidades, a Rede “S” e outros programas e agências públicas e privadas.	*Incorporação, nas redes de apoio, de instituições da região metropolitana, como COPPE, UERJ, demais Universidades, CEFET-RIO, Sistema “S”, não-governamentais, como FASE e IBASE; Comunitárias, como as de bairros, Igrejas; de representação econômica, como as ACIs e a FIRJAN-RJ, e governamentais, como FAPERJ, além das naturalmente envolvidas.	*Desenvolver associações de representação e de integração das cadeias produtivas; *Fortalecer agências e agentes locais das redes de apoio.
Micro	*Fortalecer redes e cadeias nacionais e MPES; *Integração horizontal e vertical nas cadeias produtivas; Representação nacional de MPES.	*Construir a cooperação entre PMEs nas diferentes cadeias; *Construir cooperação entre MPES e médias e grandes empresas da cadeia.	*Fortalecer a cooperação e a competição inovadora entre as MPES das cadeias produtivas selecionadas; *Fortalecer a organização e a representação dessas cadeias e atores.

3 A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Este capítulo tem como objetivo retratar parte da expansão da rede federal de EPT. Para alcançar tal objetivo, deve-se inicialmente, analisar a conjuntura dos anos de 1990. Tal década teve como marca o seu alinhamento aos interesses do capital privado internacional, isto é, à lógica da acumulação, aos novos modelos de produção flexível, o chamado Estado Mínimo, remodelado por meio de políticas neoliberais.

Por causa dessa nova conjuntura, a legislação educacional brasileira é submetida a um processo de reformulação no qual o papel social da educação profissional foi enfraquecido por reformas de cunho neoliberal. Isso por causa das ações voltadas exclusivamente aos interesses do mercado e da descentralização do Estado para com a educação.

Uma dessas reformulações de cunho neoliberal se efetivou com a Lei 8.948/94, cujo parágrafo 5º estabelecia certo impedimento de expansão por parte da União.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1994)

Ao analisar este artigo da referida lei, observa-se que o entrave para uma expansão estaria estabelecida por conta da palavra “somente”, visto que qualquer tentativa de uma nova estruturação da rede federal só poderia ocorrer em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal ou com o setor produtivo e organizações não-governamentais. Isso representou uma desaceleração do protagonismo da escala federal no que concerne à expansão.

Manfredi (2002) apud Bitencourt (2009) elucida que essa reforma instituída por meio do Decreto 8.948/94 aponta para

A transferência de responsabilidade de manutenção e gestão do ensino técnico para os Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, eximindo a União da incumbência de continuar participando da expansão da rede técnica federal. (MANFREDI, 2002, apud BITENCOURT, 2010, p.63)

O governo federal ficaria com a responsabilidade de construir novas estruturas, mas a gestão administrativa e de pessoas seria por conta do cooperado. O mais dispendioso é a gestão administrativa e de pessoas, e por essa razão, deveria ser de responsabilidade da escala federal, visto ser a que mais apresenta recursos financeiros se comparado ao Estado, Municípios e Organizações não-governamentais.

Essa falta de estímulo no que se refere à expansão, tendo a rede federal como protagonista, vigorou até a promulgação da Lei 11.195/05, cujo conteúdo do parágrafo citado modificou-se para o que segue:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Brasil, 2005)

Numa primeira análise, pode parecer pouco a modificação de “somente” para “preferencialmente”, porém, essa simples mudança possibilitou a retomada da expansão da rede federal de EPT, tendo como protagonista a União. Essa retomada teve início no governo Lula, o qual lançou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cuja operacionalização foi dividida em Fase I e Fase II, com um investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão (MEC/SETEC, 2012). Uma vez lançado o Plano de Expansão no final de seu primeiro mandato (2003-2006), o governo citado concentrou a maior parte das ações no segundo mandato (2007-2010), sem conseguir, no entanto, alcançar todas as metas previstas.

Elucida-se que a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2010, proporcionou não só a conclusão das metas previstas para o período entre 2005 e 2010, como também a continuidade da expansão através do lançamento da Fase III. Na sequência do capítulo, será realizada uma breve periodização dos fatos que caracterizaram cada fase da expansão de Rede Federal (Fases I, II e III)⁴.

⁴ Essa divisão por fases da expansão teve como referência o artigo “Evolução da rede federal de EPT: as etapas históricas da Educação Profissional no Brasil”, cujo autor é Moacir Gubert Tavares, publicado na IX ANPED Sul. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>> Acesso em: 15 de outubro de 2012.

3.1 Fase I (2005-2006) da expansão

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) anunciou um plano bastante audacioso quanto à expansão da rede federal de EPT: se de 1909 a 2002 foram construídas 140 instituições de EPT, de 2003 a 2010, a meta da SETEC era de construir 214 novas unidades de ensino, significando uma ampliação de 150% num lapso temporal de apenas 8 anos. (BRASIL/MEC, 2007). A Fase I da expansão teve como objetivo o seguinte:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho. (MEC/SETEC, 2011a)

Sendo assim, na Fase I, lançada em 2005 (MEC/SETEC, 2010), foi priorizada a construção de 64 novas unidades: 37 foram novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, 9 novas autarquias, além da federalização de 18 novas escolas que não pertenciam a rede federal (MEC/SETEC, 2011a).

Justificando os objetivos traçados pela Fase I, estados como Acre e Mato Grosso do Sul passaram a contabilizar campi da Rede Federal de EPT. Além disso, destaca-se a interiorização por meio de exemplos como o campus Guarus, na área mais periférica de Campos dos Goytacazes, que passou a contar com um campus da Escola Técnica Federal. Então, a referida cidade passa a contar com dois campi: o Centro e Guarus.

Para subsidiar essa expansão, a SETEC conta com a cooperação dos estados, municípios e com a sociedade, além de articulação com os diversos ministérios, secretarias especiais e empresas, tal como preceitua a Lei 11.195/05. Destaca-se que, em 23 de dezembro de 2005, foi aprovado, por meio da Lei 11.249, a liberação de crédito extraordinário em favor do MEC, no valor de R\$ 57 milhões (MEC/SETEC, 2011a).

Em relação à concepção pedagógica, a expansão da Rede veio acompanhada do fortalecimento da relação entre Educação Profissional e educação básica, numa perspectiva de educação integral. Para efetivar essa perspectiva de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica, destaca-se a revogação do Decreto 2.208/97, o qual havia restabelecido o dualismo entre as

duas modalidades educacionais citadas, assumindo o ideário pedagógico do capital ou do mercado.

Para entendermos essa dualidade referendada no decreto em questão, destaca-se o seguinte parágrafo: “Art. 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.” Assim, esse decreto não contemplou a forma integrada, o que ressaltou o cunho dualista da referida legislação. Sobre essa questão Frigotto, Ciavatta, Ramos (2012) elucidam que

O Decreto n. 2208/92 e outros instrumentos legais (como a Portaria n. 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p.25)

Assim, o decreto citado proporcionou uma separação do ensino técnico e do ensino médio, fomentando a fragmentação, a dualidade histórica no Ensino Médio brasileiro.

O mundo do trabalho atualmente exige um profissional que saiba saber fazer, mas saiba também saber pensar. Isso ocorre por causa da relação dinâmica entre tecnologia, trabalho e educação. Sobre essa questão ponderam Castioni e Carvalho (2012):

As alterações do mundo do trabalho decorrentes das “novas” dimensões da relação entre trabalho e educação impõem desafios às instituições de educação profissional e tecnológica no Brasil. Essas mudanças e a nova realidade social, econômica, cultural e ambiental do Brasil podem ser vistas como resultantes da inserção do país no atual processo de globalização. Elas passam, necessariamente, pelo viés da educação, uma vez que não há como formar e educar indivíduos sem referência às problemáticas contemporâneas. A esses aspectos, acrescentam-se as novas exigências do mundo do trabalho, marcado pelo desenvolvimento científico e tecnológico (CASTIONI; CARVALHO, 2012, pág.34)

Nesse contexto de plenas mudanças no mundo do trabalho, uma modalidade integrada entre ensino médio e técnico poderia proporcionar uma formação mais completa, mais articulada, pautada na investigação científica e na inovação tecnológica. Frigotto, Ciavatta, Ramos (2012) elucidam sobre essa importante integração entre o mundo do trabalho com o Ensino Médio o seguinte:

A expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média) unitária, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e da democracia efetivas. Não se trata de uma relação, pois, linear com o mercado de trabalho, mas mediada, sem o que não se cumprem os dois imperativos: de justiça social e de acompanhamento das transformações técnico-científica do mundo do trabalho. (ibid., pág.74)

Sendo assim, uma integração efetiva rompe com a fragmentação, com as dicotomias da educação básica e técnica. A fase I da expansão, portanto, teve um importante impulso que foi a concretização do ensino integrado.

Quanto à dualidade histórica do ensino médio e o ensino técnico, Frigotto, Ciavatta, Ramos (2012) asseveram que

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. É neste nível de ensino que se revela com mais evidência a contradição fundamental entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? A história nos permite maior clareza sobre a questão, porque vai revelar a ordenação da sociedade em classes que se distinguem pela apropriação da terra, da riqueza que advém da produção social e da distribuição dos saberes. (ibid., p.31)

Para romper com esse dualismo, é fundamental a efetivação da Politecnia, em que seria proporcionado aos alunos o domínio dos fundamentos de técnicas diversificadas utilizadas na produção e não um adestramento em técnicas produtivas. Frigotto, Ciavatta, Ramos (2012) destacam que

O ideário da politecnia buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana na sua totalidade; em termos epistemológico e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral. (ibid., p.35 e 36)

Numa tentativa de recuperar a possibilidade de integração entre ensino médio e técnico, o decreto 2.208/97 foi revogado pelo decreto 5.154/04. Este último tem como objetivo possibilitar a integração das modalidades educacionais citadas:

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004)

Portanto, articulação dos ensinos médio e técnico foi reconhecida por meio da modalidade integrado, em que o aluno teria uma matrícula única. Ressalta-se que as modalidades Concomitante e Subsequente não foram extintas com o novo decreto, visto que possibilitar um modelo único não é a solução, uma vez que conduzir os desiguais a igual tratamento aumenta as desigualdades. Esse decreto foi fruto de muitas discussões entre teóricos da educação. Alguns desses teóricos indagaram se revogar um decreto por meio de outro seria o mais plausível para as proposições. Sobre a polêmica em torno do decreto 5.154/04, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) esclarecem:

O documento é fruto de um conjunto de disputas e, por isso mesmo, é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas. Sabemos que a lei não é a realidade, mas a expressão de uma correlação de forças no plano estrutural e conjuntural da sociedade. Ou interpretamos o decreto como um ganho político e, também, como sinalização de mudanças pelos que não querem se identificar como o *status quo*, ou será apropriado pelo conservadorismo, pelos interesses definidos pelo mercado. (ibid., p.26-27)

Assim, dentro da primeira fase de expansão da rede federal de EPT, a possibilidade de integrar o ensino médio e o técnico possibilitou a elevação do número de vagas ofertado por tal rede. O decreto 5.154/04 é uma forma de efetivar uma “travessia” que teria como base sólida a vinculação da educação à prática social e o trabalho como princípio educativo:

Sabemos que foi essa travessia (ensino médio integrado ao ensino técnico) que o Decreto 2.208/97 interrompeu, ao forçar a adequação da realidade à lei, proibindo que o ensino médio propiciasse também a formação técnica. O restabelecimento dessa garantia, por meio do Decreto 5.154/04, pretende reinstaurar um novo ponto de partida para essa travessia, de tal forma que o horizonte do ensino médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino. (ibid., p.43-44).

Garcia (2012) baseada em concepções do Educador Claudio de Moura Castro esclarece que tal autor critica a integração do Técnico e do Ensino Médio propedêutico, sendo a favor da separação estabelecida do Decreto 2.208/97:

Assim, para Castro (1995), um dos problemas na oferta do ensino integrado são os alunos da elite que querem fazer o vestibular e buscam a qualidade propiciada na rede federal. O autor argumenta não ser bom o uso do dinheiro público para ofertar cursos técnicos de cara estrutura àqueles que não têm a prática profissional como objetivo: por isso, defende a forma de educação profissionalizante regulamentada pelo Decreto 2.208/97. (GARCIA, 2012, pág.120)

Essa crítica é oportuna, deve, pois, ser analisada nessa nova fase da rede federal de EPT. Um dos equívocos do ensino médio sempre foi a sua “redução”, em que fora visto apenas como “preparação para o vestibular”, sendo que o ideal seria tal modalidade propiciar uma formação contextualizada, uma formação para vida. Vivenciamos atualmente, por parte das Universidades Públicas, mudanças na estrutura do vestibular tradicional, por causa do novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O vestibular descentralizado foi substituído por uma avaliação centralizada (novo ENEM), além disso, tal avaliação cobra competências e habilidades do candidato⁵.

Deve-se analisar, por meios de outras pesquisas, se a proposta do novo ENEM irá, realmente, modificar essa visão tradicional de vestibular. Será que essa integração entre ciência, tecnologia, trabalho e educação (que é um dos objetivos do novo ENEM) não será condição *sine qua non* para a entrada na Universidade? Se o for, o ensino integrado será condizente com esse tempo.

A oportunidade de integrar o ensino médio e o técnico representa uma oportunidade de superação da dualidade entre tais modalidades. Depreende-se, portanto, que a fase I da expansão contemplou não só a questão de estrutura física, administrativa e de pessoal, mas também modificações nas legislações referidas à

⁵ O Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. As universidades possuem autonomia e poderão optar entre quatro possibilidades de utilização do novo exame como processo seletivo:

- Como fase única, com o sistema de seleção unificada, informatizado e on-line;
- Como primeira fase;
- Combinado com o vestibular da instituição;
- Como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13318>
Acesso em: 17 março de 2013.

EPT, como constatado no “embate” entre os Decretos 2.208/97 e 5.154/04. Sobre essa questão, Garcia (2012) elucida:

O Decreto 5.154/04 foi condizente com seu tempo quando não limitou as instituições, mas, ao contrário, deu novas diretrizes, que ampliaram as formas de educação profissional. A questão não se limita a integrar o ensino médio ao profissionalizante em uma única matrícula, sob a égide das determinações jurídicas, mas abrange centrar a atenção no projeto entendido como ideal para o modelo de educação que integra conhecimentos e saberes para a formação profissional a que se propõe. (GARCIA, 2012, pág. 132)

3.2 Fase II (2007-2010) da expansão

A característica marcante dessa fase de expansão, lançada em 2007, foi a interiorização, atingindo lugares historicamente desfavorecidos de políticas públicas educacionais. Basta observarmos o slogan da fase II, qual seja: “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país” (MEC/SETEC, 2011a). A meta de tal fase era a de efetivar a instalação de 150 novas unidades de ensino, que somadas a outras 64 já contabilizadas na Fase I, atingiriam o total de 214.

A definição das cidades-polo ocorreu com base nos seguintes critérios, consoante a SETEC:

1. Distribuição territorial equilibrada das novas unidades;
2. Cobertura do maior número possível de mesorregiões;
3. Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais;
4. Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
5. Identificação de potenciais parcerias. (MEC/SETEC, 2011b).

Essa nova fase de expansão teve como destaque a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892. Tais instituições têm como objetivo a articulação com o território no qual estão instaladas, o que poderá, assim, contribuir com o desenvolvimento local e regional.

Sobre essa nova fase de expansão, Pereira (2008) assevera que

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo critério na Fase II toma como base a identificação de cidades-polo, elevará a contribuição da rede federal no desenvolvimento socioeconômico do país e concorrerá, sobretudo com a interiorização, para uma mais justa ordenação da oferta de EPT, ao incluir locais historicamente postos à margem das políticas públicas voltadas para esta modalidade. Ao estabelecer que todas as unidades vinculadas aos Institutos Federais (inclusive as novas) têm elevado e isonômico grau de autonomia, afirma o território como uma dimensão essencial a sua função e insere na pauta regimental dessas instituições o seu compromisso com um desenvolvimento socioeconômico que perceba antes o seu ‘lôcus’. Isto implica uma atuação permanentemente articulada e contextualizada a sua região de

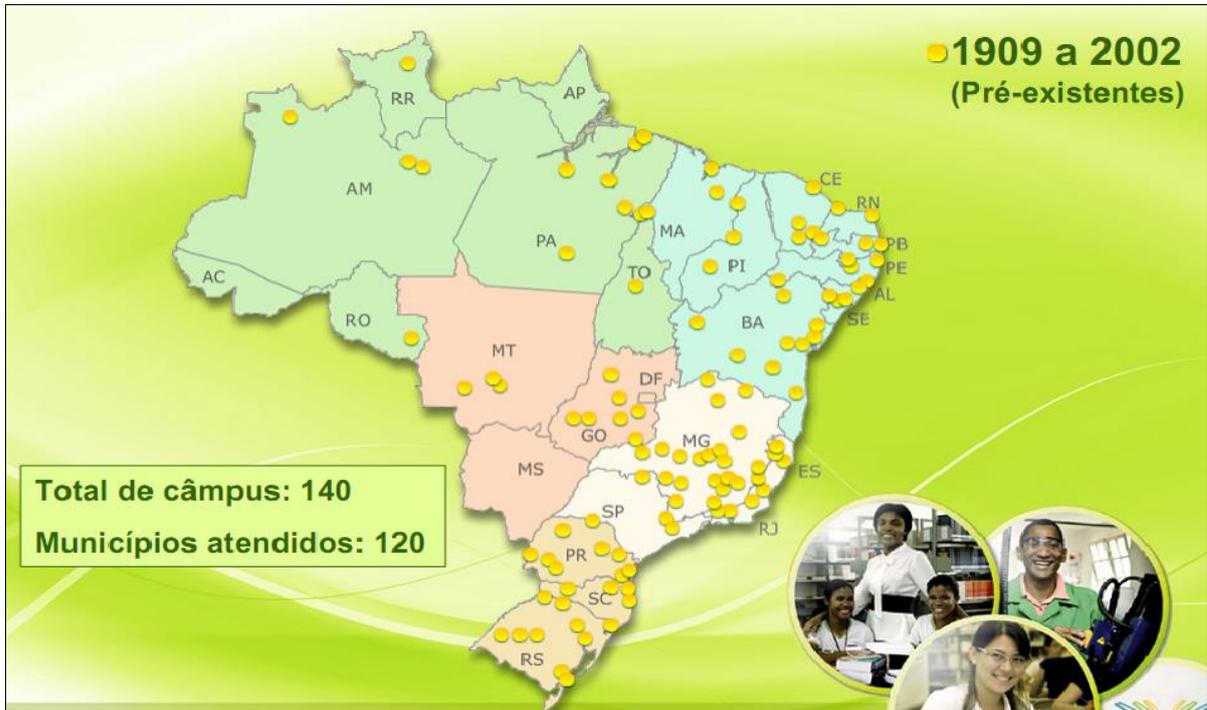
abrangência. A autonomia dos campi dos Institutos Federais responde à necessidade de se forjar e fomentar o desenvolvimento de uma Educação Profissional e Tecnológica (Pública) a partir de uma demanda que seja socialmente plena, que considere as diversas representações sociais, desde as oriundas da chamada produção elaborada (grandes firmas), os médios e pequenos empreendimentos e os movimentos sociais. É, pois, função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. O que está em curso afirma uma concepção de Educação Profissional e Tecnológica como potencializadora do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade em lugar de uma outra que toma a EPT apenas como modalidade instrumentalizadora do ser humano. Assim, a implantação dos IFET guarda estrito vínculo com o objetivo de desenvolvimento de uma educação profissional cidadã, comprometida com a construção de um país mais digno e ético, uma educação que alcance diferentes grupos e espaços sociais. (PEREIRA, 2008, p.2-3)

A nova configuração da rede federal de EPT, representada pelos Institutos Federais, pode oferecer educação nos diferentes níveis e modalidades de ensino. O aspecto pluricurricular é evidenciado a partir da possibilidade de os Institutos Federais oferecerem educação básica, profissional e superior. Toda essa mudança estrutural contribuiu com a expansão da rede federal de EPT, visto que as instituições que aderiram ao modelo proposto contaram com ampliação de recursos financeiros para garantir a expansão. Pacheco (2009) elucida:

Alicerçado nos conceitos de territorialidade, desenvolvimento e educação os IFETS passam a desempenhar intervenções fortes em favor do desenvolvimento regional e nacional. No que diz respeito aos processos de desenvolvimento deve se partir de uma fina sintonia com os arranjos produtivos regionais e nacionais formando profissionais com profunda consciência social e produzindo tecnologias necessárias a um progresso incluyente, ético, respeitador do ambiente natural. (Pacheco, 2009, p.4)

Toda essa integração com o local proporciona uma maior possibilidade de ampliação de oportunidades educacionais, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Para se mensurar a expansão na Fase II, seguem os mapas publicados pelo MEC em seu site oficial:

Mapa 1 - Mapa de Expansão da Rede Federal de EPT : 1909 a 2002



Fonte: MEC/SETEC: Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/>>
Acesso em: (29 de setembro de 2012)

Mapa 2 - Mapa de Expansão da Rede Federal de EPT : 1909 a 2002 e 2003 a 2010



Fonte: MEC/SETEC: Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/>>. Acesso em: (29 de setembro de 2012)

Ao analisarmos esses mapas, constatamos que houve um aumento de 152,8% (140 campi em 2002 contra 354 campi em 2010) do número de campi entre 2002 a 2010. Constata-se um esforço em ampliar a oferta de EPT em todos os estados brasileiros. Destaca-se o aumento de municípios atendidos, com o aumento de 167,5% (120 para 321 municípios)

O campus Bom Jesus do Itabapoana, do Instituto Federal Fluminense (IFF), objeto de estudo desta dissertação, teve sua efetiva ampliação nesta fase II da expansão. A publicação do Decreto 6.095, de 24/04/2007, estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos Institutos Federais.

De acordo com a Chamada Pública MEC/SETEC 002/2007, de 12/12/2007, as instituições de educação profissional tinham um prazo de 90 dias para inscrever-se, voluntariamente, propostas para integrar o novo modelo da rede federal de EPT, formado, basicamente, pela constituição dos Institutos Federais. Após amplo debate, foi aprovada, através de consulta à comunidade (Técnico-Administrativos e Docentes), no dia 01/03/2008, o interesse do antigo Colégio Técnico Agrícola Idelfonso Bastos Borges (CTAIBB), se desvincular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrar o Instituto Federal Fluminense.

Portaria de número 116, de 31/03/2008, divulga as propostas aprovadas de criação dos Institutos Federais, dentre as quais a do Instituto Federal Fluminense, da qual o CTAIBB fazia parte.

É válido ressaltar que o CTAIBB consolidou o curso técnico em Agropecuária muito antes de se tornar IFF, mais precisamente em 1974. Tal curso surgiu no intuito de auxiliar o desenvolvimento agrícola do NOF. Cabe elucidar que o campus Bom Jesus também está localizado na divisa com os Estado do Espírito Santo, recebendo alunos dos seguintes municípios capixabas: Apicá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado.

No período da fase II, deve destacar também que o MEC lançou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, cuja finalidade foi o de organizar os nomes e os conteúdos que deveriam ser oferecidos pelos cursos de instituições pública e privada como a carga horária mínima, infraestrutura recomendada, perfil de egresso, etc. Os catálogos são ferramentas norteadoras para estudantes, escolas e comunidade em geral e são atualizados a cada ano. Outro destaque da Fase II da expansão foi a criação da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC Brasil), cujo

objetivo é proporcionar educação profissional técnica na modalidade de educação à distância, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio públicos no país. A partir desta iniciativa, houve expansão de cursos técnicos para o interior do país e para a periferia das áreas metropolitanas, democratizando o acesso.

Segundo dados do MEC/SETEC, a concretização da expansão da educação profissional à distância ocorreu a partir do aumento do número de instituições ofertantes e de polos de apoio presencial. O número de instituições ofertantes é de 43. Já o número de polos implantados até 2010 foi de 291 em 20 estados. E o total de alunos matriculados em 2010 foi de 28.744 em 38 cursos (MEC/SETEC 2011c, p.81).

Para continuar a investigação sobre a interiorização dos campi dos Institutos Federais, atentemo-nos para os dados do Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

Os campi existentes até 2002 no ERJ eram sete: Bom Jesus do Itabapoana; Campos dos Goytacazes (campus Centro); Macaé; Nilópolis; Pinheiral; Rio de Janeiro (capital) e Seropédica.

Entre 2003 a 2010, fase II da expansão, foram criados dezoito campi no Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Campos dos Goytacazes (em Guarus); Duque de Caxias; Engenheiro Paulo de Frontin; Itaguaí; Itaperuna; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Paracambi; Petrópolis; Quissamã; Rio de Janeiro (Realengo e UNED Maria da Graça); São Gonçalo; Valença; Volta Redonda⁶.

No ano de 2012 foi inaugurado o campus Mesquita. E para 2013 e 2014 há sete previstos: Belford Roxo; Itaboraí ; Santo Antônio de Pádua; São João do Meriti; Rio de Janeiro (Complexo do Alemão e Curicica, Cidade de Deus) e Niterói.

A tabela a seguir, por meio de número percentual, auxilia a análise da expansão no ERJ:

⁶No município de São João da Barra, no Norte Fluminense, há um Núcleo Avançado do Instituto Federal Fluminense. Por conta de estar envolto de grande investimento (Complexo Portuário do Açú), tem uma significativa demanda de estudantes. No município de Cambuci também há um Núcleo Avançado pertencente ao IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana. Porém, como não alcançaram o status de campus, não são informados no site do MEC/SETEC.

Tabela 1 - Expansão dos Institutos Federais no Estado do Rio de Janeiro

Região do ERJ	Número de campi até 2002	Número de campi até 2014	Percentual
Norte Fluminense	2	4	100%
Noroeste Fluminense	1	3	200%
Serrana	0	1	-
Baixada Litorânea	0	2	-
Metropolitana	3	15	400%
Médio Paraíba	1	4	300%
Centro Sul	0	2	-
Total	7	31	342%

Fonte: O autor baseado nos dados do MEC/SETEC

A partir desses dados, depreende-se que a região mais favorecida com a expansão é a Metropolitana. Isso se deve ao fato da alta concentração populacional, além dos investimentos decorrentes dos megaeventos esportivos e da descoberta do Pré-Sal. Deve-se ressaltar que até 2003, somente os municípios da Região Metropolitana, com exceção de Campos dos Goytacazes e Bom Jesus do Itabapoana, possuíam um campus das escolas técnicas federais. Com a expansão, todas as regiões foram beneficiadas com campi dos Institutos Federais. Destarte, verifica-se, por meio dos dados da expansão do ERJ, que está ocorrendo uma interiorização da estrutura da rede federal de EPT.

3.3 Fase III (2011-2020) da expansão

A fase III da expansão surge em plena discussão do Plano Nacional de Educação (PNE) referente ao período de 2011-2020. Dentre das 20 metas apresentadas no projeto de Lei 8530/10, a de número 11 contempla a expansão do número de matrículas da EPT: “Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.” (O PROJETO..., 2010,

p.34). Vale elucidar que uma das emendas parlamentares propostas na Câmara de Deputados e encaminhada para o Senado Federal se refere a essa meta 11.

Tal meta, que previa, originalmente, a duplicação das matrículas em educação profissional técnica de nível médio, foi significativamente ampliada, ao estabelecer que a oferta de oportunidades na modalidade deva ser triplicada. Além disso, a meta foi acrescida com a previsão de que 50% dessa expansão seja feita no segmento público. Para subsidiar essa meta, no próprio documento do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, há um destaque para a expansão dos Institutos Federais, a saber:

Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional. (O PROJETO, 2010, p.34)

Percebe-se que a estratégia referente aos Institutos Federais leva em consideração o que preceitua a lei de criação desses institutos, qual seja, lei 11.892/08. Tal legislação destaca, com uma das finalidades dessas instituições, o comprometimento com o desenvolvimento local e regional, além da estreita relação com o território no qual se situa os campi.

Destaca-se que o PNE ainda está em tramitação no Congresso Nacional, mais precisamente no Senado Federal, isso em virtude da discussão em torno do percentual do PIB para Educação. A sociedade almeja 10%, já o Governo Federal almejava 7%. Quando o projeto esteve em análise na Câmara, a Meta 20, a qual está relacionada ao percentual do PIB para Educação, originalmente estabelecia a ampliação progressiva do investimento público em educação de modo a atingir o patamar mínimo de 7% do PIB até o final do decênio.

Porém, a Câmara fixou esse índice como meta intermediária, a ser alcançada no quarto ano de vigência do PNE, estabelecendo que o investimento público em educação pública, ao final do plano, chegue a 10% do PIB. Com a polêmica sobre a divisão dos royalties do Petróleo, foi editada uma Medida Provisória que destina 100% de todos os royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação pública.

O relatório de gestão da SETEC (MEC/SETEC, 2011c), referente ao ano de 2010, projetava para o primeiro ano da Fase III a implantação de 86 novos campi de

Instituto Federal, dos quais 46 eram remanescentes da Fase II. Conforme este documento, o prazo para a implantação destes campi era dezembro de 2011.

A totalidade da Fase III compreende o seguinte, de acordo com o relatório de gestão da SETEC:

A implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da década. Para tanto, seriam necessários investimentos anuais da ordem de R\$ 600 milhões para as ações de construção e aquisição de equipamentos, e de R\$ 200 milhões para despesas com pessoal. (MEC/SETEC, 2011c, p. 28)

Os objetivos esperados por meio da conclusão dessa fase de expansão estão a efetivação de 1 milhão e 200 mil alunos matriculados na Rede Federal e Institutos Federais presentes em 1 de cada 5 municípios brasileiros. No programa de rádio “Café com a Presidenta”, transmitido em 22 de agosto de 2011, Dilma Rousseff afirma que

Até 2014, vamos inaugurar quatro novas universidades federais, no Norte e no Nordeste. E vamos estender as universidades que já existem, criando 47 novos campi pelo país afora. E tem mais, vamos criar mais 208 escolas técnicas, em 200 municípios. (PRESIDENTA Dilma fala..., 2011).

Quando questionada sobre os critérios para a distribuição de escolas técnicas e universidades federais pelo Brasil, Dilma Rousseff argumenta:

Utilizamos vários critérios para fazer esta seleção [...]. Primeiro, demos prioridade a municípios com mais de 50 mil habitantes, em microrregiões onde não existiam escolas da rede federal e no interior do Brasil. Segundo, tivemos a preocupação [...] de atender municípios com elevado percentual de extrema pobreza. Terceiro [...] focamos em um grupo de municípios que têm mais de 80 mil habitantes, mas, nos quais, a prefeitura, muitas vezes, arrecada pouco e tem muita dificuldade de investir em educação. (PRESIDENTA Dilma fala..., 2011).

Os critérios estabelecidos pelo MEC no que tange à expansão da rede federal de EPT atendem a três dimensões, quais sejam: social, geográfica e de desenvolvimento. Quanto à social, destaca-se a universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania⁷, o atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100⁸. Referente à geográfica, destaca-se o atendimento prioritário aos municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões não atendidas, universalização do atendimento às mesorregiões

⁷ O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, que têm como objetivos entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. São 120 territórios selecionados. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>> Acesso em: 29 de setembro de 2012

⁸ Grupo das 100 cidades brasileiras com receita per capita inferior a R\$ 1000,00 e com mais de 80 mil habitantes e municípios com percentual elevado de extrema pobreza.

brasileiras, municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais e interiorização da oferta pública de EPT. Por fim, quanto à dimensão de desenvolvimento, elucida-se que os novos campi devem ser em municípios com arranjos produtivos locais (APLs) identificados e que estejam envoltos de grandes investimentos.

Para se depreender melhor a projeção de expansão da fase III, o mapa a seguir contribui para tal compreensão.

Mapa 3 - Mapa de Expansão da Rede Federal de EPT : 1909 a 2002, 2003 a 2010 e 2011 a 2014



Fonte: MEC/SETEC: Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/>>. Acesso em 29 de setembro de 2012

Em 2002 eram 140 campi. Em 2010, 354. Como já citado representa um aumento de 152,8%. A projeção para 2014 é de 562, representando um aumento de 300% em comparação a 2002. A tabela a seguir expõe os dados apresentados de forma a facilitar a compreensão da expansão.

Tabela 2 - Dados da Expansão da Rede Federal de EPT

Ano	Número de campi	Variação dos campi	Crescimento percentual
2002	140	0	0,00%
2010	354	214	152,86%
2014	562	422	300%

Fonte: Elaborado pelo autor baseado no site do MEC/SETEC

Observa-se, a partir dos dados apresentados anteriormente, o esforço no que concerne à viabilização da expansão da Rede Federal de EPT. O relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), datado de 13/03/2013, reforça que está havendo uma forte interiorização:

Cabe observar que 85% das escolas/campi estarão fora das capitais estaduais, o que reforça a preocupação com a interiorização da rede. Outro dado reforça essa constatação: 176 campi estão em municípios com menos de 50.000 habitantes e, destes, 45 estão em municípios com menos de 20.000 habitantes. (TCU, 2013, p.10)

A seguir, para compreendermos e analisarmos a expansão da Rede Federal de EPT, têm-se os gráficos da Sinopse 2011 do MEC/INEP/SETEC. São dados importantes para depreendermos, mais detalhadamente, as fases de expansão I e II, além de subsidiar análise da fase de expansão III.

Gráfico 1 – Matrículas na Educação Profissional (em milhares)



Fonte: BRASIL (2011d, p.71)

Esse gráfico ilustra que o investimento público na EPT tem garantido maior número de vagas públicas nessa modalidade educacional. Até o ano de 2006, como se observa no gráfico, a rede privada contava com um maior número de matrícula se comparada à rede pública. Em 2007 é que ocorreu a inversão: o número de matrículas na rede pública de EPT ultrapassou a da rede privada, mas com uma diferença não tão significativa. Isso pode ser observado até o ano de 2010. Chama a atenção também o fato de o quantitativo de vagas na rede privada aumentar quase que na mesma proporção que na rede pública. Portanto, o número de vagas na rede privada cresceu tanto quanto na pública.

O número de matrículas na rede pública se deve em boa parte à expansão da Rede Federal de EPT, além de ações como o Brasil Profissionalizado instituído pelo Decreto nº 6.302 de 2007. O objetivo de tal programa é o de fomentar um

crescimento de matrículas na EPT dos Estados por meio de aporte de recursos federais para construção de escolas técnicas estaduais.

Para se ter uma precisão do montante de recursos investidos no Brasil Profissionalizado, atentemo-nos para a tabela a seguir:

Tabela 3 - Convênios celebrados pelo Brasil Profissionalizado

Convênios celebrados				
	2008	2009	2010	Total
Construção de escolas (quantidade)	46	83	47	176
Reformas e ampliações (quantidade)	230	304	9	543
Recursos conveniados (R\$ milhões)	525,2	720,2	263,4	1.508,8
Recursos empenhados (R\$ milhões)	370,9	185,6	167,2	723,7

Fonte: Setec/MEC

Fonte: BRASIL (2011d, p.78)

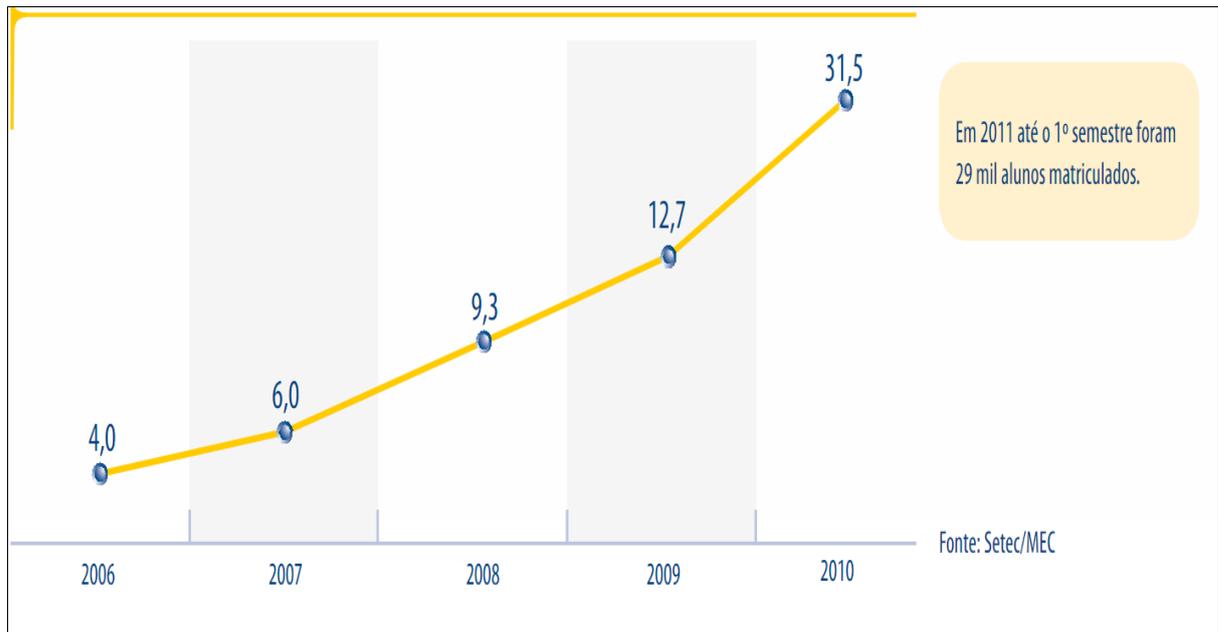
Ao analisar os dados, observa-se que a expansão das matrículas do Ensino Médio Técnico, como almeja o PNE, terá no Brasil Profissionalizado uma alternativa para concretizar a ambiciosa meta de triplicar, até 2020, o número de alunos na EPT.

Ressalta-se também que por meio do Decreto nº 5.840, em 2006, foi efetivado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) – PROEJA.

Esse decreto obrigou as instituições da Rede Federal de educação profissional a destinarem um percentual de suas vagas para a integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos acima dos 18 anos que tenham concluído o ensino fundamental. O PROEJA revela uma política de Estado que objetiva a ampliação dos espaços públicos de educação profissional para jovens e adultos, contribuindo para a universalização da educação básica (BRASIL, 2007).

Para alcançarmos uma ideia mais precisa das matrículas do PROEJA na Rede Federal, o gráfico a seguir é um norteador:

Gráfico 2 - Alunos matriculados em cursos PROEJA (em milhares)



Fonte: BRASIL (2011d, p. 82)

A obrigatoriedade de ofertar cursos na modalidade de PROEJA oportuniza aos Institutos Federais a efetivação da pluralidade, por meio da inclusão social. A Rede Federal tem tradição na qualificação de trabalhadores, mas quase nenhuma experiência com a modalidade de Jovens e Adultos (EJA). Pacheco esclarece o seguinte sobre o PROEJA:

A proposta pedagógica do PROEJA alia os direitos fundamentais de jovens e adultos à educação e ao trabalho e deve, portanto, ser assumida pelo Estado como política pública, garantindo a continuidade das suas ações e do seu financiamento. É também fundamentada no conceito de educação continuada, na valorização dos conhecimentos, saberes e culturas das camadas populares e na formação de qualidade, pressuposta nos marcos da educação integral. Nesse aspecto, tenta-se superar a visão compensatória e aligeirada que marcou durante muitos anos o campo da EJA, em especial pelas experiências que se consolidaram nessa modalidade com o Ensino Supletivo. (PACHECO, 2012, p. 37)

Sabe-se que toda a expansão requer um investimento vultoso para concretizá-la. O gráfico a seguir demonstra a evolução dos recursos do MEC para a EPT. O orçamento de 2003 a 2010 quase quadruplicou.

Gráfico 3 - Recursos do MEC para a EPT



Fonte: BRASIL (2011d, p. 77)

Grande parte desses recursos para a Educação Profissional são oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Pacheco esclarece que o fundo é um avanço, só que ele não atinge as ofertas municipais e federais, mas somente atinge as ofertas estaduais de cursos técnicos integrados ao ensino médio ou na modalidade EJA. As verbas orçamentárias destinadas à EPT provêm de lutas no processo de elaboração do Orçamento Geral da União:

Apesar do avanço que representa, sendo hoje a única fonte regular de financiamento, por meio de transferência obrigatória, que alcança a oferta pública de educação profissional, o Fundeb restringe-se ao financiamento da oferta estadual de cursos técnicos na forma integrada ao ensino médio regular ou na modalidade EJA. As ofertas municipais e federais não são abrangidas pelo Fundo, assim como não o são os cursos ofertados na forma subsequente ou concomitante ao ensino médio, nem os cursos de qualificação profissional integrados com o ensino fundamental na modalidade EJA. (...) Fora o previsto no Fundeb, não existe atualmente a definição de fontes de financiamento perenes para EPT. A cada ano, as verbas orçamentárias a ela destinadas são definidas a partir da luta por recursos escassos no processo de elaboração do Orçamento Geral da União (...) (PACHECO, 2012, p. 87-88)

Por meio da análise dos gráficos, depreende-se que está havendo um investimento financeiro significativo na expansão dos Institutos. Mas não é só o investimento financeiro que garante sucesso de uma instituição, é fundamental, pois, a capacitação dos servidores, principalmente no tocante aos conceitos de Desenvolvimento Local e Regional e APLs. Os Professores e Técnico-Administrativos em Educação contratados via concurso público não têm maiores

informações sobre como colaborar para o desenvolvimento do território no qual se situa os campi dos Institutos Federais. Há necessidade de capacitação sobre como auxiliar, enquanto servidores, o fomento do desenvolvimento local e regional, visto que os Institutos são instituições de EPT.

Machado (2012) evidencia essa preocupação com a formação docente do profissional na EPT, pois, sem essa formação sólida, a expansão da rede federal de EPT estaria comprometida:

A formação de professores para EPT é decisiva para que a atual política de expansão, interiorização e democratização dessa modalidade educacional se efetive com qualidade social, produção de conhecimentos, valorização docente e desenvolvimento local, integrado e sustentável. Este desafio, já histórico, revela-se mais crítico face à atual expansão da rede federal de Educação, Científica e Tecnológica a partir de 2005; às metas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) e Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020; às novas necessidades político-pedagógicas vindas com o Programa Nacional de Integração de Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o ensino médio integrado, a Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC), Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para alunos com necessidade educacionais especiais (TECNEP), EPT indígena e EPT quilombola. (MACHADO, 2011, p.690)

O capítulo a seguir terá como objetivo analisar os dados de uma pesquisa acerca da trajetória profissional dos egressos do IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana do período de 2009 a 2011, além de realizar um breve diagnóstico da conjuntura socioeconômica do Noroeste Fluminense. Tal pesquisa com os egressos terá como parâmetro a realizada pelo MEC, em 2009, no qual se constatou o índice de empregabilidade dos alunos oriundos das escolas técnicas federais.

Os dados analisados serão os seguintes: procedência dos egressos; faixa etária; situação profissional; faixa da remuneração mensal; adequação dos conteúdos pedagógicos recebidos durante o curso às exigências do mercado; dificuldades encontradas no mercado de trabalho após a conclusão dos cursos, dentre outros.

O acompanhamento da trajetória dos egressos é fundamental para a constante retroalimentação dos sistemas educacionais, principalmente os relacionados à EPT:

A pesquisa de egressos (...) possibilita o levantamento de informações em relação à situação de egressos no mundo do trabalho e o resultado que dela advém é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais das instituições. (BRASIL, MEC/SETEC, 2009b, p. 10)

4 O IFF/CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA NO CONTEXTO REGIONAL DO NOROESTE FLUMINENSE

Este capítulo tem como objetivo precípuo realizar uma breve análise da conjuntura econômica do Noroeste Fluminense (NOF) no tocante à evolução da população, do PIB setorial e do emprego. Isso se faz necessário para se conseguir depreender os limites e as possibilidades da relação da EPT com o desenvolvimento do NOF. Além disso, esse breve diagnóstico facilitará a análise e interpretação dos dados encontrados na pesquisa com os egressos do IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana.

É válido informar que são raras as pesquisas sobre o NOF, especialmente após a implantação da economia do petróleo na região Norte Fluminense (NF). Este capítulo contará com as contribuições das pesquisas de Luciana Costa Machado por meio da Dissertação “Noroeste Fluminense: integração, diferenciação e fragmentação”, do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes. Da Dissertação de Marlúcia Junger Lumbreras, cujo título é “Noroeste Fluminense: da estagnação a novas oportunidades?”, do referido mestrado, além das pesquisas de José Luis Vianna da Cruz, em especial, sua tese de doutorado: “Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense” do IPUR/UFRJ.

A história do NOF se confunde com a do NF, pois dele se originou em 1987. Por muitos anos, o NOF foi polarizado pelo NF, visto que ambas as regiões formavam uma só até o último quartel do século XX. Destaca-se também que essa polarização é devido à economia açucareira, grande fonte de riqueza na região desde o século XIX e à economia do petróleo, já no final do século XX e início do XXI. (COSTA, 2012, pag.38)

Convém informar que o NF, atualmente, compreende os seguintes municípios e microrregiões: microrregião de Campos dos Goytacazes (Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana e São Fidélis) e de Macaé (Macaé, Conceição de Macabu, Carapebus e Quissamã).

Já o NOF se divide da seguinte forma: microrregião de Santo Antônio de Pádua (Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, São José de Ubá e Santo Antônio de

Pádua) e microrregião de Itaperuna (Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai).

A excessiva polarização e monopólio dos recursos governamentais exercidos pelas elites da agroindústria açucareira regional, concentrada em Campos dos Goytacazes, foi um dos motivos da luta do NOF, até a década de 1980, para a separação do NF. Destaca-se que a economia do NOF é marcada pelo café, pelo gado e pela agroindústria leiteira, já o NF, pela cana e pela agroindústria açucareira. Certamente, essa diferenciação dos destaques econômicos acirrava os ânimos separatistas.

Elucida-se que as discussões em torno da nova Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, cuja característica marcante foi uma forte desconcentração administrativa/orçamentária em prol dos entes federativos, contribuiu com o movimento separatista. Sendo assim, tal movimento ganhou força e, finalmente, em 1987, no governo Moreira Franco, houve a separação e o NOF se constituiu enquanto nova mesorregião. É válido informar que essa separação não significou o fim de sua falta de dinamicidade econômica.

Cruz (2011a; 2011b) destaca que alguns investimentos previstos para o Norte do ERJ podem possibilitar novas perspectivas econômicas para o NF, como também para o NOF. Esses investimentos são os seguintes: a expansão das operações da E&P de óleo e gás do pós-sal e do pré-sal no pólo em Macaé; em Quissamã e Campos dos Goytacazes, a instalação do Complexo de Barra do Furado (CBF) e em São João da Barra, a criação do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açúcar — CLIPA (CRUZ, 2011a; 2011b)

Esse complexo consta de um porto com retro-área para instalação de indústrias, além da criação de um Distrito Industrial, no mesmo município, e de um mineroduto Minas Gerais-Açúcar. Também está prevista a reativação/construção de redes ferroviárias ligando MG-Açúcar, RJ-Açúcar — passando pelo Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) — e Açúcar-ES.

Costa (2012) elucida que esses investimentos poderão possibilitar ao NOF novas formas de inserção na dinâmica da economia regional:

Estes recentes investimentos, especialmente o CLIPA, com sua proposta de escoamento da produção de minério de Minas Gerais e a instalação, para tal, de minerodutos que cortam todo o NOF, bem como a possibilidade de reativação de parte das linhas férreas locais, fortemente ligadas, na memória da região, ao período áureo do café, reacenderam as esperanças

da região NOF de inserir-se nesses circuitos produtivos. (COSTA, 2012, pag.37)

4.1 Evolução da população do Noroeste Fluminense

Para iniciar uma análise sobre o NOF, a tabela 4 apresenta dados populacionais sobre a referida região. O que pode ser destacado inicialmente é que Itaperuna e Santo Antônio de Pádua representam, percentualmente, a maior participação na população do NOF. Bom Jesus do Itabapoana apresenta a terceira colocação na participação dos municípios do NOF, embora a variação 2000/2010 tenha sido pouco significativa, 5%, o mesmo índice de Santo Antônio de Pádua. Ressalta-se o índice negativo de variação 2000/2010 de Laje do Muriaé (-5%) e Miracema (-1%) e a variação zero de Itaocara e Natividade.

Tabela 4 - População do Noroeste por municípios (mil habitantes)

Município	1991	2000	2010	Variação 2010 / 2000	Participação em 2010 dos municípios do Noroeste na População	
					do Noroeste	do RJ
Aperibé	-	8	10	27%	3,2%	0,1%
Bom Jesus do Itabapoana	30	34	35	5%	11,1%	0,2%
Cambuci	21	15	15	1%	4,7%	0,1%
Italva	13	13	14	11%	4,4%	0,1%
Itaocara	23	23	23	0%	7,2%	0,1%
Itaperuna	78	87	96	11%	30,2%	0,6%
Laje do Muriaé	7	8	7	-5%	2,4%	0,0%
Miracema	25	27	27	-1%	8,5%	0,2%
Natividade	22	15	15	0%	4,7%	0,1%
Porciúncula	15	16	18	11%	5,6%	0,1%
Santo Antônio de Pádua	40	39	41	5%	12,8%	0,3%
São José de Ubá	-	6	7	9%	2,2%	0,0%
Varre-Sai	-	8	10	21%	3,0%	0,1%
População do Noroeste	273	298	317	7%	100,0%	2,0%
População do estado do Rio de Janeiro	12.808	14.391	15.994	11%		
Participação do Noroeste na População do RJ	2,1%	2,1%	2,0%			

Nota: Os dados de 1991, 2000 e 2010 são do Censo Populacional
 Fonte: IBGE
 Elaboração: Sistema FIRJAN

Fonte: Retirado de Federação das Indústria do Estado do Rio de Janeiro (2011, p.2)

Os dados da tabela nº 5 complementam as informações anteriores, pois, a partir dela, pode-se depreender a participação da população do NOF em relação ao

ERJ. Observa-se que o NOF é a região com menor participação na população do ERJ, com 2%, embora não tenha tido o menor índice de variação entre 2000/2010 entre as regiões, ficando com 7%, índice semelhante à variação da Sede (8%).

Convém destacar o índice de variação significativo da região Norte (22%). Isso se deve ao fato de tal região se destacar nas atividades econômicas do petróleo, atraindo um contingente populacional em busca de oportunidades de emprego oriundas da área de petróleo, além do CBF, na divisa de Campos dos Goytacazes com Quissamã, do CLIPA, em São João da Barra.

Tabela 5 - População do Estado do Rio de Janeiro por representações regionais (mil habitantes)

Representação Regional (RR)	1991	2000	2010	Variação 2010/2000	Participação em 2010 das RR na População do estado do Rio de Janeiro
Baixada I	1.623	1.492	1.625	9%	10,2%
Baixada II	1.326	1.952	2.114	8%	13,2%
Centro Norte	456	495	544	10%	3,4%
Leste	1.775	2.153	2.620	22%	16,4%
Noroeste	273	298	317	7%	2,0%
Norte	612	699	849	22%	5,3%
Sede	5.481	5.858	6.323	8%	39,5%
Serrana	402	450	472	5%	3,0%
Sul	861	995	1.128	13%	7,1%
População do estado do Rio de Janeiro	12.808	14.391	15.994	11%	100,0%

Nota: Os dados de 1991, 2000 e 2010 são do Censo Populacional
 Fonte: IBGE
 Elaboração: Sistema FIRJAN

Fonte: Retirado de Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2011b, p.2)

Continuando a análise sobre o contexto socioeconômico do NOF, a tabela nº 6 contempla dados acerca da evolução da população do NOF e do NF. Observa-se que a evolução da população do NOF de 1991/2000 não ficou tão díspare da do ERJ: enquanto o NOF teve 9,11%, o ERJ teve 12,57%. Esse índice de evolução no período de 2000/2010 modificou-se significativamente. Enquanto o ERJ elevou sua população em 11,11%, o NOF, 6,60%. O ERJ teve quase o dobro do percentual do NOF.

Analisando mais especificamente os percentuais da microrregião de Itaperuna, observa-se que Bom Jesus do Itabapoana, no período de 2000/2010 teve um dos menores índices de evolução, chegando a 5,22%, sendo superior apenas

aos índices de Natividade e Laje do Muriaé, que obtiveram índices negativos de evolução da população, -0,28% e -5,34%, respectivamente.

A microrregião de Santo Antônio de Pádua apresentou índices menores do que a microrregião de Itaperuna. No período de 1991/2000, a diferença foi bem ínfima: enquanto a microrregião de Itaperuna apresentou crescimento de 9,46%, a de Santo Antônio de Pádua, 8,57%. Já no período de 2000/2010, essa diferença se acentuou. A microrregião de Itaperuna teve uma evolução populacional de 8,41%, enquanto a de Santo Antônio de Pádua, 3,83%.

Tabela 6 - Evolução da População entre 1991-2000 e 2000-2010. Estado do Rio de Janeiro, mesorregiões, microrregiões e municípios do Noroeste Fluminense.

Estado, Regiões de Governo e Municípios	1991 a 2000 (+ x %)			2000 a 2010 (+ x %)		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	-6,08%	13,50%	12,57%	-7,74%	11,89%	11,11%
NOROESTE FLUMINENSE	-28,08%	26,35%	9,11%	-11,29%	11,32%	6,60%
Microrregião de Itaperuna	-33,94%	28,26%	9,46%	-10,97%	12,74%	8,41%
Bom Jesus do Itabapoana	-28,36%	29,52%	12,67%	-11,97%	9,12%	5,22%
Itaiva	-40,95%	39,40%	-0,96%	1,08%	15,85%	11,43%
Itaperuna	-42,59%	25,32%	11,16%	-20,01%	14,20%	10,52%
Laje do Muriaé	-37,52%	47,96%	6,05%	-19,04%	0,23%	-5,34%
Natividade	-64,87%	-3,23%	-30,51%	-10,28%	2,60%	-0,28%
Porciúncula	-18,87%	26,00%	10,52%	-5,03%	15,58%	10,36%
Varre-Sai	*	*	*	-0,99%	40,13%	20,64%
Microrregião de Santo Antônio de Pádua	-20,15%	23,29%	8,57%	-11,65%	8,96%	3,83%
Aperibé	*	*	*	13,52%	29,76%	27,38%
Cambuci	-59,44%	6,88%	-29,98%	-25,17%	13,53%	1,07%
Itaocara	-24,87%	17,95%	0,36%	-21,23%	8,78%	-0,45%
Miracema	-27,11%	14,74%	7,83%	-30,40%	2,90%	-0,82%
Santo Antônio de Pádua	-19,77%	4,99%	-2,25%	2,29%	5,73%	4,90%
São José de Ubá	*	*	*	-4,45%	33,19%	9,20%

* Municípios criados após 1991.

Fonte: Retirado e adaptado de COSTA (2012, p. 76)

Os índices da evolução populacional do NF foram superiores ao do NOF nos dois períodos analisados. Ressalta-se que no período de 2000/2010, enquanto o índice do NOF foi de 6,60%, a do NF foi de 21,48%, mais do que o triplo do NOF. Chama a atenção também os índices dos municípios da microrregião de Macaé. Enquanto na microrregião de Itaperuna, no período de 2000/2010, nenhum município ultrapassou ao índice de 30%, todos os da microrregião de Macaé ultrapassaram os 30% e dois deles, mais de 50% (Carapebus e Macaé). O município de Quissamã quase atingiu a marca dos 50%, com 48,03%.

Esses dados, portanto, esclarecem que o NOF abriga os municípios com as piores tendências populacionais (2000/2010), quais sejam: Miracema (-0,82%), Laje do Muriaé (-5,34%), Itaocara (-0,45%) e Cambuci (1,07%)

Tabela 7 - Evolução da população entre 1991-2000 e 2000-2010. Estado do Rio de Janeiro, microrregiões e municípios do Norte e Noroeste Fluminenses

Estado, Regiões de Governo e Municípios	1991 a 2000 (+ x %)			2000 a 2010 (+ x %)		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	-6,08%	13,50%	12,57%	-7,74%	11,89%	11,11%
NOROESTE FLUMINENSE	-28,08%	26,35%	9,11%	-11,29%	11,32%	6,60%
NORTE FLUMINENSE	-17,51%	22,93%	14,53%	-3,58%	25,89%	21,48%
Microrregião de Campos dos Goytacazes	-17,03%	16,29%	8,96%	-4,64%	15,16%	11,84%
Campos dos Goytacazes	-33,40%	12,24%	4,69%	5,12%	14,98%	13,94%
Cardoso Moreira	*	*	*	-15,61%	8,90%	0,04%
São Fidélis	-17,18%	19,83%	6,53%	-23,47%	11,94%	2,05%
São Francisco de Itabapoana	*	*	*	-7,55%	9,69%	0,51%
São João da Barra	-72,72%	-33,89%	-53,24%	-12,38%	30,88%	18,30%
Microrregião de Macaé	-19,98%	46,16%	35,53%	2,10%	55,76%	50,67%
Carapebus	*	*	*	57,29%	53,34%	54,15%
Conceição de Macabu	-24,88%	18,31%	10,72%	28,30%	10,85%	12,93%
Macaé	-44,00%	41,40%	31,62%	-40,05%	60,99%	56,07%
Quissamã	-1,47%	74,78%	30,61%	21,27%	68,80%	48,03%

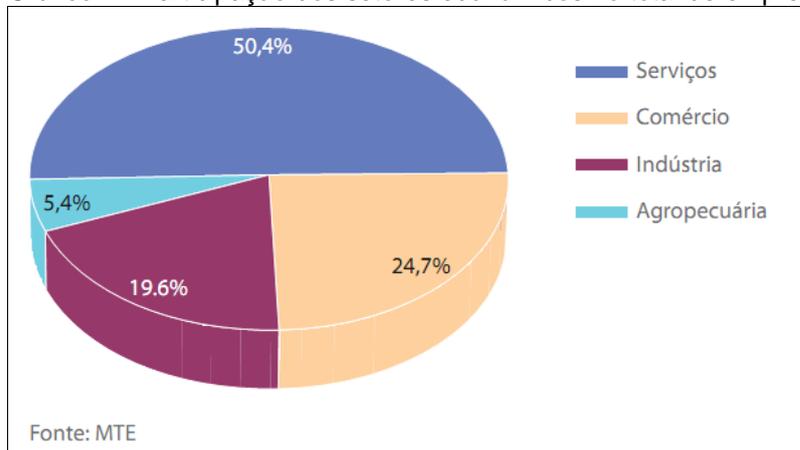
* Municípios criados após 1991.

Fonte: Retirado e adaptado de COSTA (2012, p. 76)

4.2 Evolução dos empregos e do PIB setorial do Noroeste Fluminense

Para compreendermos a conjuntura econômico-social do NOF, serão apresentados alguns gráficos e algumas tabelas. O primeiro gráfico contempla dados importantes sobre os setores econômicos e o total de empregados do NOF. O que deve ser destacado é o alto percentual de empregos na área de serviços, que representa mais da metade do total de empregos. Já a Agropecuária, que é apontada como uma das atividades econômicas mais tradicionais do NOF apresenta o menor percentual de empregos. Isso pode ser decorrência do baixo investimento em modernização agrícola na região, além da informalidade e da mão-de-obra familiar, típicas do referido setor no NOF.

Gráfico 4 - Participação dos setores econômicos no total de empregos do NOF– 2009



Fonte: Retirado de Federação das Indústria do Estado do Rio de Janeiro (2011, p.5)

A tabela nº 8 contempla dados acerca do PIB do NOF. Destaca-se o alto percentual de serviços e comércio na composição do PIB do NOF em 2008 (77.5%). Já a Agropecuária representa 5.5% na composição do PIB, o menor entre os setores econômicos analisados. Porém, quando analisado o percentual em relação ao PIB do ERJ, a Agropecuária do NOF tem o maior índice se comparado à indústria, aos serviços e comércios e impostos, com 13.6% do PIB fluminense.

Tabela 8 - PIB do NOF por setores econômicos (R\$ em milhões a preços constantes de 2008)

Setor econômico	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Participação em 2008 dos setores do Noroeste no PIB	
							do Noroeste	do RJ
Indústria	345	363	740	627	346	312	9,9%	0,3%
Serviços e Comércio	1.944	2.026	2.165	2.224	2.301	2.440	77,5%	1,2%
Agropecuária	150	182	178	166	146	172	5,5%	13,6%
Impostos	145	152	199	231	197	223	7,1%	0,4%
PIB do Noroeste	2.584	2.724	3.283	3.249	2.990	3.147	100,0%	0,9%
PIB do estado do Rio de Janeiro	243.256	269.715	283.665	303.962	315.632	343.182		
Participação do Noroeste no PIB do RJ	1,1%	1,0%	1,2%	1,1%	0,9%	0,9%		

Nota: Indústria engloba Indústria Extrativa, Indústria da Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública.
Impostos somente os recolhidos sobre a atividade produtiva, como ICMS, II, IPI e ISS - não inclui IR, IPTU, ITR.
Fonte: IBGE
Elaboração: Sistema FIRJAN

Fonte: Retirado de Federação das Indústria do Estado do Rio de Janeiro (2011 a, pag. 3)

Continuando a análise sobre o PIB Fluminense, a tabela 9 destaca a evolução do PIB entre 1999 e 2008. Registra-se que a média da evolução da Agropecuária do NOF (114,31%) foi maior do que a média do ERJ (86,27%). É válido destacar o percentual do município de Varre-Sai, que alcançou a liderança entre os municípios do NOF: 436,46%. O município de Bom Jesus do Itabapoana apresenta um índice significativo (148,84%). Para um município com um curso Técnico em Agropecuária do IFF é importante que esse índice esteja em ascensão.

Ressalta-se que o índice do setor de serviços (124,12%) do NOF ultrapassou a agropecuária (114,31%), embora que na microrregião de Itaperuna, onde se localiza o campus Bom Jesus do Itabapoana, a Agropecuária tenha obtido o maior índice (152,89%). Além disso, destaca-se que no ERJ o maior percentual foi o da Indústria, alavancada pela exploração de petróleo.

A microrregião de Santo Antônio de Pádua teve o setor de serviços como maior índice (114,20%). Chama a atenção também que em todas as cidades de tal microrregião o setor de serviços foi o que obteve maior índice, superando a tradicional agropecuária do NOF.

Tabela 9 - Evolução do PIB por setor. Estado do Rio de Janeiro, mesorregiões, microrregiões e municípios do Noroeste Fluminense.

Estado, Regiões de Governo e municípios	1999 a 2008				
	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB a preços de mercado	PIB per capta
	(+ x %)	(+ x %)	(+ x %)	(+ x %)	(+ x %)
ESTADO DO RJ	86,27%	297,57%	129,33%	169,76%	143,37%
NOROESTE FLUMINENSE	114,31%	54,77%	120,46%	112,41%	100,04%
Microrregião de Itaperuna	152,89%	54,24%	124,12%	118,13%	-
Bom Jesus do Itabapoana	148,84%	85,88%	105,77%	110,18%	108,95%
Italva	123,63%	14,45%	111,98%	102,30%	95,73%
Itaperuna	119,65%	35,36%	128,43%	112,23%	93,63%
Laje do Muriaé	84,38%	169,61%	124,39%	132,75%	130,33%
Natividade	105,18%	124,83%	101,50%	109,80%	119,12%
Porciúncula	192,16%	110,36%	158,16%	164,20%	142,03%
Varre-Sai	436,46%	161,23%	159,24%	213,63%	194,17%
Microrregião de Santo Antônio de Pádua	78,01%	55,87%	114,20%	102,99%	-
Aperibé	86,36%	57,13%	127,67%	119,52%	90,18%
Cambuci	72,49%	65,23%	100,59%	104,76%	112,62%
Itaocara	87,45%	42,77%	99,45%	73,63%	88,33%
Miracema	100,44%	15,68%	102,94%	92,03%	79,50%
Santo Antônio de Pádua	88,43%	82,34%	130,43%	125,22%	91,64%
São José de Ubá	51,39%	78,60%	138,11%	123,44%	88,53%

Fonte: Retirado e adaptado de COSTA (2012, pág. 81)

A tabela nº 10 tem dados interessantes do NOF e NF. Inicialmente, é válido destacar que o índice da Agropecuária no NOF é maior do que a média do ERJ e do NF. O que também é importante destacar é o índice do setor de indústria do NF (1170,22%). Esse índice significativo se deve em grande parte aos investimentos oriundos da indústria petrolífera. Campos dos Goytacazes obteve um índice superior ao da média do NF (1361,81% contra 1170,66%).

A proximidade das cidades do NOF a Campos dos Goytacazes acaba propiciando o esvaziamento de tais cidades, visto que há grandes oportunidades de emprego na referida cidade. Não só Campos dos Goytacazes, mas também e, principalmente, Macaé acabam se tornando cidades muito atrativas para os trabalhadores sem grandes oportunidades de emprego do NOF. Há de se comentar também a situação de São João da Barra que atingiu entre 1999 e 2008 uma evolução do PIB industrial da ordem de 5768,85%, isso por conta dos investimentos do CLIPA. O município de Quissamã também surpreende com o índice significativo de 835,46%. Esse índice é originado do CBF. Assim, por meio dos índices se observa que a indústria tem tornado o NF mais atrativo do que o NOF.

Tabela 10 - Evolução do PIB por setor. Estado do Rio de Janeiro, mesorregiões, microrregiões e municípios do Norte e Noroeste Fluminenses.

Estado, Regiões de Governo e municípios	1999 a 2008				
	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB a preços de mercado	PIB per capta
	(+ x %)	(+ x %)	(+ x %)	(+ x %)	(+ x %)
ESTADO DO RJ	86,27%	297,57%	129,33%	169,76%	143,37%
NOROESTE FLUMINENSE	114,31%	54,77%	120,46%	112,41%	100,04%
NORTE FLUMINENSE	40,76%	1170,66%	210,22%	648,87%	561,26%
Microrregião de Campos	29,37%	1361,83%	155,68%	689,03%	-
Campos dos Goytacazes	8,72%	1282,81%	160,75%	705,80%	671,01%
Cardoso Moreira	74,71%	502,28%	142,70%	183,70%	176,24%
São Francisco de Itabapoana	40,51%	74,76%	176,44%	144,85%	101,48%
São Fidélis	61,87%	159,76%	105,75%	107,96%	108,34%
São João da Barra	72,36%	5768,85%	122,15%	1542,87%	1553,16%
Microrregião de Macaé	92,74%	766,18%	344,58%	557,99%	-
Carapebus	27,73%	331,60%	191,51%	283,78%	208,01%
Conceição de Macabu	60,96%	50,51%	108,51%	103,61%	95,93%
Macaé	114,50%	804,16%	377,44%	548,09%	347,16%
Quissamã	104,41%	835,46%	270,62%	746,21%	524,74%

Fonte: Retirado e adaptado de COSTA (2012, pág.81)

Costa (2012, p. 78) analisa a evolução da população do NOF por faixas etárias. Na faixa dos 18 a 24 anos, entre 1991/2000 teve um crescimento de 10,50%, enquanto que entre 2000/2010, -9,45%. Já na faixa de 25 a 29 anos, de 1991/2000, -5,85%, enquanto 2000/2010, 11,86%; por fim, na faixa de 30 a 44 anos, entre 1991/2000, 23,17% e 2000/2010, 6,27%. Nas mesmas faixas etárias, o NF, respectivamente, 17,31% e 11,66%; -3,34% e 42,59%; 27,06% e 21,47%.

Chama atenção também o índice significativo de 11,86% do NOF para a faixa de 25 a 29 anos, pois não se demonstra tão negativo quanto se poderia esperar com a pujança da indústria do NF. O índice para a mesma faixa etária do NF foi superior ao do NOF, mas os 11,86% e 6,27% apresentados por tal região suscita discussões e maiores pesquisas sobre o tão propalado esvaziamento do NOF frente ao NF.

Para finalizar essa breve análise do contexto socioeconômico do NOF, é importante relacionar os dados da evolução do PIB com a pesquisa da RedeSist acerca dos APLs do NOF. Segundo o relatório de pesquisa 03, da RedeSist (2010), as tendências de APLs do Noroeste Fluminense, região na qual se instala o IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana são as seguintes:

Tendência à especialização em atividades agrícolas (fruticultura e agricultura orgânica, em especial), pecuária (em especial a leiteira), no setor têxtil/vestuário (particularmente em Itaperuna), produtos alimentares e bebidas, extração e produtos de minerais não metálicos (incluindo a produção de pedras em Santo Antônio de Pádua) e prestação de serviços de saúde (nesse caso, concentradas em Itaperuna).

Atividades especializadas, apesar de orientadas fundamentalmente para o mercado local ou regional, apresentam potencial de dinamização a partir de uma paulatina intensificação do esforço exportador, como no caso de alguns produtos agroalimentares (aguardente, por exemplo), do setor de vestuário e da exportação de pedras a partir de um processo de upgrade produtivo e tecnológico das empresas locais. (RedeSist, 2010, p.62/63)

Numa primeira análise, observa-se que o IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana teria sido preciso ao escolher os cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria, afinal são cursos relacionados com os APLs identificados. Porém, não basta haver cursos técnicos relacionados aos APLs, tem que haver uma cooperação entre todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal), além de uma atividade econômica dinamizada, em que haja uma rede de colaboração entre poder público e setor privado local/regional.

Numa análise mais precisa dos dados do gráfico 4, sobre Participação dos setores econômicos no total de empregos do NOF–2009, depreende-se que a Agropecuária tem uma participação não tão significativa no PIB Fluminense, com pouco mais de 5% (5,4%), embora tenha havido uma evolução no PIB entre 1999/2008 de 114,31% do setor de Agropecuária no NOF. Cruz (2009) esclarece que

O NF/NOF, com a sua tradição agropecuária e agroindustrial monocultora, legou uma mão de obra de baixa qualificação e uma ausência de diversificação produtiva, de um setor industrial dinâmico e de um empresariado voltado para a absorção de tecnologia e para a inovação, o que provoca a ausência de uma base capitalista para a sua integração e para a captura, ainda que parcial, dos benefícios de grandes investimentos de elevado grau de tecnologia. (CRUZ, 2009, P.10)

Sendo assim, não adianta vultosos empreendimentos logísticos numa região desprovida de integração. O NOF e o NF têm como herança práticas de políticas autoritárias, em que as administrações locais são individualistas, sem tradição de cooperação. (CRUZ, 2007, p.11)

4.3 Metodologia da pesquisa com egressos do IFF/campus Bom Jesus

Para subsidiar esta Dissertação, foi realizada uma pesquisa com egressos do campus Bom Jesus do período de 2009 a 2011. De acordo com dados do registro acadêmico da referida instituição, 300 técnicos foram formados nesse período, somando-se os alunos da modalidade integrado, concomitante e subsequente. Desses 300 técnicos, 242 concluíram a modalidade integrado e 58 o concomitante/subsequente.

Tal pesquisa com os egressos ocorreu durante os meses de abril e maio de 2013, por meio de contato telefônico, no qual 200 ex-alunos responderam a um questionário cuja aplicação levava um tempo médio de 6 minutos. Desses 200

egressos, 166 concluíram a modalidade integrado e 34 a do concomitante/subsequente. O referido questionário, com algumas adaptações, foi o utilizado na Pesquisa Nacional de Egressos da Rede Federal de EPT, realizada pela SETEC/MEC, com participação de egressos de 2003 a 2007. O TCU enalteceu tal iniciativa da SETEC:

230. Destaca-se que, em 2007, a Setec/MEC realizou Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essa pesquisa abarcou egressos que se formaram entre os anos de 2003 e 2007. Esse estudo estimou que 72% dos egressos dos cursos técnicos da Rede Federal estavam empregados e, desses, 38%, além de trabalhar, também estudavam. Do total de entrevistados, 22% só estudavam e 7% não trabalhavam nem estudavam. Foi observado também que: 44% dos egressos trabalhavam na área do curso técnico em que se formaram; 36% em áreas parcialmente vinculadas com sua área de formação; e 21% em áreas diferentes de sua formação. Deve-se louvar essa iniciativa da Setec/MEC e incentivá-la a realizar novas pesquisas desse tipo. (TCU, 2013, p.44)

A análise de dados da pesquisa com egressos do campus Bom Jesus envolveu o uso de técnicas de estatística descritiva (médias e erros-padrão) com uso dos aplicativos MS Excel e Sistema de Análises Estatísticas e Genéticas (SAEG, versão 9.1), análise documental e análise de conteúdo de entrevistas. A estratificação foi por meio de dados relacionados aos alunos da modalidade integrado e aos “outros”, que se refere às modalidades de concomitante e subsequente. Vale elucidar que, nesta Dissertação, considera-se egresso o aluno que, efetivamente, concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e que esteja apto a receber o diploma ou já o tenha recebido.

4.4 Análise e interpretação dos dados da pesquisa com egressos do campus Bom Jesus do Itabapoana

Como os Institutos Federais têm em seu bojo de atribuições o fomento ao desenvolvimento local e regional, a pesquisa com os ex-alunos pode ser um importante instrumento metodológico para verificar de que forma ocorre a relação da instituição com o território no qual está instalada.

A pesquisa com egressos pode responder algumas das angústias que permeiam a vida funcional dos servidores federais lotados nesses institutos, quais sejam: se os alunos estão se inserindo no mercado de trabalho como técnicos, ou se os alunos estão verticalizando os estudos na graduação, ou se a região na qual se insere o instituto tem mercado de trabalho para o técnico formado, dentre outras.

O relatório do TCU (2013) evidenciou que a pesquisa com egressos fornece subsídios para tomada de decisão e avaliação da gestão educacional como um todo. No mesmo relatório foi detectada a falta de uma política institucional para o acompanhamento dos egressos:

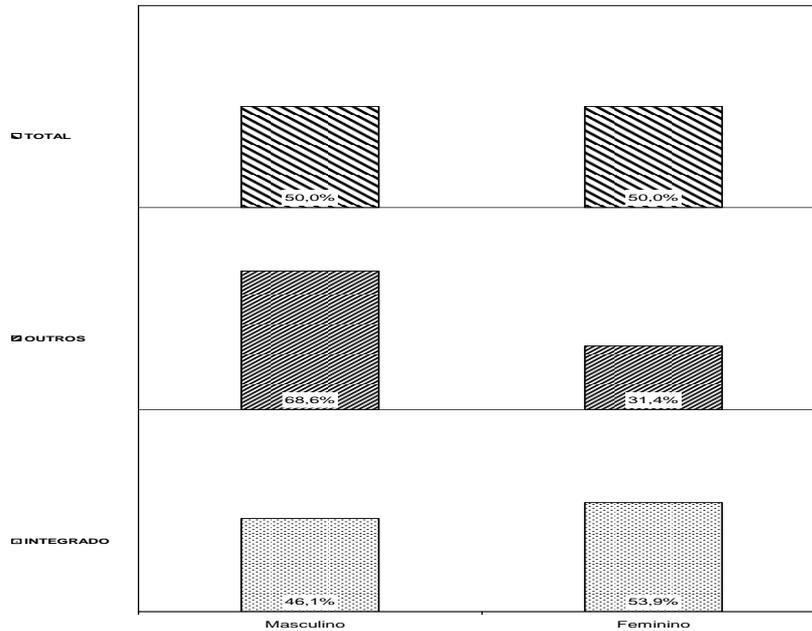
Não foram detectadas iniciativas estruturadas nesse sentido pelos Institutos Federais visitados. A falta de cultura institucional foi apontada como fator importante para a não implantação de programas voltados ao conhecimento do que ocorre com os alunos após a conclusão dos respectivos cursos. (TCU, 2013, p.43)

As respostas desses anseios são fundamentais para que os gestores desses institutos consigam planejar melhor as ações de criação de novos cursos, por exemplo. A pesquisa com egressos é uma oportunidade de retroalimentação:

Ressalte-se que o acompanhamento de egressos representa política que permite a avaliação da adequabilidade da capacitação fornecida pelos Institutos Federais às demandas do setor produtivo. Essas informações são necessárias para justificar a continuidade ou alteração dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes dos cursos já existentes e para dar suporte à criação de novos cursos. (TCU, 2013, pág. 43)

Com todo o processo de expansão dos Institutos Federais é necessário que haja uma consolidação de informações sobre o território no qual está instalada a instituição. A pesquisa com egressos pode contribuir, por exemplo, para mudanças no planejamento pedagógico dos cursos, sejam eles técnicos ou tecnólogos, e para incrementar disciplinas ou até a mudança total do conteúdo programático de uma disciplina da matriz curricular.

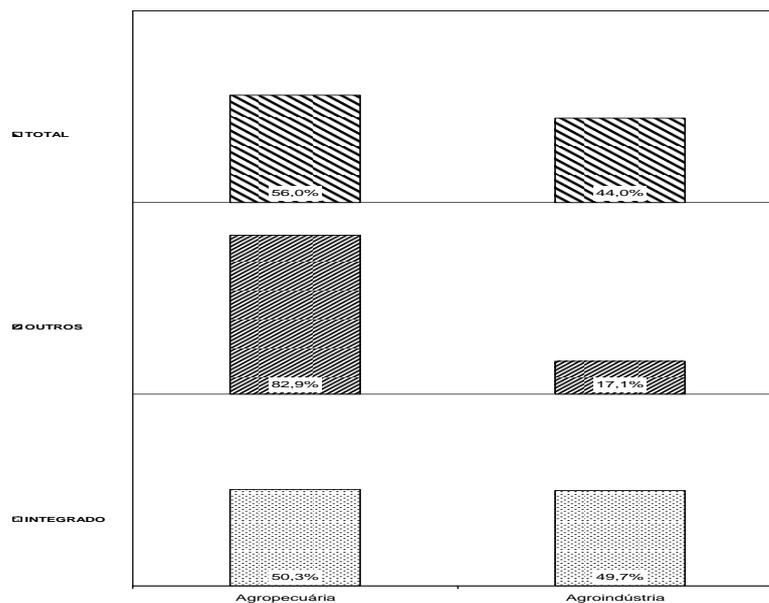
Gráfico 5 - Perfil (sexo) dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2009-2011).



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

Ao analisar o gráfico 5, depreende-se que na modalidade “integrado” há um equilíbrio entre os dados, com pequena vantagem para o sexo feminino. Já no contexto dos cursos concomitantes/subsequentes (outros) observa-se que há predominância do sexo masculino. Nos dados gerais infere-se o equilíbrio exato, com 50% para cada sexo.

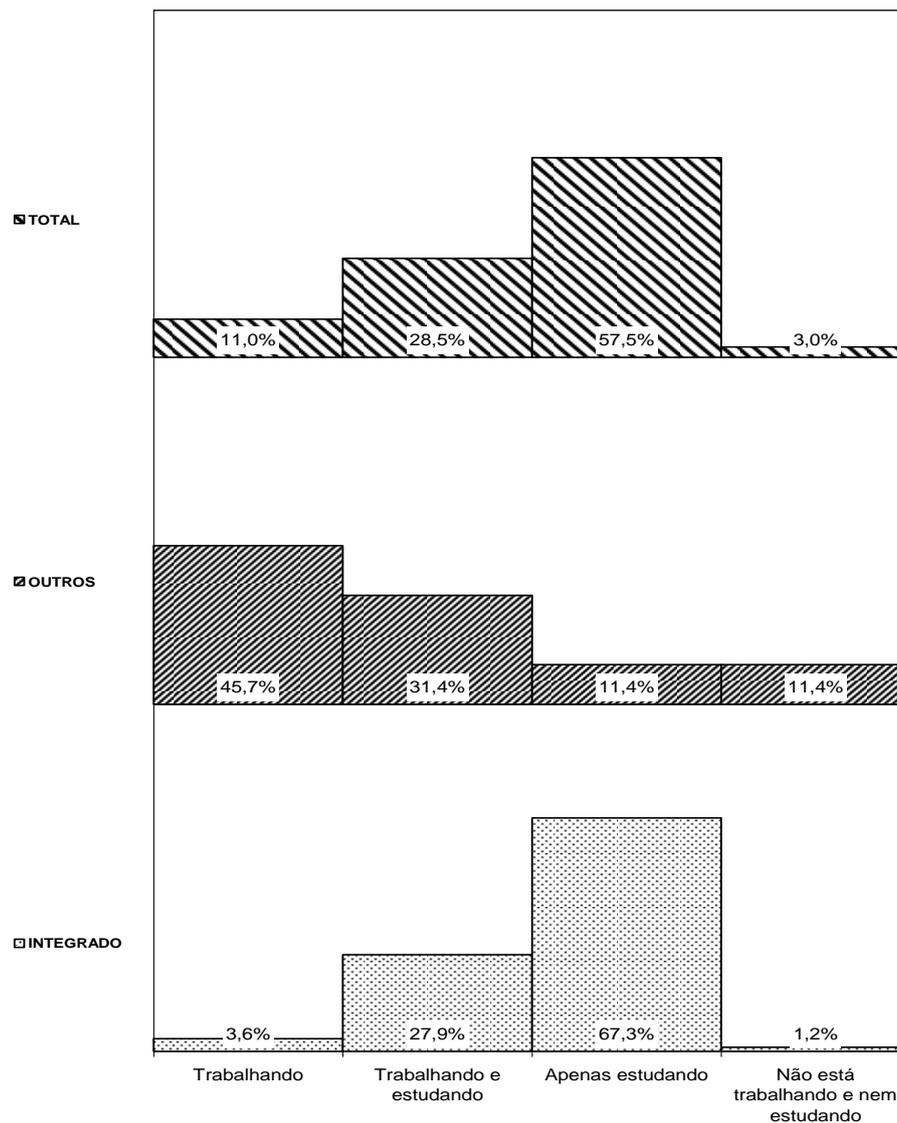
Gráfico 6 - Percentual de alunos em cada curso técnico



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

No gráfico 6, constata-se que o percentual de alunos do Integrado é quase o mesmo para agropecuária e agroindústria. Já quando se analisam os dados do concomitante/subseqüente observamos uma predominância da agropecuária. Isso porque o curso de Agroindústria foi criado em 2010, tendo sua primeira turma de integrado. Neste mesmo ano, houve a realização do processo seletivo para a primeira turma do subsequente, que foi ministrado no turno noturno da instituição.

Gráfico 7 - Situação atual dos egressos do campus Bom Jesus no que se refere ao trabalho e estudo



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 7 apresenta dados fundamentais para o IFF Bom Jesus, visto que, sendo uma escola técnica, há necessidade de se averiguar a inserção dos egressos no mercado de trabalho. No integrado, observa-se que a grande maioria, quase 68% dos egressos, afirmaram que estão apenas estudando. Por meio desse dado,

depreende-se que os egressos do integrado preferiram prosseguir nos estudos a se inserir no mercado de trabalho como técnicos. Isso se deve a muitos fatores, dentro os quais se destaca a própria valorização, pela sociedade, do nível superior de ensino. Além disso, as Universidades Federais estão em franca expansão, o que tem fortalecido o aumento das vagas nos mais variados cursos e, por fim, também há o financiamento de vagas privadas com dinheiro público, como o programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento Estudantil (FIES).

A isso se soma a ascensão da classe média que vai em busca de todas as novas vagas oriundas das ações citadas anteriormente. Destaca-se também o percentual dos que estudam e trabalham, o que demonstra a preocupação com a educação continuada, o que é fundamental para garantir maiores condições de emprego. O baixo índice de egressos do integrado que exercem a função de técnico pode suscitar um questionamento sobre a viabilidade desta modalidade nos Institutos. Porém, é necessário refletir que a noção de viabilização do ensino integrado não pode ser reducionista. Tal modalidade foi criada com o intuito de consolidar uma formação humana na qual houvesse a integração das dimensões do trabalho, da ciência e da cultura no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Além disso, na maioria das vezes, principalmente as do interior, o ensino integrado se torna a única opção de política pública para a profissionalização. Dessa forma, para se mensurar a viabilidade da modalidade em questão, faz-se necessário uma pesquisa de maior proporção (maior abrangência territorial, temporal e do número de cursos), afinal, esta Dissertação tem como objeto de estudo dois cursos técnicos (agropecuária e agroindústria) e apenas em um campus de um Instituto Federal (dos 38 existentes no Brasil)

Deve-se ressaltar também que os jovens ao ingressarem no ensino integrado estão muito imaturos, sem maiores informações sobre o perfil dos cursos técnicos, pois, afinal, essa juventude, seja por parte dos pais ou sociedade de um modo geral, sempre teve ciência de que o ensino médio é o caminho para o ensino superior.

Soma-se a essa concepção, a questão econômica do NOF. Pelos dados apresentados nesta Dissertação (gráfico 4), os setores de serviço e comércio são os maiores empregadores do NOF. A agropecuária e a agroindústria empregam pouco e, além disso, a economia do ERJ está muito especializada na cadeia produtiva do petróleo, sendo assim, cursos da área industrial, como o técnico em eletrotécnica,

eletromecânica, automação industrial, petróleo e gás, têm uma maior possibilidade de inserir seus alunos no mercado de trabalho no ERJ.

Cabe indagar o seguinte: por que o ERJ não consolida políticas públicas relacionadas à área de agropecuária e agroindústria? Por que não fomentar, por exemplo, políticas de estágio remunerado (extensão rural) nas pequenas propriedades rurais do NOF para consolidar a agricultura familiar?

Portanto, há de se discutir e/ou pesquisar a modalidade de ensino integrado nos Institutos Federais, principalmente no que se refere à inserção dos alunos de tal modalidade no mercado de trabalho.

Na pesquisa coordenada pela SETEC com egressos da Rede Federal de EPT do período de 2003 a 2007, constatou-se que 72% dos ex-alunos estão inseridos no mercado de trabalho (somando-se quem “trabalha” – 34% com “trabalha e estuda” – 38%). Já os que só estudam o índice é de 22%. Embora as estratificações da pesquisa da SETEC sejam distintas desta pesquisa, é um parâmetro, pois essa pesquisa da SETEC é a única realizada até então.

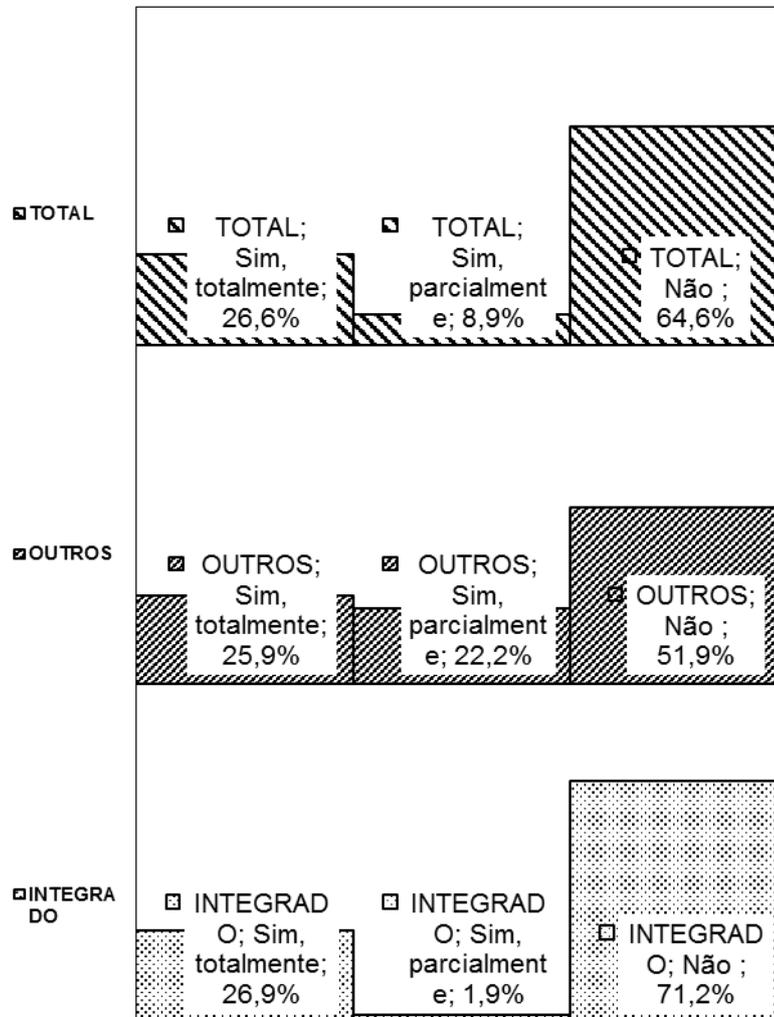
É válido ressaltar que a pesquisa nacional da SETEC teve uma participação significativa de alunos do subsequente e concomitante. O primeiro com 49% e o segundo com 31% (sendo 18% da concomitância interna e 13% da concomitância externa). O quantitativo de alunos do integrado entrevistados na pesquisa nacional foi de 20%. Percentual bem diferente da pesquisa realizada com os egressos do campus Bom Jesus, em que o maior percentual de ex-alunos pesquisados foi o do integrado (166 entrevistados de um total de 200 ex-alunos, o que representa 83% de egressos do integrado)

É provável que os alunos que só estejam matriculados no curso técnico (subsequente e concomitante) tenham uma propensão maior para seguir a carreira técnica, diferentemente dos alunos do integrado.

No tocante à pesquisa com os egressos do campus Bom Jesus, diferentemente dos alunos do integrado, os do concomitante/subsequente estão se inserindo no mercado de trabalho, haja vista o índice de quase 46% dos que informaram estar apenas trabalhando. Se somarmos ao percentual dos que trabalham e estudam, alcança-se 77.1% de alunos inseridos no mercado de trabalho. Depreende-se que o aluno que busca tais modalidades de ensino tende a se inserir no mercado de trabalho, agora resta saber se tal inserção se efetiva na

área do curso técnico concluído. Tal questionamento será respondido por meio dos dados do gráfico 8.

Gráfico 8 - Situação dos egressos do campus Bom Jesus quanto a trabalhar na área de formação



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 8 apresenta dados somente dos alunos que informaram estar trabalhando. Os índices surpreendem, visto que seria de se esperar que tanto os alunos do Integrado, quanto os do concomitante/subsequente estivessem trabalhando na área técnica escolhida. No caso do Integrado, a grande maioria, 71,2%, não está inserida na área a que se dispuseram estudar durante 3 anos. Esse alto índice de não inserção-profissional na área de ensino técnico suscita dúvidas sobre a consolidação desta modalidade de ensino.

Já foi observado no gráfico 7 que a grande maioria dos alunos do integrado está apenas estudando (67,3%), o que já denota a escolha pelo curso superior desses alunos e a não inserção no mercado de trabalho. Dos poucos que estão inseridos, a grande maioria não trabalha na área técnica concluída. O fato de o NOF ter nos setores de comércio e serviços o maior percentual de empregados, possivelmente, pode ser uma causa dessa inserção dos egressos do campus Bom Jesus em áreas distintas da formação técnica.

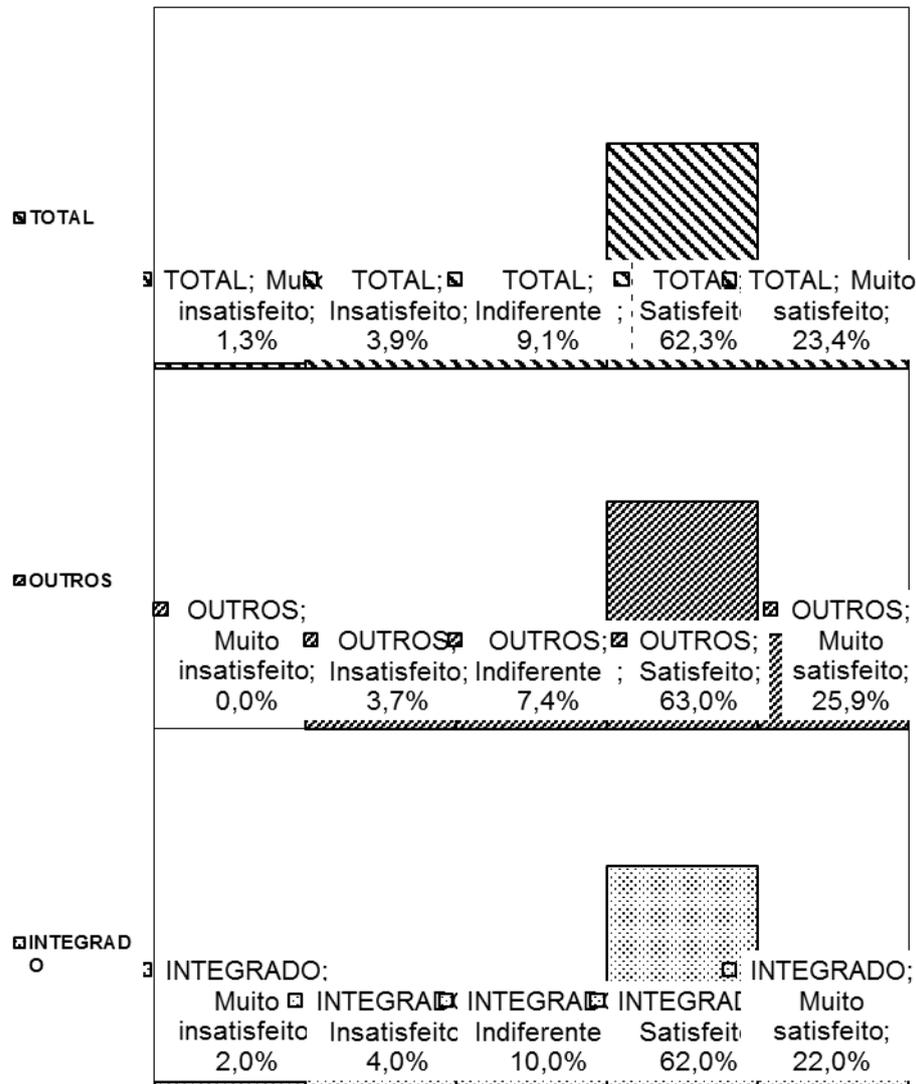
No caso dos alunos do concomitante/subsequente, os índices são um pouco diferentes, mas não menos preocupantes. Mais da metade dos egressos dessas modalidades não atuam na área técnica concluída (51,9%). Se somarmos os que responderam “sim, totalmente” com o “sim, parcialmente”, temos o índice de 48,1%. Como nessa modalidade os alunos escolhem o curso técnico sem atrelar essa escolha ao Ensino Médio da rede federal, seria de se esperar um maior índice de empregabilidade na área técnica concluída.

Portanto, esses índices são importantes não só para o campus Bom Jesus, mas para toda a Rede Federal. É fundamental para o sucesso de um curso técnico o estudo de demanda antes da criação dos cursos técnicos. Será que o mercado de trabalho da Agropecuária e Agroindústria está consolidado no NOF? Pelo que analisamos nos dados do gráfico 8 não estaria consolidado.

O gráfico 4 demonstra que a grande maioria dos empregos no NOF estão concentrados na área de serviços e comércio. A Agropecuária aparece com índice bem abaixo do que essas áreas. Será que o campus Bom Jesus não deveria repensar os seus cursos técnicos? Lançar novos cursos ou modificar os já existentes aproveitando outros cursos técnicos do mesmo eixo tecnológico? Por exemplo, não seria mais interessante para a região um curso Técnico em Agronegócio do que um Técnico em Agropecuária? Um Técnico em Nutrição do que um Técnico em Agroindústria?

Para fins de comparação com os dados da pesquisa nacional da SETEC, somando-se o percentual do “sim, totalmente” com o “sim, parcialmente” tem-se 65% e o percentual dos que não trabalham na área de formação é de 36%.

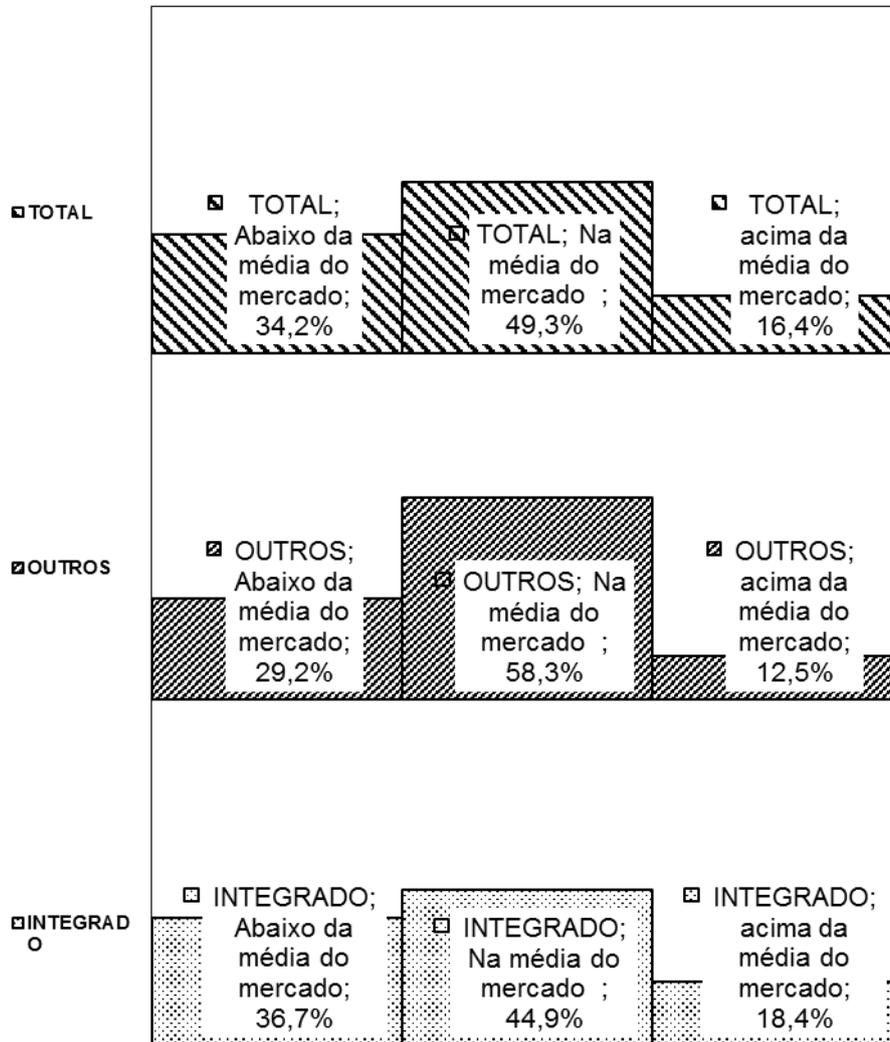
Gráfico 9 - Grau de satisfação do egresso do campus Bom Jesus em relação à atividade profissional na atualidade



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

No gráfico 9, constata-se que há um índice significativo de satisfação dos que estão inseridos no mercado de trabalho, seja do integrado, seja do concomitante/subsequente. O índice desses últimos, se somados os que estão satisfeitos e muito satisfeitos, chega a quase 89%. Já com os alunos do integrado, esse índice de satisfação chega a 84%. Os egressos se mostraram satisfeitos com a atividade que exercem atualmente, com a sua ocupação, mesmo que em área distinta de formação. Isso significa que para os ex-alunos a atuação na área de formação não seja tão importante.

Gráfico 10 - Situação da remuneração do egresso do campus Bom Jesus em relação à média do mercado

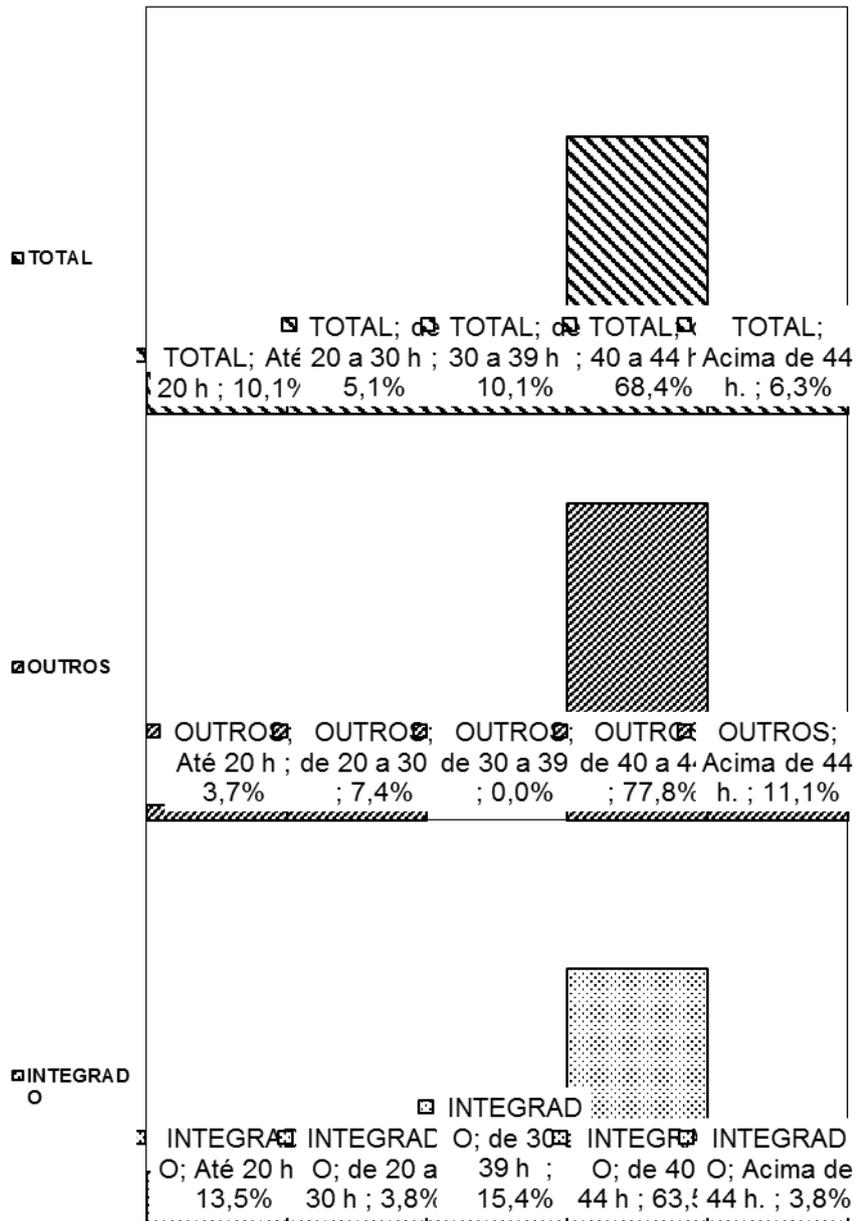


Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

No gráfico 10, há a justificativa para o índice de satisfação do gráfico 9. Entre os alunos do concomitante/subsequente há 70,8% de egressos satisfeitos com a remuneração recebida (somando o percentual de na média com os de acima da média). Já esse percentual referente aos egressos do integrado, tem-se 63,3%. Nesse contexto, constata-se que os egressos levam em consideração a remuneração do cargo pretendido e não necessariamente a inserção na área técnica na qual se formaram. Se a grande maioria não está inserida na área técnica concluída e se estão com um índice de satisfação com o salário bem significativo, pode-se concluir que as áreas distintas da de formação técnica estariam remunerando melhor.

Na pesquisa nacional da SETEC, o índice de egressos que consideram suas remunerações abaixo da média chegou a 29% e o que considera na média, 59%. Já os que consideram a remuneração acima da média 11%.

Gráfico 11 - Carga horária de trabalho do egresso do campus Bom Jesus

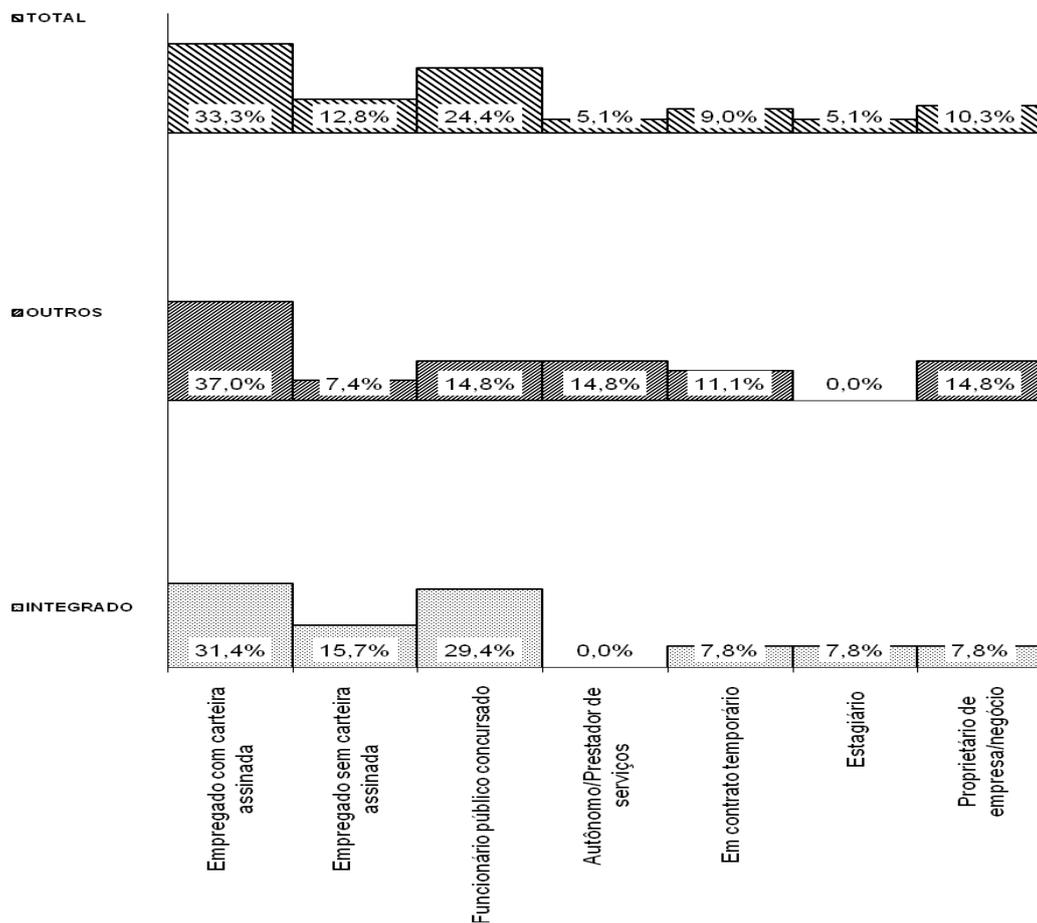


Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 11 demonstra como é alta a carga horária desempenhada pelos que estão inseridos no mercado de trabalho. Possivelmente, isso é um agravante para aqueles egressos que gostariam de trabalhar e estudar simultaneamente. Como conseguir conciliar uma atividade cuja carga horária semanal pode chegar a 44h

com os estudos universitários, por exemplo? Sabemos que é possível conciliar, mas o egresso nessa condição necessita de muito empenho para efetivar essa dupla jornada. É muito mais fácil contar com o grande aporte orçamentário para a assistência estudantil (bolsas) nas Universidades ou Institutos Federais do que com as condições de trabalho do mercado.

Gráfico 12 - Vínculo empregatício do egresso do campus Bom Jesus

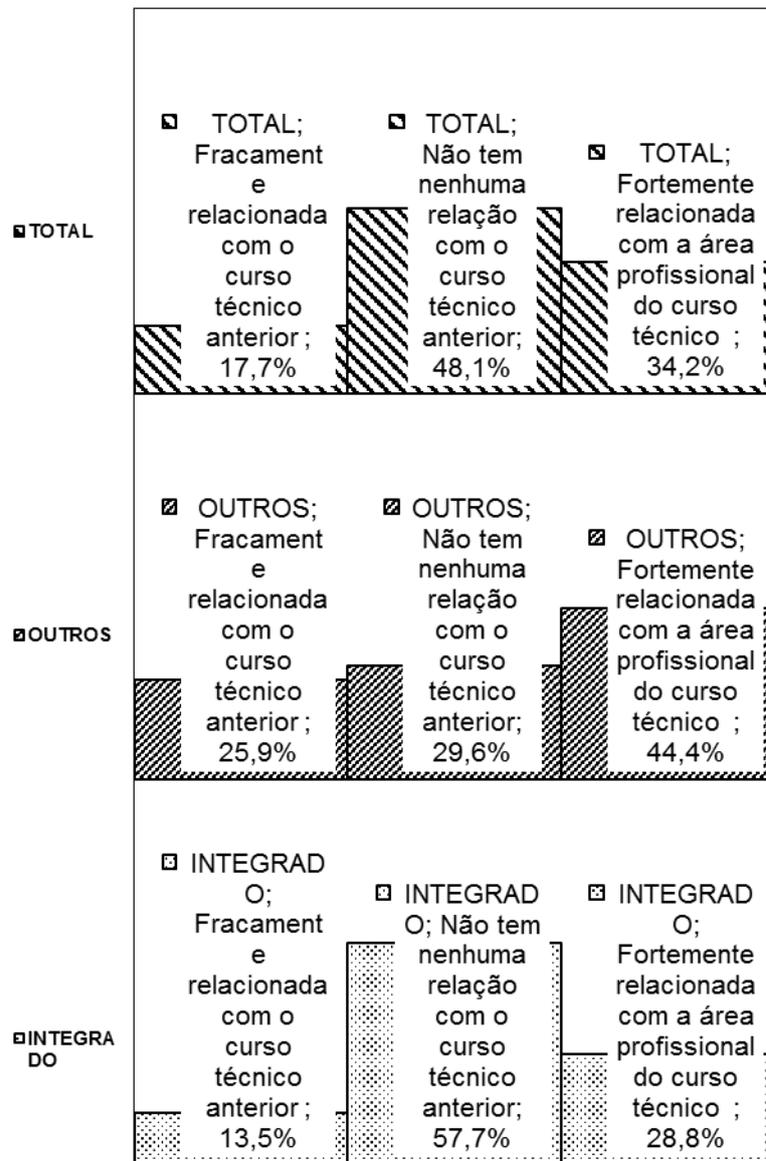


Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

No gráfico 12, constata-se que no integrado a inserção ocorre, de forma mais significativa, por meio de carteira assinada e concurso público. Chama a atenção o índice de 15,7% de egressos do integrado sem carteira assinada, o que denuncia uma informalidade.

Já no concomitante/subsequente, constata-se a predominância da carteira assinada, sendo mais do que o dobro dos egressos funcionários públicos. É válido destacar também o índice dos egressos proprietários de empresa, quase o dobro se comparado com os do integrado. Esse índice é importante para justificar disciplinas como o empreendedorismo nas matrizes curriculares dos cursos técnicos do campus Bom Jesus.

Gráfico 13 - Relação do trabalho atual do egresso do campus Bom Jesus com a formação técnica recebida

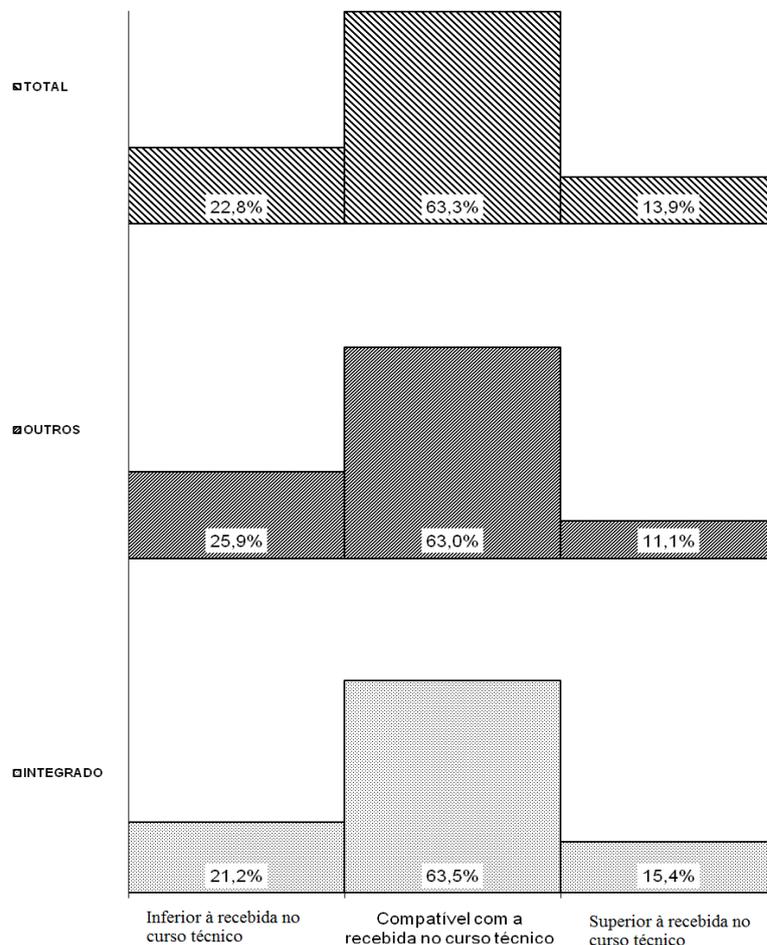


Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 13 tem relação significativa com o gráfico 8. Ao analisar os dados do concomitante/subsequente nota-se que há um percentual significativo de egressos cujos postos de trabalhos são correlatos à formação técnica (44,4%). Se somarmos o “fortemente” com o “fracamente”, esse índice chega a 70,3%. Situação bem diferente da dos egressos do integrado. Surpreende o índice de 57,7% de ex-alunos cujos postos de trabalhos não estão relacionados ao da formação técnica. Esse índice é quase o dobro do índice do concomitante/subsequente (29,6%).

Como já foi demonstrado, o NOF possui uma maior concentração de empregos nos serviços e comércios, por isso, muitos desses jovens, técnicos em agropecuária ou em agroindústria, não encontram empregos nessas áreas técnicas e, assim, os setores fortes economicamente é que agregam maior número de postos de trabalho.

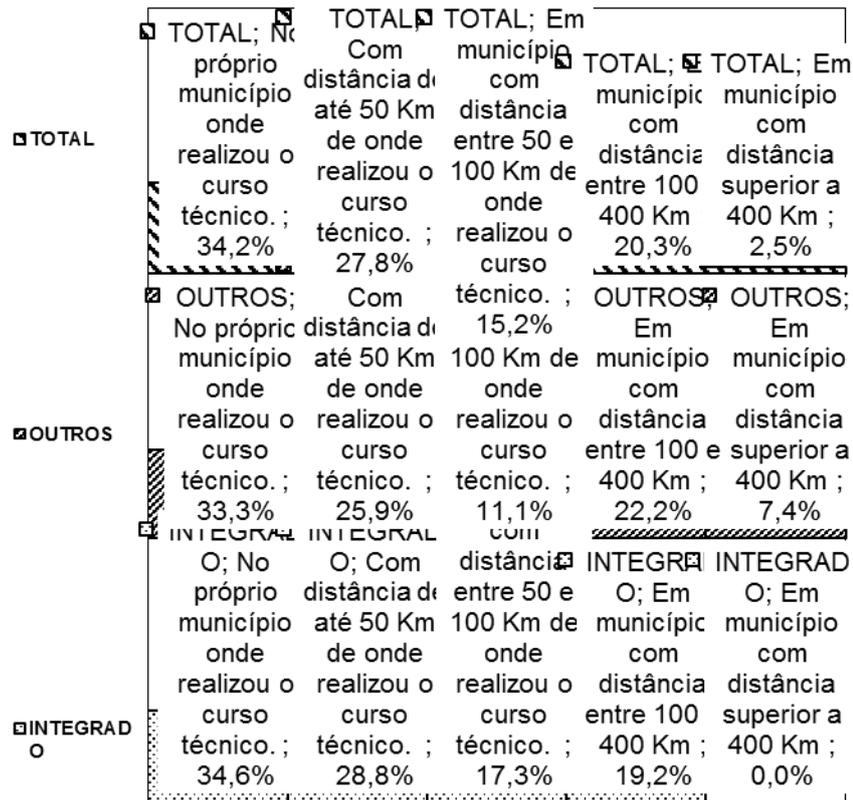
Gráfico 14 - Nível de exigência da capacitação profissional dos egressos do campus Bom Jesus



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

No gráfico 14, constata-se que cursos técnicos do IFF Bom Jesus estão articulados com as exigências do mercado de trabalho. No integrado, a compatibilidade com a capacitação recebida no curso técnico chega a 63,5%, e no concomitante/subsequente a 63%.

Gráfico 15 - Localização do trabalho atual dos egressos do campus Bom Jesus



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 15 consolida uma informação importante: a grande parte dos empregos dos egressos, tanto os do integrado, quanto os do concomitante, estão localizados no município em que realizaram os cursos ou em municípios com distância de até 50 km do município onde estudaram. No caso do integrado, somando os índices dos que trabalham no próprio município com os que trabalham num raio de até 50km, chega-se a 63,4%. No concomitante/subsequente esse índice chega a 59,2%.

É válido destacar o índice de 7,4% dos egressos do concomitante/subsequente que atuam em mercados de trabalho cuja distância seja

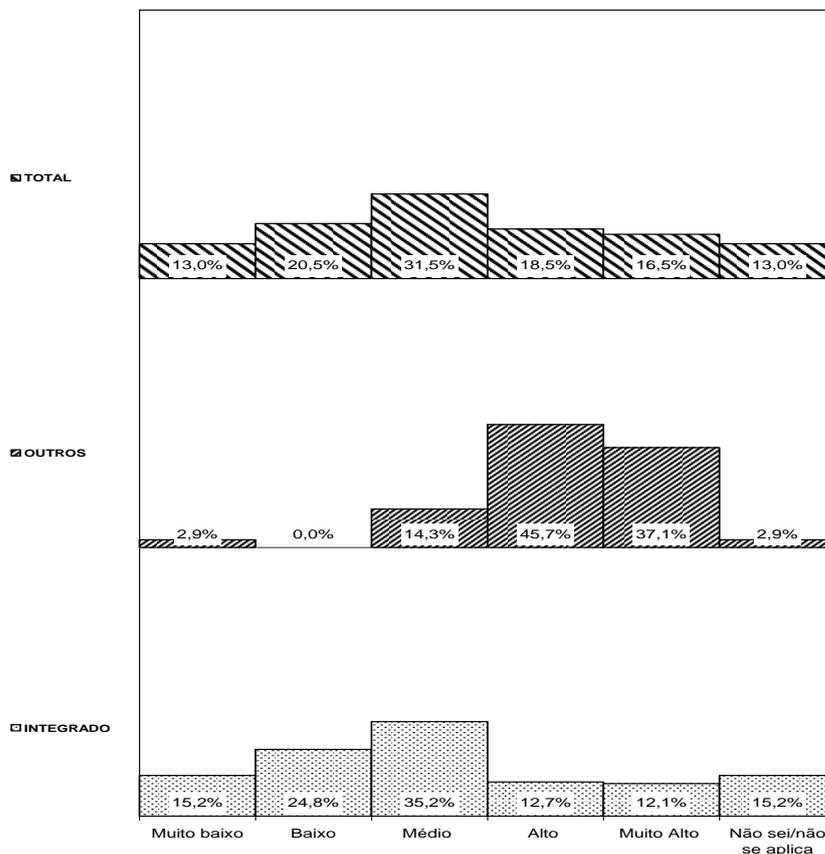
superior 400km da cidade na qual realizou o curso enquanto esse índice é zero quando se refere aos egressos do integrado.

Por meio desses dados, pode-se inferir que há uma propensão de os alunos atuarem no mercado de trabalho local e regional. É um dado importante, visto que uma das características fundamentais dos institutos é a contribuição para o desenvolvimento local e regional.

Essa contribuição tem início com a formação de mão-de-obra qualificada para atuação, de preferência, no próprio município no qual se localiza o campus. Porém, o destino do egresso não pode ser apenas o município em que se localiza o instituto, mas toda a região e, por que não, todo o território nacional?

É necessário, por conta da nova institucionalidade dos Institutos Federais, pensar a atuação dessas instituições sob uma ótica regional e sistêmica com os seus campi, consolidando, dessa forma, uma relação colaborativa e articulada com os diversos agentes socioeconômicos para o atendimento das necessidades regionais (BRASIL, MEC/SETEC, 2009b, p. 29)

Gráfico 16 - Interesse dos egressos do campus Bom Jesus em atuar na área técnica quando da conclusão do curso técnico



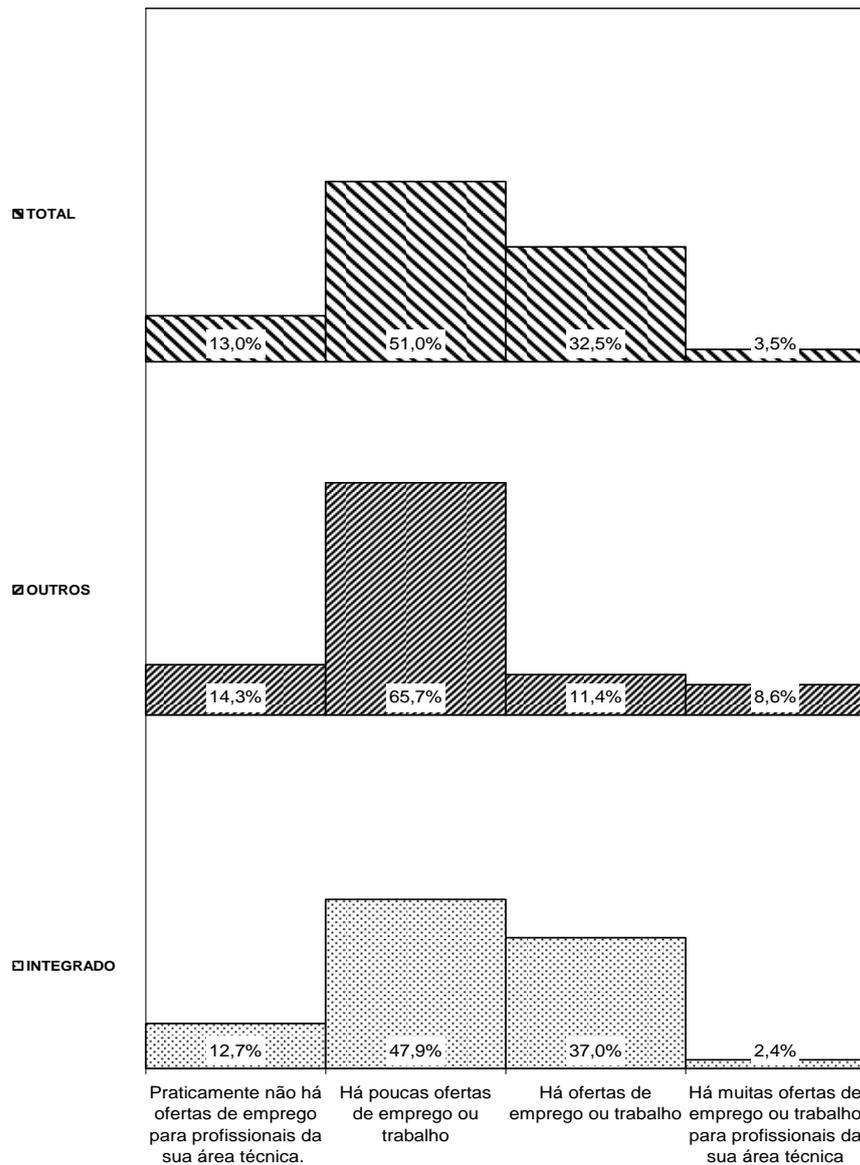
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 16 apresenta dados distintos para os alunos do integrado e concomitante/subsequente. Enquanto os primeiros têm uma propensão a ter um baixo desejo de seguir a área técnica em que se formou, o segundo grupo tem um interesse maior pela área técnica. Como a sociedade valoriza o diploma de ensino superior, os alunos do integrado são influenciados por essa valorização. Os próprios pais influenciam seus filhos a seguirem a carreira de nível superior, pela valorização em detrimento às carreiras técnicas. Se somarmos o índice de “muito baixo” e “baixo”, tem-se 40% de alunos do integrado desinteressados pela área técnica. Esse índice auxilia na confirmação de que uma grande parte dos alunos do integrado cursa tal modalidade em virtude do ensino médio propedêutico. No entanto, não se pode desconsiderar o percentual de alunos do integrado que tem interesse pela área. Somando o índice do “alto” e “muito alto”, tem-se quase 25%, fora o índice de 35.2% do “médio”.

Possivelmente, esses alunos que desejam atuar na área técnica terão maiores chances de verticalizar o ensino. Analisando os índices do concomitante/subsequente, depreende-se que a grande maioria tem propensão a seguir a área técnica. Somando-se o índice do “alto” e “muito alto” tem-se quase 83%.

Nesse mesmo questionamento sobre o desejo de trabalhar na área técnica, na pesquisa nacional realizada pela SETEC, constatou-se o índice de 33% para o “muito alto” e 41% para o “alto”, totalizando 74% de intenção dos egressos em trabalhar na área. Enquanto que esse índice no integrado do campus Bom Jesus chegou a 24,8%. Já no concomitante/subsequente, o índice de Bom Jesus foi superior ao do nacional chegando a 82,8%.

Gráfico 17- Situação das ofertas profissionais na região do campus Bom Jesus



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 17 apresenta dados preocupantes quanto à oferta de empregos no NOF. Pela percepção dos egressos, tanto os do integrado, quanto os do concomitante, há poucas ofertas de emprego na área. Se somarmos os índices de “praticamente não há ofertas” com os do “há poucas ofertas”, no integrado, tem-se 60%, e no concomitante/subsequente, a 80%. Como conseguir inserir técnicos em uma região que, pela percepção dos egressos, não tem grandes possibilidades de emprego? Há necessidade de os governos, tanto o municipal, quanto o estadual e federal, elaborarem estratégias de fomento à agropecuária no NOF. Esses índices ajudam explicar, por exemplo, o desinteresse de muitos alunos do integrado a seguirem a carreira de técnico.

É válido destacar o percentual significativo de alunos do concomitante/subsequente que informaram acreditar que é baixa a oferta de empregos na região do NOF (80%). Em contrapartida, o quantitativo desses mesmos alunos que informaram ter interesse em seguir a área técnica é alta, chegando a quase 83% (gráfico 16). Isso pode ressaltar a questão cultural da agropecuária na região. Possivelmente, muitos desses alunos do concomitante/subsequente provêm de famílias empreendedoras da agricultura familiar, e mesmo a percepção de baixa empregabilidade não é suficiente para minorar a vontade em seguir a área técnica.

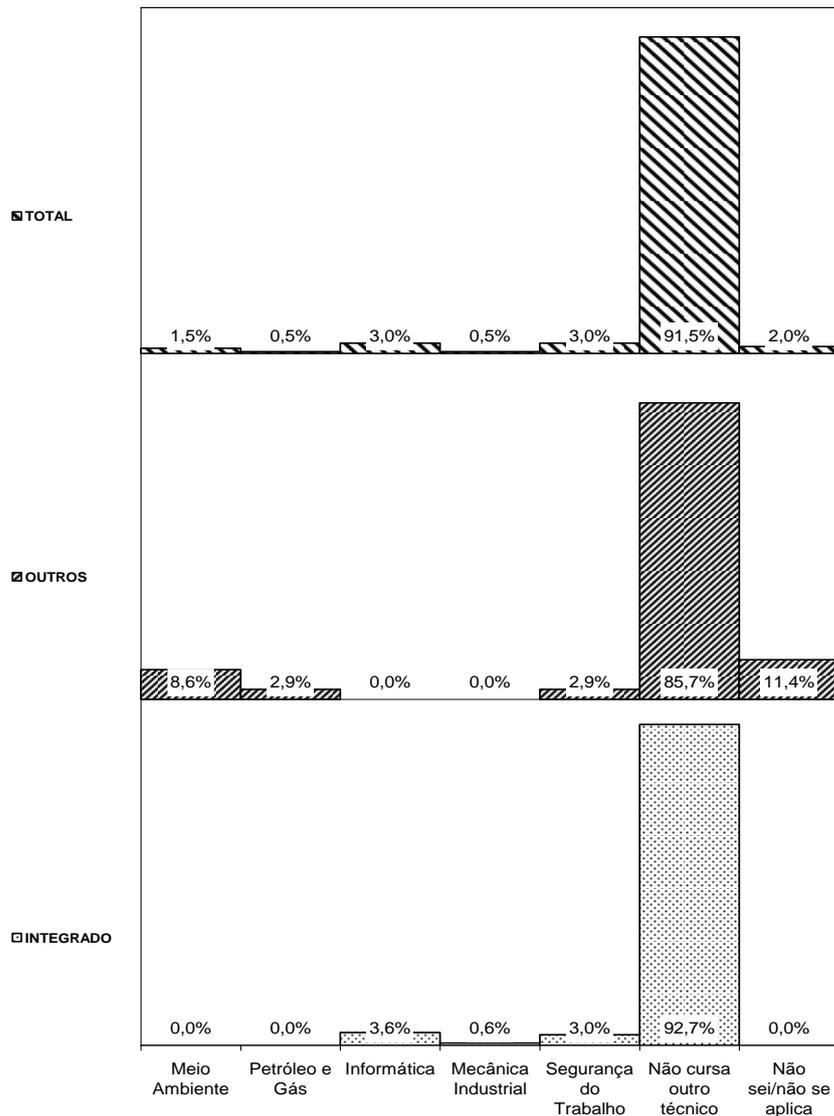
Como o NOF tem se destacado na área de serviços e comércio, a maior oferta de empregos está relacionada a tais setores da economia. Há de se destacar também que um dos problemas enfrentados por campi do interior é que o maior empregador desses municípios é administração pública, conforme constatou o relatório do TCU (2013):

295. Por outro lado, uma característica do processo de interiorização que traz grandes desafios para a atuação dos campi é o peso relativo do setor público nas economias locais. As microrregiões de menor nível atividade econômica também são aquelas mais dependentes do setor público, com os outros setores da economia bastante debilitados. Nesses locais, há o risco da atuação dos Institutos Federais não encontrar uma estrutura produtiva suficientemente dinâmica para receber seus produtos, seja a mão de obra formada, sejam as parcerias de pesquisa e extensão. (TCU,2013,p.54)

Para fins de comparação, os dados da pesquisa nacional da SETEC foram os seguintes nessa pergunta: os que responderam que “há muitas ofertas de emprego” foram 17%. Já “Há ofertas de emprego ou trabalho”, 34%. Os que responderam que “há poucas ofertas de emprego ou trabalho” foram 37% e “praticamente não há ofertas de emprego ou trabalho”, 13%.

Destacam-se os índices do “praticamente não há ofertas” foi bem próximo aos do campus Bom Jesus. É de se ressaltar a diferença dos dados para o “há poucas ofertas”, sendo que o integrado supera o índice nacional em um pouco mais de 10% (47,9% contra 37%) e o concomitante/subsequente em quase 30% (65,7% contra 37%). É fundamental, portanto, estudos de demandas antes da implantação dos cursos técnicos. Há necessidade de se consolidar dados acerca da real carência de técnicos numa dada região.

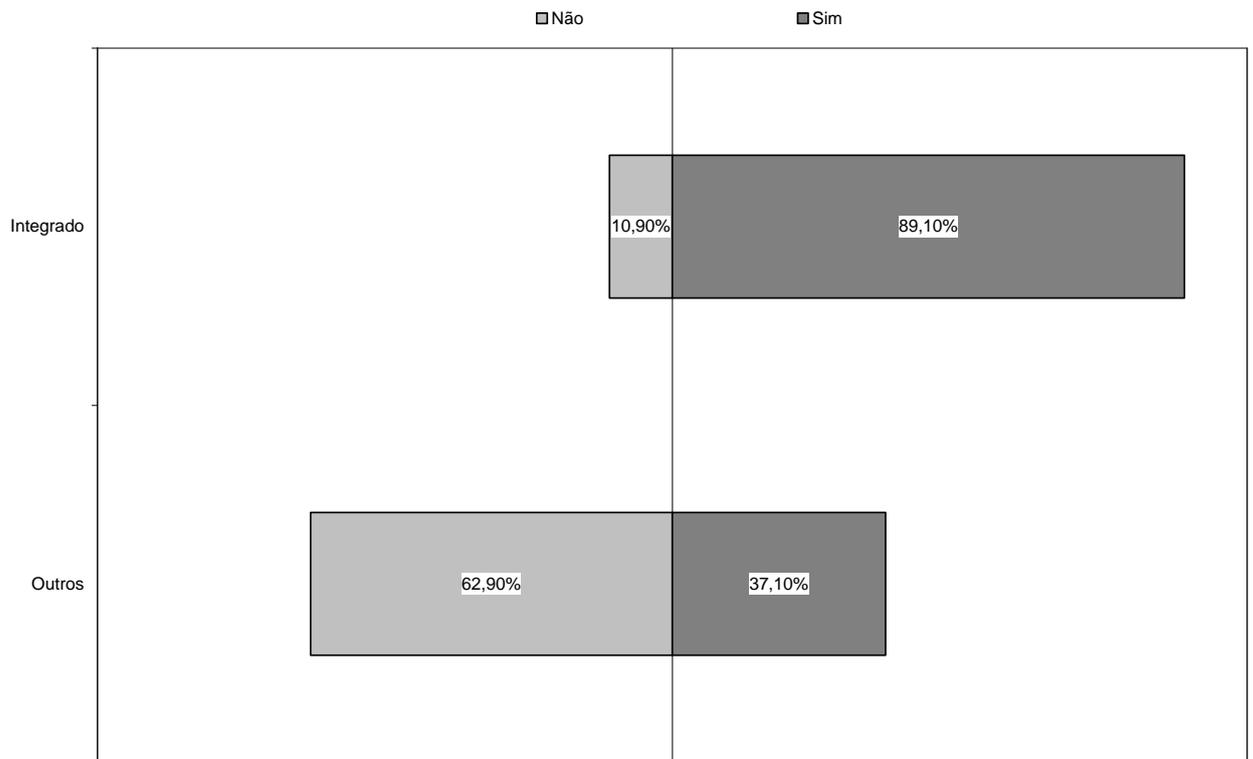
Gráfico 18 - Continuidade dos estudos dos egressos em nível técnico



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 18 nos apresenta um panorama de continuidade de estudos dos egressos. Depreende-se que a grande maioria que concluiu o ensino técnico, tanto no integrado, quanto no concomitante/subsequente, não está cursando/ou cursou outro curso técnico. Possivelmente, continuaram seus estudos em nível superior. Mas é importante destacar que o índice no integrado é maior do que o do concomitante/subsequente. O curso que mais se destaca entre o concomitante/subsequente é o de meio ambiente. Já com o integrado, há quase um empate entre informática e segurança do trabalho. Ressalta-se que a partir do ano de 2013 o campus Bom Jesus passou a oferecer o curso técnico em meio ambiente e em 2012, por meio da Educação à distância (EaD), o técnico em segurança do trabalho.

Gráfico 19 - Percentual de egressos do campus Bom Jesus em cursos graduação

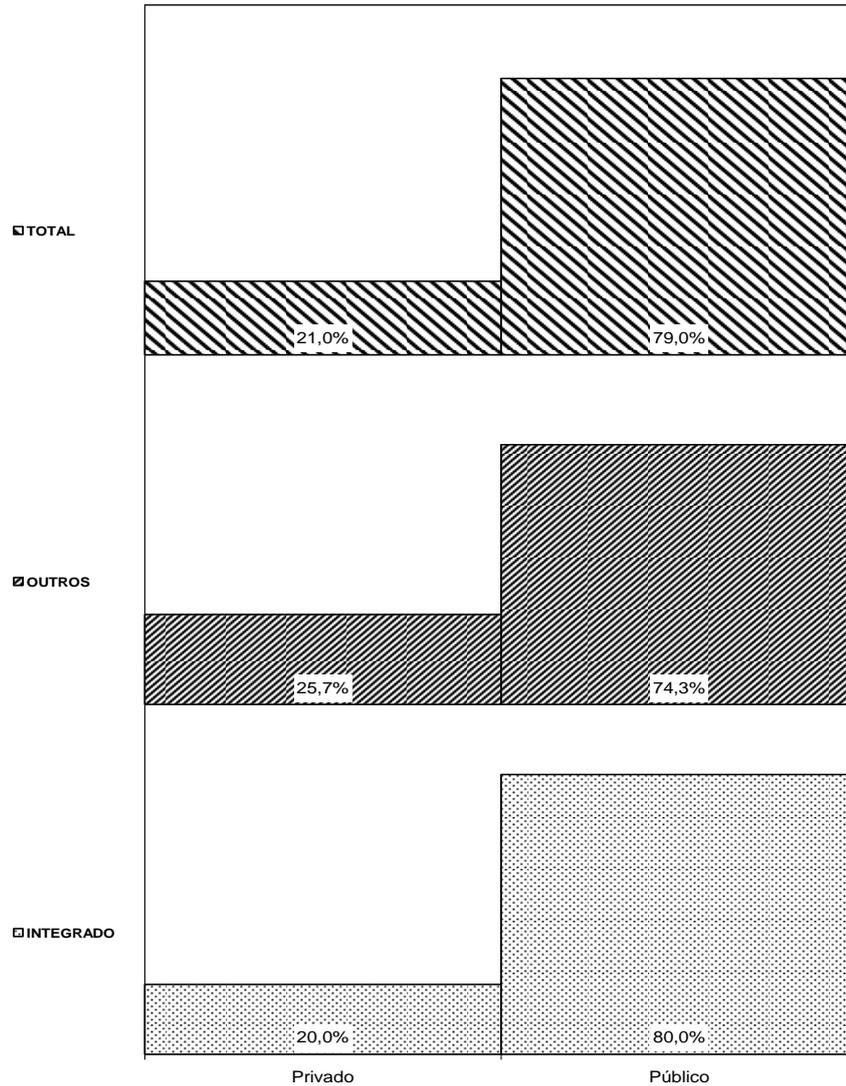


Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 19 consolida dados importantes sobre o quantitativo de egressos inseridos em cursos de graduação. Observa-se uma diferença significativa entre o percentual do integrado e do concomitante/subsequente. O índice de alunos do integrado que estão matriculados em cursos de graduação é mais do que o dobro dos que estão na mesma situação no concomitante/subsequente.

Esse índice demonstra que o aluno do integrado busca a continuidade de estudos em nível superior, enquanto que os do concomitante/subsequente tendem a buscar mais a inserção no mercado de trabalho. O percentual dos que não cursam graduação no integrado é 5 vezes menor do que o índice do concomitante/subsequente.

Gráfico 20 - Tipo de administração do estabelecimento em que o egresso do campus Bom Jesus cursa o nível superior



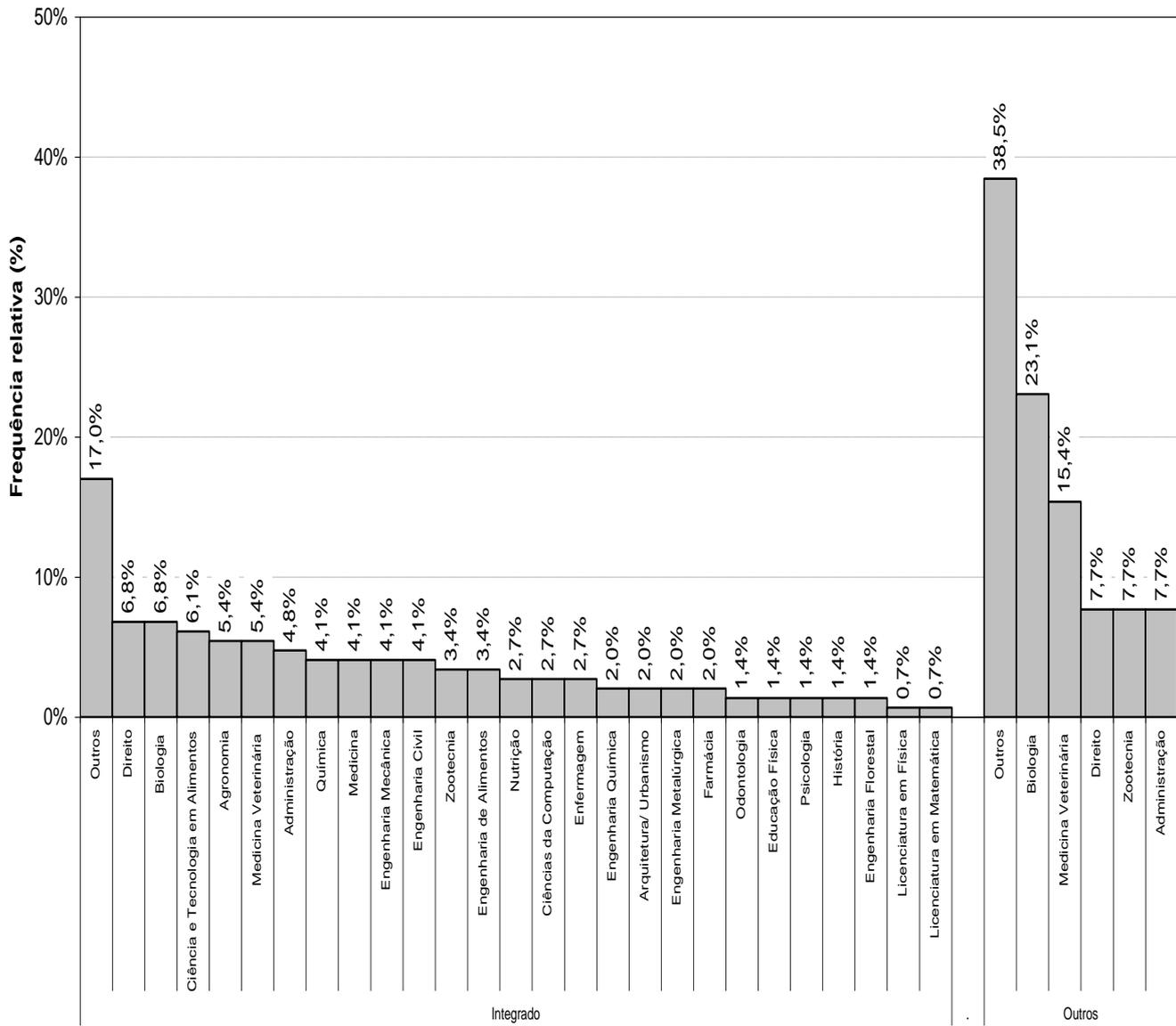
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 20 consolida uma informação importante para a rede federal de EPT e principalmente para o campus Bom Jesus do Itabapoana: o ensino no referido campus é de qualidade, visto que a grande maioria dos que prosseguem os estudos está nas universidades públicas, seja no integrado, ou no concomitante/subsequente. No integrado esse índice chega a 80% e no concomitante/subsequente a 74,3%.

É de conhecimento o grau de excelência das universidades públicas brasileiras e o quão disputado são os processos seletivos para tais instituições. Esses índices comprovam que o ensino do campus Bom Jesus está possibilitando a ascensão de muitas famílias, uma vez que essa geração de egressos está

alcançando uma maior titulação, muitas vezes sendo os primeiros na família a cursar ensino superior. Essa ascensão também colabora com o desenvolvimento local e regional, visto que o aumento do nível de escolaridade é um fator importante para a redução das desigualdades sociais.

Gráfico 21- Curso Superior escolhido pelos egressos do campus Bom Jesus



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013

O gráfico 21 é fundamental para consolidarmos se está havendo ou não uma verticalização do ensino entre os egressos do campus Bom Jesus. Observa-se que está sim se consolidando o princípio da verticalização, visto que cursos como Agronomia, Medicina Veterinária e Ciência e Tecnologia em Alimentos apresentam-se com índices significativos dentro do contexto de cursos escolhidos pelos

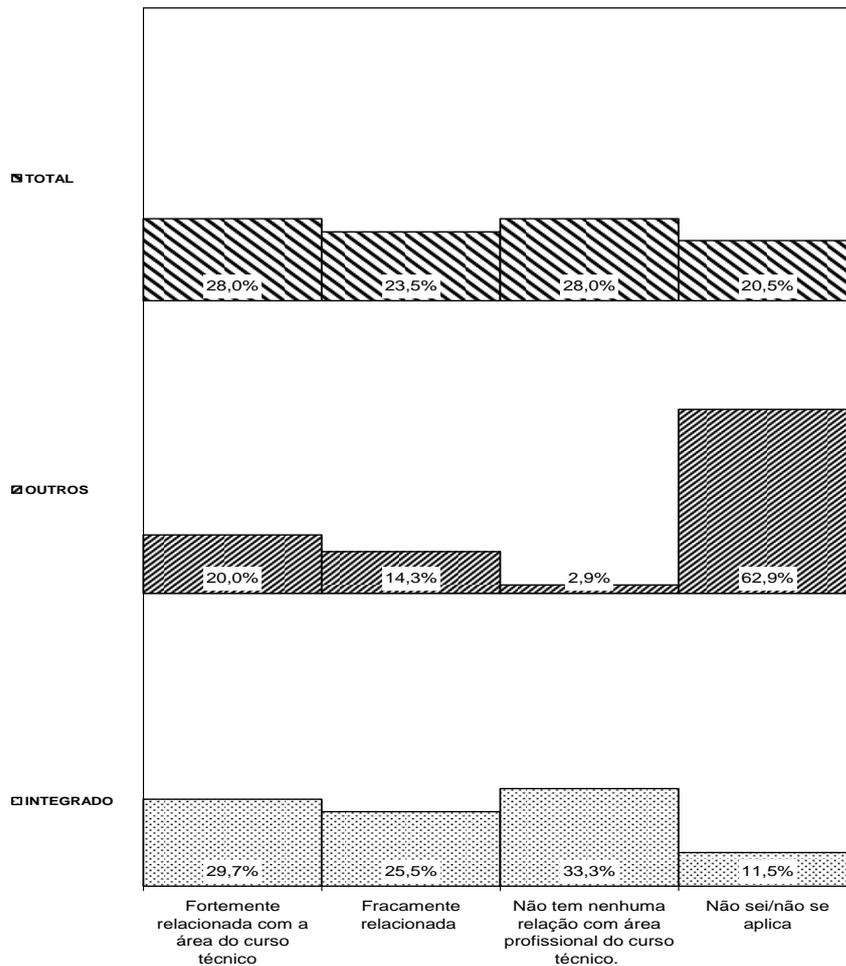
egressos. Cabe ressaltar que essa verticalização ocorre tanto entre os alunos do integrado, quanto os do concomitante/subsequente.

É válido esclarecer que no próprio campus Bom Jesus há o curso de Ciência e Tecnologia em Alimentos, construído na perspectiva de consolidar a verticalização do ensino da agroindústria.

Destaca-se também o percentual de egressos, tanto do integrado, quando o do concomitante/subsequente, que cursam Biologia, que tem uma relativa relação com os cursos de agroindústria e agropecuária, por conta do ensino voltado à produção animal e à vegetal.

Portanto, observa-se o princípio da verticalização, mas não se pode deixar de destacar que, dentre os egressos do integrado, há cursos de graduação escolhidos sem relação com as áreas técnicas do campus Bom Jesus, como enfermagem, engenharia civil, ciências da computação e arquitetura e urbanismo. Esses dados podem, futuramente, auxiliar o referido campus na escolha de novos cursos técnicos. Se há um número significativo de alunos escolhendo a área de biologia, não seria viável para o campus Bom Jesus cursos técnicos como Análises Clínicas e em Biotecnologia? Se há um percentual de alunos seguindo a engenharia civil, por que não um curso técnico em edificações?

Gráfico 22 - Relação do curso superior do egresso do campus Bom Jesus com a formação técnica recebida

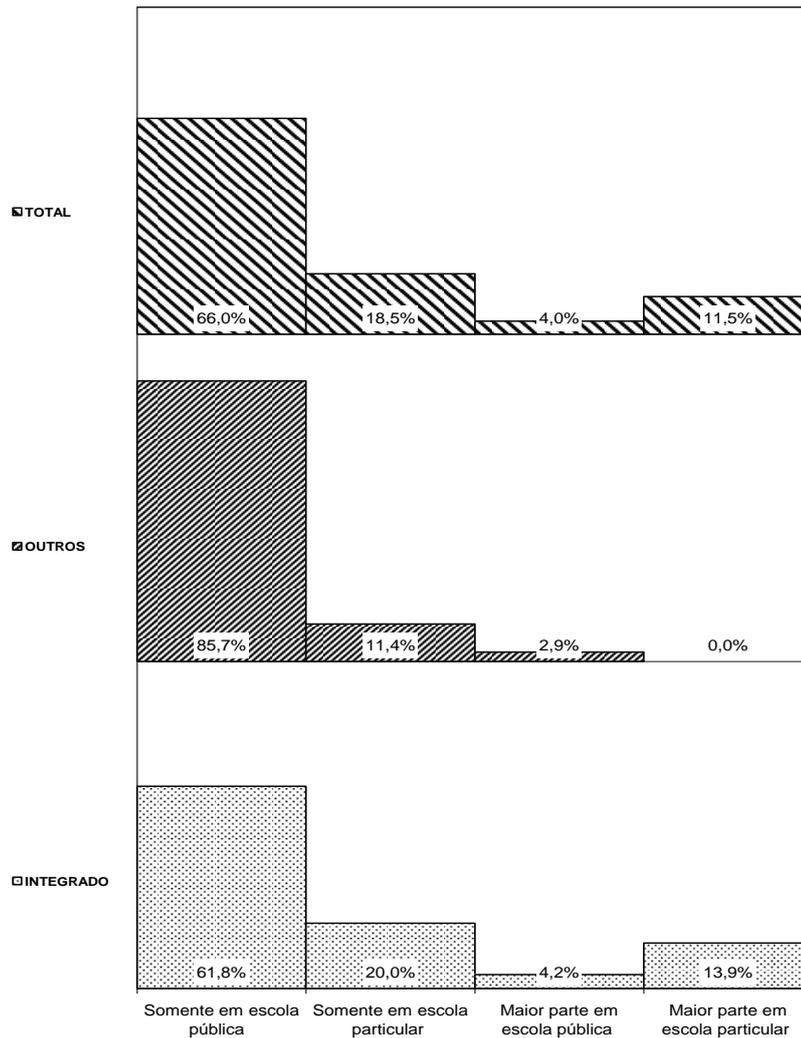


Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 22 consolida dados acerca de um dos princípios almejados pelos Institutos Federais: a verticalização do ensino. Essa verticalização se consolida quando um egresso do técnico prossegue os estudos na área do curso concluído: um técnico em agropecuária, por exemplo, prosseguir os estudos na zootecnia, na agronomia, etc.

Pelos dados apresentados, tanto no integrado, quanto no concomitante/subsequente, a maioria (somando o fortemente com o fracamente) está cursando alguma área correlata ao técnico. No integrado, esse índice chega a 55,2% e no concomitante/subsequente a 34,3%. Por meio desses dados, é fundamental que os Institutos continuem a investir nos cursos superiores para proporcionar a oportunidade de os alunos prosseguirem (verticalização) os estudos na mesma instituição.

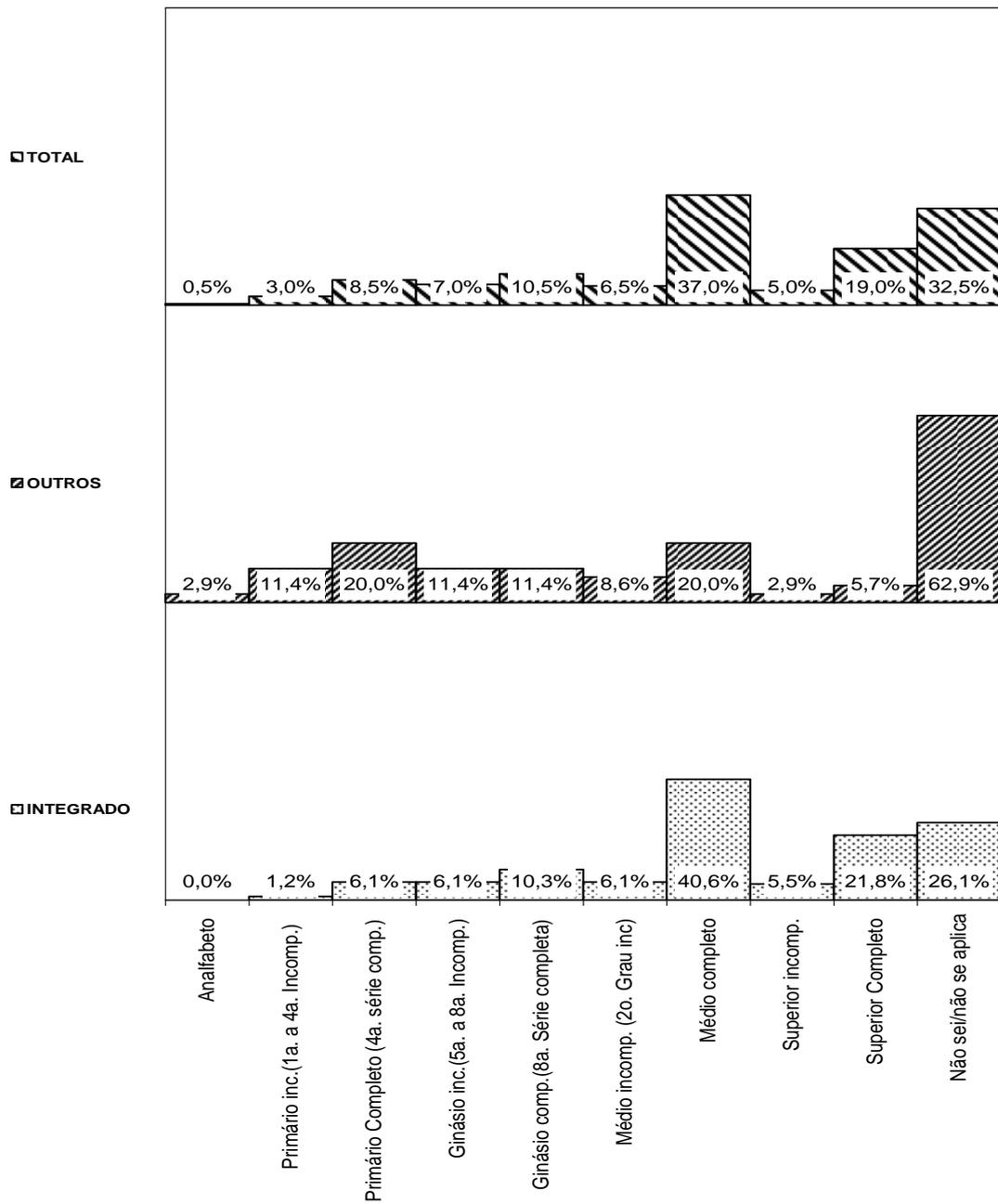
Gráfico 23 - Procedência do egresso do campus Bom Jesus em relação à escola onde cursou o ensino fundamental



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

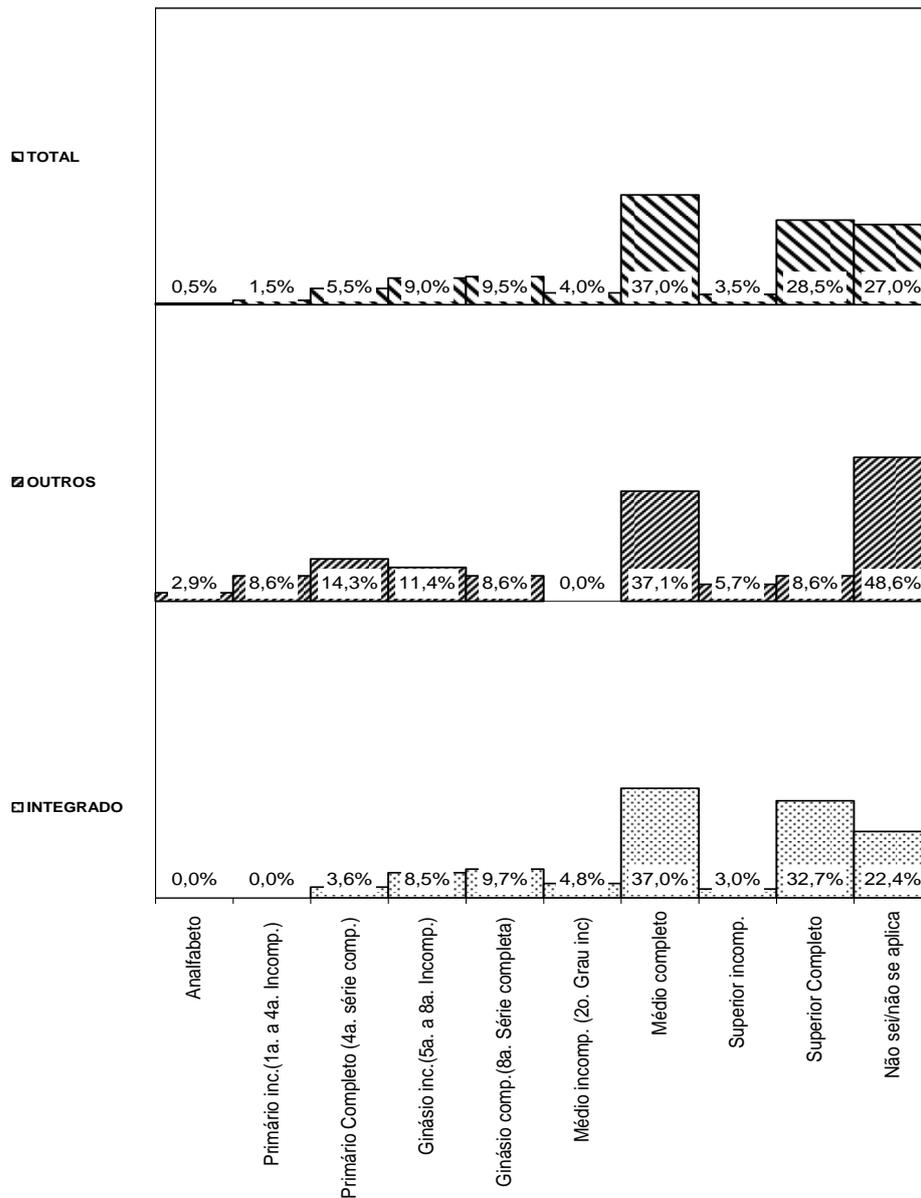
O gráfico 23 auxilia a desmistificar o tão propalado elitismo da rede federal de EPT. Tanto no integrado, quanto no concomitante/subsequente, a grande maioria dos egressos realizou o ensino fundamental em escolas públicas. No integrado, somando os índices de quem estudou somente em escola pública com os que estudaram a maior parte nas referidas escolas, chega-se a 66%. Já no concomitante/subsequente, esse índice chega a 88,6%. É de conhecimento o quão disputados são os processos seletivos para a rede federal de EPT. Esses dados demonstram que o empenho dos alunos é um diferencial na disputa dessas vagas. Muitos alunos da classe média disputam essas vagas, e muitos deles são oriundos da rede privada de ensino fundamental.

Gráfico 24 - Nível de escolaridade do pai do egresso do campus Bom Jesus



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

Gráfico 25 - Nível de escolaridade da mãe do egresso do campus Bom Jesus



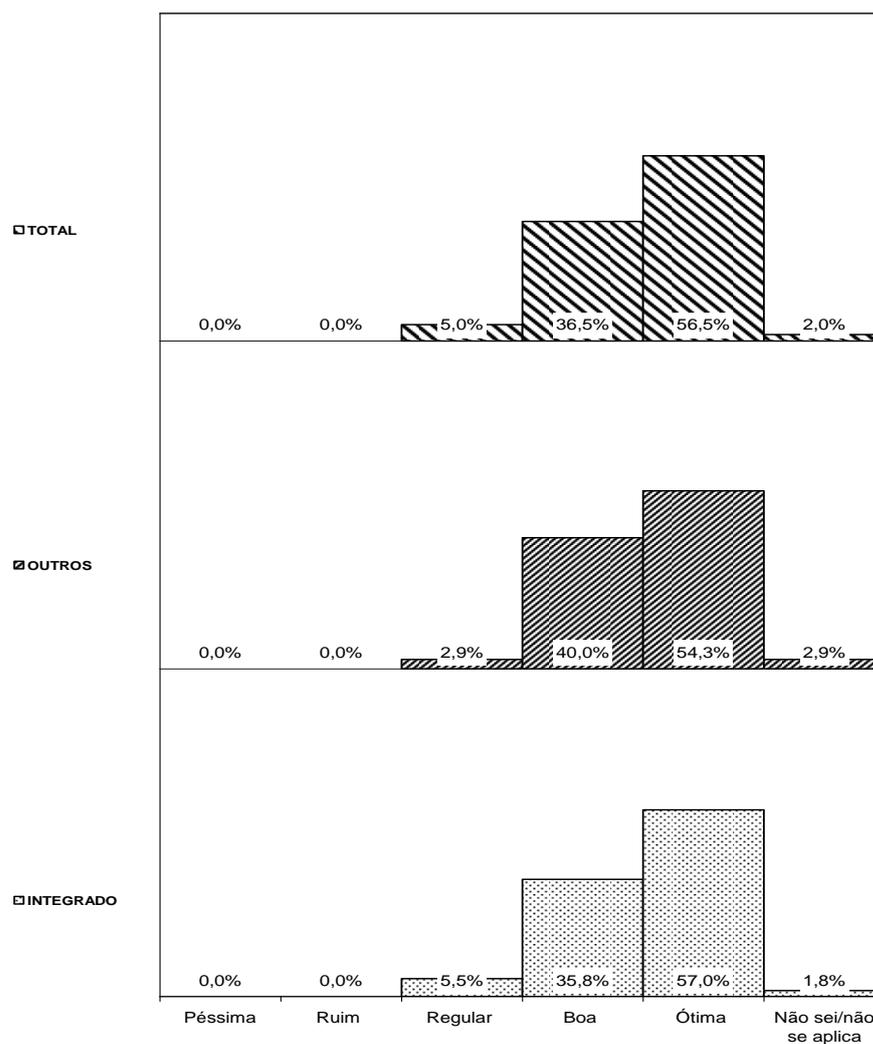
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

Os gráficos 24 e 25 também contribuem para a desmistificação do elitismo da rede federal de EPT. No caso do pai dos egressos do integrado, nota-se uma maior escolaridade, pois 21,8% deles têm nível superior completo contra 5,7% do pai dos egressos do concomitante/subsequente, o que representa mais do que o triplo.

Destaca-se que as mães têm um maior nível de escolaridade do que o dos pais, tanto no integrado, quanto no concomitante/subsequente. Enquanto as mães dos alunos do integrado têm 32,7% de índice de nível superior completo, os pais têm 21,8%. No caso do concomitante/subsequente, o índice de mães com superior

completo é de 8,6%, enquanto o dos pais é de 5,7%. Chama atenção também os índices de pais e mães analfabetos na modalidade concomitante/subsequente. Enquanto que o índice de analfabetos é zero, esse índice atinge quase 3% nos pais e mães dos egressos do concomitante/subsequente.

Gráfico 26 - Nível de satisfação dos egressos do campus Bom Jesus quanto à instituição de um modo geral



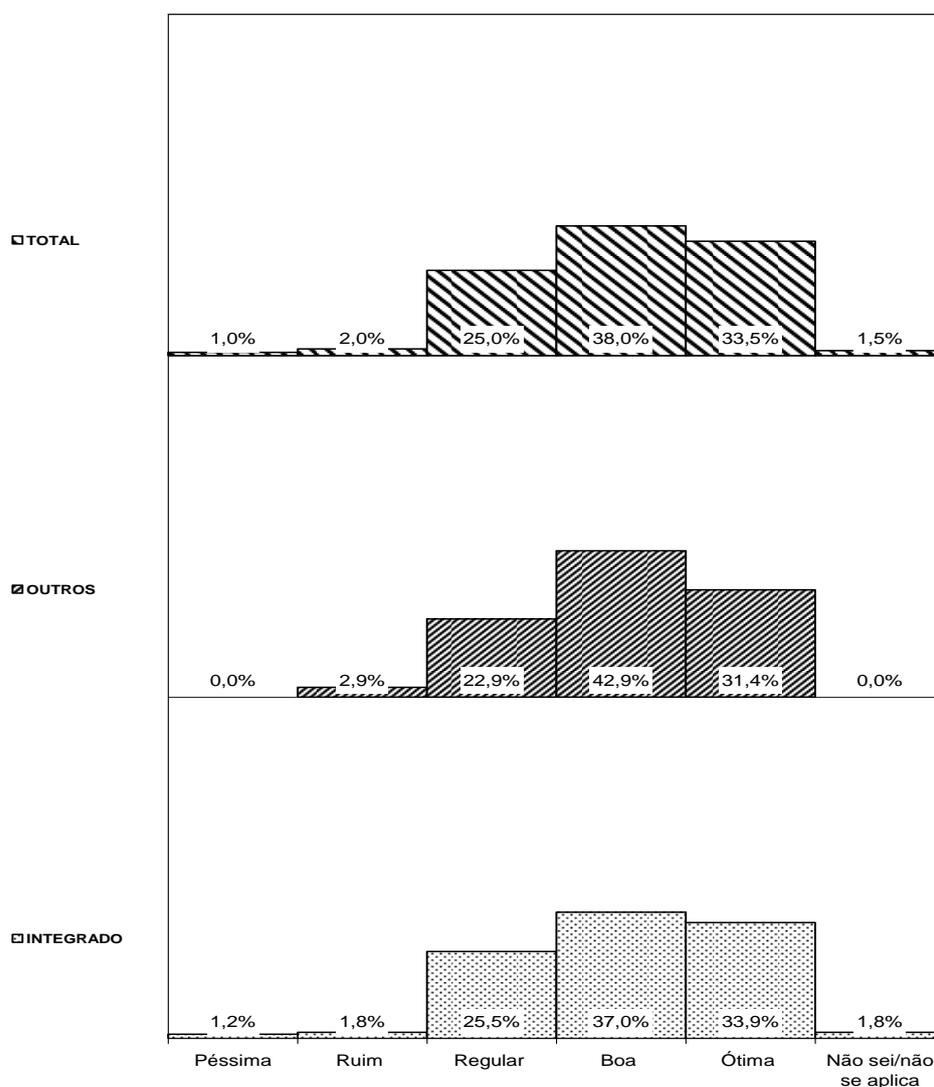
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

O gráfico 26 consolida os índices significativos de aprovação dos egressos quanto ao IFF campus Bom Jesus do Itabapoana. É válido destacar que nenhum egresso classificou o campus como péssimo ou ruim. Destaca-se que somando os índices de bom e ótimo, no integrado, o índice de satisfação chega a 92,8% e no concomitante/subsequente a 94,3%. Desde a criação dos Institutos Federais, em

2008, tais instituições têm recebido um aporte orçamentário significativo, que tem representado melhores condições estruturais para os institutos. Uma melhor estrutura física propicia melhores condições para o ensino, pesquisa e extensão.

Evidentemente, não só a estrutura física é a responsável pelo grau de satisfação dos egressos. Não se deve negligenciar que essa satisfação possa estar relacionada ao projeto educacional mais amplo, como por exemplo, a concepção de formação humanística por meio do ensino integrado, e até mesmo a questão simbólica que o IFF representa na região (o orgulho de fazer parte de uma instituição de ensino centenária e federal).

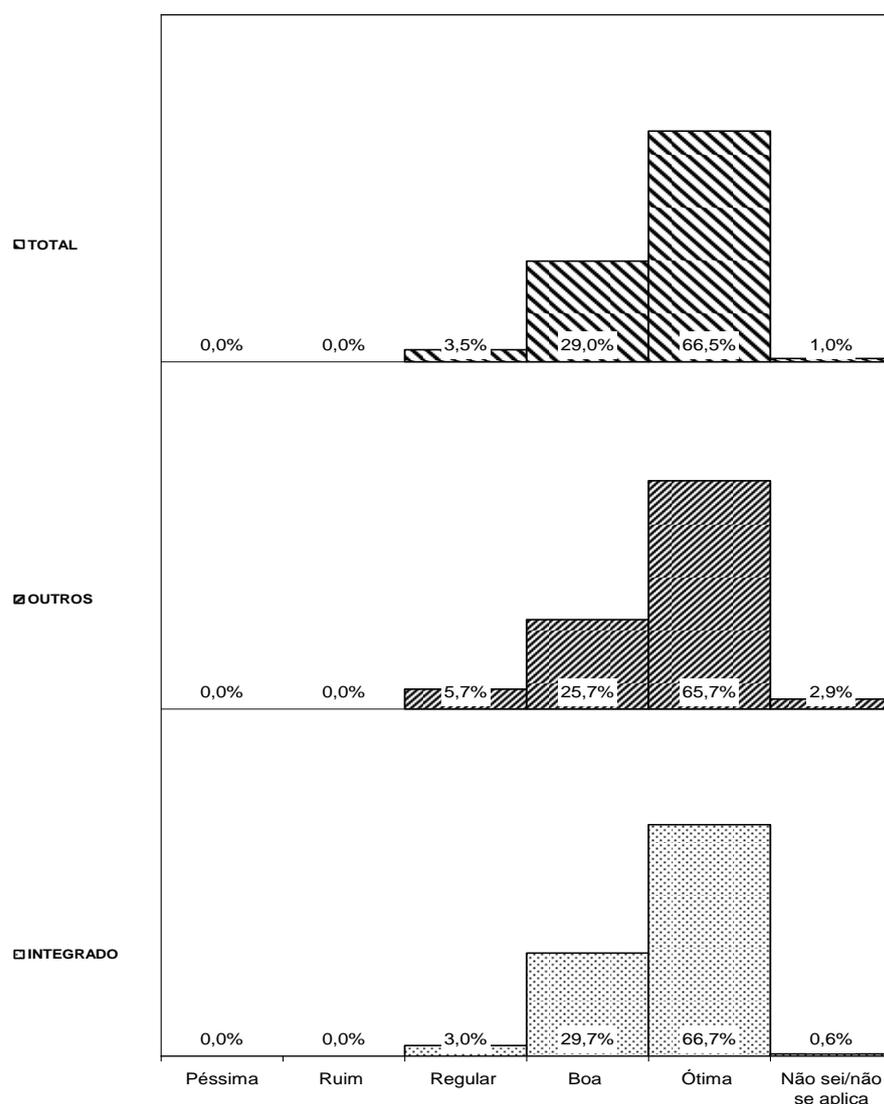
Gráfico 27 - Nível de satisfação dos egressos do campus Bom Jesus quanto aos conhecimentos práticos recebidos



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013

O gráfico 27 é importante para constatar a satisfação dos alunos no que concerne aos conhecimentos práticos. É característica das matrizes curriculares do ensino técnico a disponibilização de uma carga horária significativa de aulas práticas. Observa-se, então, que há um alto índice de satisfação dos alunos no que se refere às aulas práticas: somando o “Ótimo” com o “Bom”, tem-se, no integrado, 70,9% e no concomitante/subsequente, esse índice chega a 74,3%.

Gráfico 28 - Nível de satisfação dos egressos do campus Bom Jesus quanto à qualificação dos professores



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2013.

Os índices do gráfico 28 são importantes para justificar uma política de valorização permanente dos profissionais em educação. No integrado, somando o “ótimo” com o “bom”, esse índice chega a 96,4% e no concomitante/subsequente,

chega a 91,4%. Sendo assim, os investimentos nos recursos humanos são um fator fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento, seja público ou privado. Como na Rede Federal é notória a valorização dos professores frente às carreiras públicas (e até privadas) do magistério municipal e estadual, a qualificação desses profissionais na Rede Federal se efetiva, seja através dos planos de carreira, seja pela estrutura do campus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a analisar a relação existente entre o campus Bom Jesus do Itabapoana com o NOF. E o porquê dessa proposição? Isso se deve ao fato de que uma das características dessa nova institucionalidade, cujo nome é Instituto Federal, é a colaboração para o desenvolvimento local e regional. Sendo assim, estudar essa relação do campus Bom Jesus com o NOF é de fundamental importância para a consolidação de uma política pública de EPT eficiente.

Uma questão que suscitou inquietações durante a escolha desse objeto de pesquisa foi o de como mensurar essa relação. Por meio de quais dados conseguiríamos obter uma resposta consolidada para garantir uma reflexão coerente à questão proposta?

Uma das respostas a essa questão, e que foi o campo pesquisado por esta Dissertação, seria a seguinte: pesquisa com os egressos do campus. Uma vez que o IFF e os seus campi priorizam a formação de técnicos qualificados, nada mais prudente do que analisar a inserção profissional dos técnicos formados pelo campus Bom Jesus do Itabapoana.

Assim, conseguiríamos depreender se o campus Bom Jesus, e suas mais variadas modalidades educacionais (Integrado, Concomitante e Subsequente), estão consolidando o objetivo central de uma escola técnica federal: a inserção sócio-profissional de seus egressos.

Para subsidiar a pesquisa em questão, inicialmente, discorreu-se, mesmo que de forma sucinta, sobre a temática do desenvolvimento e todos os seus desdobramentos, quais sejam: desenvolvimento X crescimento; desenvolvimento local e regional e arranjos produtivos locais.

Essa discussão sobre os desdobramentos do desenvolvimento faz-se necessária visto que as transformações que ocorrem na EPT decorrem das necessidades impostas por esse desenvolvimento. A partir da discussão teórica, observa-se o quão árduo é promover o desenvolvimento, pois, para promovê-lo, é fundamental a efetivação de sinergia, cooperação e competitividade. O que fica mais claro por meio da análise dos conceitos elencados é que uma instituição de ensino de EPT, como o IFF, pode até alavancar o desenvolvimento, mas não pode ser o único responsável por consolidá-lo!

Quando se analisa a localização do campus Bom Jesus do Itabapoana tem-se uma noção mais exata da dificuldade da consolidação do desenvolvimento. E por quê? O referido campus se localiza numa região (NOF) que tem sido caracterizada como um “vazio econômico”. Em virtude dos grandes investimentos petrolíferos concentrados no NF, constata-se que o esvaziamento do NOF está longe de diminuir. O horizonte, se assim pudéssemos denominar, do NOF, é área de serviços e comércio, visto que são as responsáveis pela geração de empregos na região.

Considerando a importância e a centralidade da temática do desenvolvimento local e regional, as instituições como um todo, pensam no processo de formação de seus servidores na perspectiva de ajudar a compreender mais a temática em questão e que possibilidade isso traz para o desenvolvimento do projeto institucional.

Posteriormente a esta discussão conceitual sobre o desenvolvimento, nesta Dissertação, discorreu-se acerca da história da atual expansão da Rede Federal de EPT e a nova institucionalidade denominada Institutos Federais. Ressalta-se que com essa nova institucionalidade houve a oportunidade de resgatar, em virtude do Decreto 5.154/04 e do ensino integrado, a concepção de politecnicidade, tão importante para um mundo capitalista em plenas transformações. O técnico necessita “saber fazer” e também “saber pensar”, ou seja, uma formação humana na sua totalidade.

Observou-se também que está havendo uma real interiorização dos campi dos institutos, chegando a cidades com poucas oportunidades educacionais. Porém, a auditoria do TCU apontou uma preocupação quanto a essa interiorização: em geral, essas cidades nas quais estão instalados os novos campi a maior empregadora é a administração pública. Eis um desafio para essas instituições cujo objetivo primordial é a inserção de técnicos no mercado de trabalho.

Ressalta-se que também foi constatado que os critérios utilizados pelo MEC para instalar os campi dos institutos levam em consideração o desenvolvimento local e regional (dimensões geográfica, social e de desenvolvimento). Ficou evidenciado ainda que o investimento no ensino privado de EPT tem sido tão significativo quanto ao do ensino público. Há uma preocupação em massificar a política pública de EPT, mas essa massificação deve vir acompanhada da qualidade educacional!

Prosseguindo a esta discussão sobre a expansão dos Institutos Federais e os critérios para a concretização da expansão, tem-se a contextualização do NOF e a pesquisa com egressos do campus Bom Jesus. O NOF tem pouca diversidade no

tocante aos APL's, sendo assim, é fundamental para o IFF e para o campus Bom Jesus do Itabapoana se articularem com o "entorno", com os grandes investimentos do NF, por exemplo.

Os cursos do campus Bom Jesus pesquisados nesta Dissertação, quais sejam técnico em agropecuária e agroindústria, estão articulados com os APL's. Porém, os dados da pesquisa com egressos do referido campus elucidam que não está havendo uma inserção significativa desses técnicos formados, principalmente no que se refere à modalidade integrado. E isso por quê?

A reconhecida qualidade do ensino médio da rede federal de EPT e, infelizmente, a gestão ineficaz dos governos estaduais para com o ensino médio, contribuem com essa inversão do objetivo do ensino integrado da Rede Federal de EPT. Além disso, destaca-se que o mercado de trabalho para os técnicos em agroindústria e agropecuária no NOF não é consolidado, ocasionando poucas ofertas de emprego para as referidas áreas.

Então se torna difícil convencer o aluno do integrado, jovem, cheios de oportunidades no ensino superior, como a expansão dos próprios institutos e universidades, o Financiamento Estudantil, dentre outros, a seguir carreira de técnico em agropecuária ou agroindústria no NOF!

Foi constatado também por meio da pesquisa com os egressos que está havendo uma verticalização, tanto no integrado, quanto no concomitante/subsequente. Cursos como Medicina Veterinária, Agronomia e Ciência e Tecnologia em Alimentos, aparecem como destino de uma parcela significativa de matriculados.

Nesse contexto, cabe indagar: caso os alunos do integrado sigam o ensino superior (e não se insiram no mercado de trabalho) e verticalizem-no, já estariam justificados os investimentos na EPT? Já estariam consolidados os objetivos dos Institutos? Ou esse egresso do integrado deveria se inserir no mercado de trabalho como técnicos para justificar os objetivos/investimentos nos Institutos? Eis um questionamento cuja resposta não se esgota nesta pesquisa com os egressos do campus Bom Jesus.

Constatou-se um índice significativo de egressos cursando biologia e engenharias. Será que o campus Bom Jesus não poderia contar com novos cursos técnicos como Análises Clínicas ou Biotecnologia? Ou ainda em Edificações? Afinal, observou-se a aptidão de muitos alunos para as referidas áreas.

É válido destacar também que os empregos do NOF estão alocados na área de serviços e comércio como constatado no gráfico 5 e não na agropecuária. Mesmo que se o aluno, seja do integrado ou do concomitante/subsequente, tivesse o desejo de seguir a carreira como técnicos, teriam certa dificuldade de encontrarem postos de trabalho no NOF.

Por isso, reafirma-se a necessidade de o IFF “pensar” no seu entorno e utilizar a pesquisa e a extensão como instrumentos de articulação com o território no qual estão instalados os seus campi. Sem a coesão dos atores sociais, sejam os governos estadual e municipal, associações, movimentos sociais, ONGs, empresas privadas, etc, dificilmente haverá uma inserção profissional definitiva dos técnicos, seja no NOF ou em qualquer outra região do país.

Ressalta-se também que é altíssimo o índice de aprovação dos alunos do integrado nos cursos das Universidades Públicas, chegando a 80%. É importante constatar isso, pois muitos alunos são oriundos de classes menos favorecidas, como constatado pelo nível de escolaridade dos pais e das mães dos egressos. Esse ingresso tão significativo no ensino superior colabora para a redução das desigualdades sociais, afinal, muitos desses egressos são os primeiros de suas famílias a adentrarem o espaço acadêmico das universidades. Então o investimento no integrado já se justificaria por conta desses índices de aprovação? Questão a ser respondida por futuras pesquisas!

É importante frisar que a análise dos dados dessa pesquisa com egressos não têm um cunho reducionista, pois o lapso (recorte) temporal pesquisa (2009 a 2011) é, de certa forma, recente. Além disso, foram pesquisados apenas dois cursos técnicos (agropecuária e agroindústria) dos muitos existentes no Brasil em um único campus dos mais de 350 existentes atualmente. Há necessidades de pesquisas mais abrangentes sobre empregabilidade de cursos da área agrícola, por exemplo. Não poderíamos, portanto, ter a pretensão de numa Dissertação de Mestrado, alcançar todas as respostas as indagações propostas. (Profa. Denise, acrescentei este parágrafo para fins de relativização. Acha importante? Este seria o “local” mais apropriado para esse parágrafo?)

O certo é que desenvolvimento local e regional só se consolida com a criação de institucionalidades. O IFF e o seu campus Bom Jesus são instituições recentes, afinal a lei de criação data de 29 de dezembro de 2008, e todas as ações essenciais para o desenvolvimento do NOF não foram validadas (sinergia, cooperação,

competitividade, etc). Destarte, a presença de um fomentador na região (o IFF Bom Jesus por exemplo) não é condição única para garantir o desenvolvimento do NOF. Porém, os Institutos Federais podem ser uma referência, conforme CASTIONI (2012), para consolidar a articulação entre os atores sociais do território. Mas, para isso, precisam estar sempre repensando seu papel e a concretização ou não de seus objetivos, caminho para o qual se espera que esta dissertação tenha contribuído. (Profa. Denise, acrescentei esta parte final. O que a senhora acha

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 14, dez. 1996.

BITENCOURT, F.D. **A educação profissional técnica de nível médio e o desenvolvimento local/regional**: um estudo sobre a inserção da escola agrotécnica federal de Sombrio na microrregião do extremo sul catarinense. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Nacional de Brasília. Brasília, DF, 2009.

_____. Os desafios de pensar o território no extremo sul catarinense a partir do papel do Instituto Federal Catarinense. In: CASTIONI, R.; SOUZA, E.C.L (Org.). **Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

BORIN, E.C.P. **O Sebrae e os arranjos produtivos locais**: o caso de Nova Friburgo/RJ. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

BRASIL. Lei n. 8.948, de 8 dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 dez. 1994. Seção 1, p. 18882.

_____. Lei n. 811.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art 3º da Lei 8.948 de dezembro de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2005. Seção 1, p. 1.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano de desenvolvimento da educação**: razão, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007.

_____. **Sinopse das ações do Ministério da Educação**. Brasília, 2011d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). **Reestruturação e expansão do ensino Médio no Brasil**. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/interministerial_resumo2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC). **Projeto de estudo/pesquisa para a inserção dos Institutos Federais no desenvolvimento regional/local**. Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/observatorio/index.php/projetos-de-estudo-e-pesquisas>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

_____. **Pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2009b.

_____. **Diretrizes e políticas da educação profissional e tecnológica: 2003-2010**. Brasília, 2011a Disponível em: <www.ia.ufrj.br/ppgea/EIEA/versao//emcontro%20maio09%20II.ppt> Acesso em: 08 dez. 2012.

_____. **Concepções e diretrizes da educação profissional e tecnológica: política da EPT 2003-2010**. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Concepcoes_Diretrizes.PDF>. Acesso em: 8 dez. de 2012.

_____. **Prestação de contas ordinária: relatório de gestão 2010**. Brasília, 2011c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1064&id=14945&option=comcontent&view=article>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

CAMPOS, R.R. et al. (Org). **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L.H. **Rede de pequenas empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTIONI, R. O papel dos institutos federais na promoção do desenvolvimento local. In: CASTIONI, R.; SOUZA, E.C.L (Org.). **Institutos federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 45-55

CASTIONI, R.; CARVALHO, R.F. Capital social, trabalho e educação profissional e tecnológica: desafios para os institutos federais. In: CASTIONI, R.; SOUZA, E.C.L (Org.). **Institutos federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 17-44.

CRUZ, J. L. V. **Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminense frente aos grandes projetos estratégicos**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2007.

_____. **Material didático apresentado em aula do mestrado em planejamento regional e gestão de cidades**. Campos dos Goytacazes, RJ: [s.n.], 2003.

_____. A experiência do Complexo de E&P no NF ante às perspectivas do Pré-Sal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Niterói, RJ: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011a.

_____. Grandes investimentos e reestruturação do espaço regional do Norte Fluminense. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011b, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: Ipea. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo18.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. Fragmentação, seletividade e exclusão: impactos dos novos GPIs no Norte do ERJ. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. **Anais...** Niterói, RJ: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2009a. p. 1-18.

COSTA, L. M. da. **Noroeste Fluminense: integração, diferenciação e fragmentação.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

DINIZ, C. C.; CROCO, M (Org.) **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo:** Instituto Cidadania, 2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Retratos regionais: informações estratégicas para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.** 4. ed. Rio de Janeiro, 2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

_____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974, p. 74-75. In: PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, C. P. Mudanças na legislação na educação profissional e seus impactos na oferta de cursos técnicos: um olhar a partir do Instituto Federal Sudeste – campus Rio Pomba. In: CASTIONI, R.; SOUZA, E. C. L (Org.). **Institutos federais: os desafios da institucionalização.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 113-135.

GRABOWSKI, G. Articulação da educação profissional com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional. In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Boletim** n.7, Maio-jun., Brasília: 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.2

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Novas políticas na era do conhecimento**: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LUMBRERAS, M.J. **Noroeste Fluminense**: da estagnação a novas oportunidades? Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades)- Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, 2008.

MACHADO, L. R. S. O desafio da formação dos professores para a EPT e Proeja. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul./set. 2011.

MULS, L. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **EconomiA**, Brasília, v.9, n.1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

O PROJETO de lei do Plano Nacional de Educação (PNE): Projeto em tramitação no Congresso Nacional. **Cadernos CEC**. Brasília, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/cec/plano-nacional-de-educacao/o-projeto-de-lei-do-plano-nacional-de-educacao-cec-01-2011>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa de Gestão Pública e Cidadania/Eaes/FGV, 2001.

PACHECO, E.(Org.). **Perspectivas da educação profissional técnico de nível médio**: propostas de diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012.

PEREIRA, L. A. C. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2012.

PRESIDENTA Dilma fala da expansão da rede federal de educação. Café com a Presidenta. Brasília, DF: Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação, 22 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://cafe.ebc.com.br/cafe/arquivo/mais-vagas-no-ensino-superior-e-profissional-para-os-estudantes-brasileiros>> Acesso em: 8 dez. 2012.

REGAZZI, R. D. **Estudo para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas de rochas ornamentais de Santo Antônio de Pádua –RJ**: diretrizes para a dinamização do arranjo produtivo local. Dissertação (Mestrado em Tecnologia)-Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suchoy Foneca (CEFET-RJ). Rio de Janeiro, 2004.

SOMEKH, N. Construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2010. p. 17-40.

TAVARES, H. M. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano 15-16, n. 2-1, ago./jul. 2001-2002.

VITTE, C. C. S. Experiências de políticas de desenvolvimento econômico local nos municípios da região metropolitana de Campinas (SP) e os impactos no território. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, v.11, n. 245, p. 50, ago. 2007.

ANEXO

A seguir, o modelo de questionário a ser utilizado na pesquisa com os Egressos do IFF/campus Bom Jesus do Itabapoana do período de 2009 a 2011:

PESQUISA – EGRESSOS – IFF/CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA (2009/2011)

Aluno(a)	
Naturalidade	
Ano de conclusão e Idade	

Informações Gerais:

1. Sexo do entrevistado
1. () Masculino 2 () Feminino

2. Modalidade do curso técnico:
1 () Integrado
2. () Concomitante
3 () Subsequente

3. Curso Técnico em:
1 () Agropecuária
2. () Agroindústria
3. () Informática

PARTE I – EMPREGABILIDADE

4. Atualmente o(a) sr(a) está:
1 () Trabalhando (vá para 5)
2 () Trabalhando e estudando (vá para 5)
3 () Apenas estudando (vá para 15)
4 () Não está trabalhando e nem estudando. (vá para 15)
5 () Outros (não ler esta opção)

5. O(a) sr(a) trabalha na área em que se formou no curso técnico?
1 () Sim, totalmente. (ler)
2 () Sim, parcialmente (ler)

3 () Não
99 () não sabe
6. Qual a sua satisfação em relação a sua ATIVIDADE PROFISSIONAL na atualidade ?

1 () Muito insatisfeito
2 () Insatisfeito
3 () Indiferente
4 () Satisfeito
5 () Muito satisfeito
99 () não sabe/não opinou

7. Na sua opinião, como está a sua REMUNERAÇÃO em relação a MÉDIA do mercado ?

1 () Abaixo da média do mercado
2 () Na média do mercado
3 () acima da média do mercado
99 () não sabe/não opinou

8. Qual é a sua CARGA HORÁRIA semanal de trabalho ? (esperar o entrevistado responder)

1 () Até 20 h
2 () de 20 a 30 h
3 () de 30 a 39 h
4 () de 40 a 44 h
5 () Acima de 44 h.

9. Qual é o seu VÍNCULO EMPREGATÍCIO? (esperar o entrevistado responder)

1 () Empregado com carteira assinada
2 () Empregado sem carteira assinada
3 () Funcionário público concursado
4 () Autônomo/Prestador de serviços
5 () Em contrato temporário

6 () Estagiário
7 () Proprietário de empresa/negócio

95 () Outros

10. O(a) sr(a) já trabalhava antes de iniciar o seu curso técnico?

1 () Sim
2 () Não

11. Qual o principal TIPO DE ATIVIDADE que o(a) sr(a) exerce no seu trabalho atual?

- 1() Atividade Técnica
- 2() Atividade Administrativa
- 3() Atividade Gerencial
- 4() Atividade Comercial
- 95() Outra

12. Qual a relação entre o seu trabalho atual e a sua formação técnica ?

- 1() Fracamente relacionada com o curso técnico anterior
- 2.() Não tem nenhuma relação com o curso técnico anterior
- 3.() Fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico
- 99() Não sabe /Não Opinou

13. Como é a EXIGÊNCIA DA SUA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL na atualidade ?

- 1() Inferior a recebida no curso técnico em que se formou
- 2() Compatível com a recebida no curso técnico
- 3() Superior a recebida no curso técnico em que se formou

14. Onde está LOCALIZADO o seu trabalho atual ?

- 1() No próprio município onde realizou o curso técnico.
- 2() Com distância de até 50 Km de onde realizou o curso técnico.
- 3() Em município com distância entre 50 e 100 Km de onde realizou o curso técnico.
- 4() Em município com distância entre 100 e 400 Km
- 5() Em município com distância superior a 400 Km

Perguntas para quem trabalha e quem não trabalha

15. O seu DESEJO de trabalhar na área técnica quando se formou era:

- 1() Muito baixo

2() Baixo

3() Médio

4() Alto

5() Muito Alto

16. Na sua opinião, como foi o seu APRENDIZADO durante o curso ?

1() Muito baixo

2() Baixo

3() Médio

4() Alto

5() Muito Alto

17. Na região em que o(a) sr(a) vive, como são as OFERTAS PROFISSIONAIS da sua área técnica ?

- 1() Praticamente não há ofertas de emprego para profissionais da sua área técnica.
- 2() Há poucas ofertas de emprego ou trabalho
- 3() Há ofertas de emprego ou trabalho
- 4() Há muitas ofertas de emprego ou trabalho para profissionais da sua área técnica

18. Na sua opinião, como o MERCADO REMUNERA os profissionais da sua área de formação técnica ?

- 1() De forma pior que outras áreas técnicas
- 2() Equivalente a outras áreas técnicas
- 3() Melhor que outras áreas técnicas
- 99() não sabe/Nao opinou

PARTE II – CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

19. Após a conclusão do seu curso técnico, o(a) sr(a) concluiu ou está cursando OUTRO CURSO TÉCNICO?

- 1() Sim
- 2() Não (vá para 22)

20. Se Sim. Qual a relação entre a área profissional deste novo curso e o curso técnico anterior?

- 1() Fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico anterior

2() Fracamente relacionada com o curso técnico anterior

3() Não tem nenhuma relação com o curso técnico anterior

99() Não sabe /Não Opinou

21. Se Sim. Este outro curso técnico que o(a) sr(a) realiza ou realizou, é na mesma instituição em que fez o curso técnico anterior?

1() Sim

2() Não

22. Após a conclusão do seu curso técnico, o(a) sr(a) concluiu ou está cursando algum CURSO DE NÍVEL SUPERIOR?

1() Sim / Qual curso e instituição? Tem Bolsa (Se particular)?

2() Não (vá para 25)

23. Se Sim. Qual a relação entre a área profissional do seu curso superior e o seu curso técnico ?

1() Fortemente relacionada com a área do curso técnico

2() Fracamente relacionada

3() Não tem nenhuma relação com área profissional do curso técnico.

99() Não sabe /Não Opinou

24. Se Sim. Este curso superior que o(a) sr(a) realiza/realizou, é na mesma instituição em que fez o curso técnico?

1() Sim

2() Não

25. Em que tipo de escola o(a) sr(a) cursou o ensino fundamental (1a. A 8a. Série)?

1() Somente em escola pública

2() Somente em escola particular

3() Maior parte em escola pública

4() Maior parte em escola particular

26. Em que tipo de escola o(a) sr(a) cursou o ensino Médio (2o. grau)?

1() Somente em escola pública

2() Somente em escola particular

3() Maior parte em escola pública

4() Maior parte em escola particular

27. Qual o nível de escolaridade do seu Pai? (Esperar o entrevistado responder)

1() Analfabeto

2() Primário inc.(1a. a 4a. Incomp.)

3() Primário Completo (4a. série comp.)

4() Ginásio inc.(5a. a 8a. Incomp.)

5() Ginásio comp.(8a. Série completa)

6() Médio incomp. (2o. Grau inc)

7() Médio completo

8() Superior incomp.

9() Superior Completo

99() Não sabe /Não opinou

28. Qual o nível de escolaridade da sua Mãe? (Esperar o entrevistado responder)

1() Analfabeto

2() Primário inc.(1a. a 4a. Incomp.)

3() Primário Completo (4a. série comp.)

4() Ginásio inc.(5a. a 8a. Incomp.)

5() Ginásio comp.(8a. Série completa)

6() Médio incomp. (2o. Grau inc)

7() Médio completo

8() Superior incomp.

9() Superior Completo

99() Não sabe /Não opinou

PARTE III

Avaliação da formação profissional recebida

29. Na sua opinião, como o(a) sr.(a) avalia a INSTITUIÇÃO de modo geral ?

1() Péssima

2() Ruim

3() Regular

4() Boa

5() Ótima

99() não Op

30. Como o(a) sr.(a) avalia a INFRA-ESTRUTURA geral da instituição?

- 1() Péssima
 2() Ruim
 3() Regular
 4() Boa
 5() Ótima
 99() não Op.

31. Como o(a) sr.(a) avalia o CURSO TÉCNICO que o(a) sr(a) concluiu ?

- 1() Péssima
 2() Ruim
 3() Regular
 4() Boa
 5() Ótima
 99() não Op.

32. Como o(a) sr.(a) avalia os CONHECIMENTOS TEÓRICOS da sua área de formação técnica?

- 1() Péssima
 2() Ruim
 3() Regular
 4() Boa
 5() Ótima
 99() não Op.

33. Como o(a) sr.(a) avalia os CONHECIMENTOS PRÁTICOS da sua área de formação técnica?

- 1() Péssima
 2() Ruim
 3() Regular
 4() Boa
 5() Ótima
 99() não Op.

34. Como o(a) sr.(a) avalia a QUALIFICAÇÃO DOS SEUS PROFESSORES ?

- 1() Péssima
 2() Ruim
 3() Regular
 4() Boa
 5() Ótima
 99() não Op.

35. Como foi o seu curso técnico em relação a sua EXPECTATIVA ?

- 1() Não atendeu as expectativas
 2() Atendeu as expectativas
 3() Superou as expectativas
 99() Não sabe/Não opinou

PERFIL DO ENTREVISTADO

36. Considerando o salário mínimo federal de R\$ 678,00, qual a sua renda mensal em salários mínimos?

- 1() Até 1 Salário Mínimo
 2() Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.356,00)
 3() Mais de 2 a 3 Salários mínimos (até R\$ 2.034,00)
 4() Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 2.712,00)
 5() Mais de 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 3.390,00)
 6() Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 3.390,00)
 7() Sem rendimento _____
 99() Não Opinou

37. Onde você gostaria de trabalhar? Se você pudesse escolher e por quê?

1. () No município de Bom Jesus do Itabapoana. Por quê?

2. () Em algum município da Região (Norte e Noroeste Fluminense). Qual? Por quê?

3. () Em outro Município/Região/Estado/País. Qual? Por quê?

99. () Não sabe/não opinou